

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**A AÇÃO EDUCATIVA E A PROPAGANDA REPUBLICANA NAS  
PÁGINAS DO JORNAL *A REPÚBLICA* NO PERÍODO DE 1886 A 1891**

**DANIELA AZARIAS FERREIRA DA SILVA**

**MARINGÁ  
2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**A AÇÃO EDUCATIVA E A PROPAGANDA REPUBLICANA NAS PÁGINAS DO  
JORNAL *A REPÚBLICA* NO PERÍODO DE 1886 A 1891**

Dissertação apresentada por Daniela Azarias Ferreira da Silva, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador:

Prof. Dr.: Marco Antônio de Oliveira Gomes

Coorientadora:

Prof<sup>a</sup>. Dra.: Maria Cristina Gomes Machado

MARINGÁ  
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S586a

Silva, Daniela Azarias Ferreira da

A ação educativa e a propaganda republicana nas páginas do jornal *A República* no período de 1886 a 1891 / Daniela Azarias Ferreira da Silva. -- Maringá, PR, 2020.  
171 f.: il., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes.

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Fundamentos da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Jornal *A República* - 1886 a 1891. 2. Ação Educativa Republicana. 3. História da Educação - Brasil. 4. Instrução Pública. 5. Reforma Social. I. Gomes, Marco Antônio de Oliveira, orient. II. Machado, Maria Cristina Gomes, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Fundamentos da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

CDD 23.ed. 370.981

DANIELA AZARIAS FERREIRA DA SILVA

**A AÇÃO EDUCATIVA E A PROPAGANDA REPUBLICANA NAS PÁGINAS DO  
JORNAL A REPÚBLICA NO PERÍODO DE 1886 A 1891**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes (Orientador) – UEM

Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado (Coorientadora) –  
UEM

Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento – UEPG

Prof. Dr. Alessandro Santos da Rocha – UEM

Profa. Dra. Marilsa Miranda de Souza – UNIR (Suplente)

Profa. Dra. Maria Luísa Furlan Costa – UEM (Suplente)

Maringá, 27 de abril de 2020.

Dedico esta pesquisa aos mestres que inspiraram-me, por meio do exemplo, a ser uma pessoa melhor, bem como, uma profissional comprometida com os nossos alunos e colegas de trabalho. Em especial, àqueles que enxergaram em mim, capacidades que eu mesma não pensava possuir. Estes, em minha opinião, são os verdadeiros educadores e revolucionários. Recebam a minha eterna gratidão!

## AGRADECIMENTOS

Ao Deus de Abraão, Isaac e Jacó. O Deus do impossível, da bondade e da aceitação. Meu fiel amigo, nos dias alegres e nas noites mais difíceis. Esta pesquisa não seria possível se a Vossa mão não tivesse me amparado nestes anos de estudo. Por isso, eu a entrego a Ti, meu Senhor e Rei.

Ao meu esposo Eduardo Gabriel, meu “Engels”. Obrigada por possibilitar que eu chegasse até aqui. Por meio do seu amor, esforço e trabalho árduo pude caminhar em meio as dificuldades do vestibular, da graduação e do mestrado. Essa conquista eu compartilho com você.

À minha mãe Delba, incansável guerreira, que não permitiu que a enxada, as injustiças e os temores de uma vida de privações diminuíssem a sua garra e coragem. Obrigada por me ensinar a persistir nos estudos e a não me render aos obstáculos da vida.

Ao meu pai Jamil, meu sincero agradecimento pelos anos dedicados ao meu sustento e formação. Obrigada por acreditar em mim, nos meus sonhos e em nossa família.

À minha irmã Fabiana, que me auxiliou nas tabuadas e lições de casa. Que me ensinou logo cedo a importância dos estudos e a ser uma aluna aplicada. Obrigada por todos os momentos que compartilhamos desde a infância.

À minha tia Vera, que durante a minha infância me incentivou a ler, por meio de um gesto simples e poderoso: a leitura de um livro para uma criança de forma afetuosa.

Ao meu orientador Marco Antônio de Oliveira Gomes por acreditar em mim e proporcionar que eu adentrasse ao mundo da pós-graduação. Agradeço por todas as manhãs que me recebeu em sala de aula, nas quais pacientemente me ensinou e respeitosamente acolheu as minhas ideias. Palavras não podem expressar a alegria que tive em conviver com um ser humano verdadeiramente comprometido com a integridade do próximo e capaz de reduzir a distância que os títulos acadêmicos por ventura consigam alargar entre os pesquisadores.

Aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos Históricos da Educação – GEPFHE – pelo companheirismo e aprendizagens compartilhadas. Juntos somos mais fortes.

À minha coorientadora Maria Cristina Gomes Machado pelas aprendizagens desde a graduação, por todas as orientações e momentos compartilhados no grupo GEPHEIINSE. Sou grata pela oportunidade de trabalho com o jornal *A República*, desde o PIBIC, e que, durante o mestrado, me permitiu alçar voos mais altos.

À Banca Examinadora pela leitura atenta da minha dissertação de mestrado e pela disponibilidade em participar de um dos momentos mais importantes da minha vida acadêmica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pelo auxílio financeiro durante o desenvolvimento da pesquisa.

“Não é que só fossem liberais ao baile, também iriam conservadores, e aqui cabia bem o aforismo de D. Cláudia que não é preciso ter as mesmas ideias para dançar a mesma quadrilha”.

Machado de Assis, *Esaú e Jacó*

“A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”.

Karl Marx e Friedrich Engels,  
*Manifesto Comunista*

SILVA, Daniela Azarias Ferreira da. **A AÇÃO EDUCATIVA E A PROPAGANDA REPUBLICANA NAS PÁGINAS DO JORNAL A REPÚBLICA NO PERÍODO DE 1886 A 1891**. 171 f. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes. Maringá, 2020.

## RESUMO

O presente trabalho corresponde a dissertação de mestrado em educação na área de História e Historiografia da Educação, da Universidade Estadual de Maringá. Trata-se de um estudo desenvolvido a partir da concepção materialista da História sobre a ação educativa e a propaganda republicana nas páginas do jornal *A República* no período de 1886 a 1891, momento de efervescência política que culminou na passagem da Monarquia para a República. Nos anos finais do Império, diferentes periódicos transformaram-se em tribunas de defesa e divulgação dos ideais republicanos. Tais ideais, analisados em cada edição do supracitado jornal, bem como as estratégias adotadas para a formação da opinião pública, as quais aproximavam-se de um doutrinamento, corroboraram para a compreensão da proposta de reforma social presente no movimento que tomou o poder em 15 de novembro de 1889 e a sua permanência no governo nos anos posteriores. A ação educativa dar-se-ia anterior e posteriormente a mudança de regime político, primeiramente para derrubar e em um segundo momento para preservar a ordem, pois o Brasil idealizado pelos republicanos, carecia de mecanismos que protegessem o regime recém estabelecido. Dessa forma, algumas questões deveriam ser debatidas a fim de modernizar o país e mantê-lo nos trilhos da República, tais como, a laicidade, a abolição da escravatura, a questão militar, o desenvolvimento do sentimento de nacionalidade, a escolarização das massas. Isto posto, a questão problematizadora “Quais as propostas republicanas de reforma social presentes no periódico *A República* e que respaldariam a regulamentação educacional do novo regime político?” norteou o desenvolvimento da pesquisa. Compreende-se que as ideias propagadas pelo jornal e que representaram o ideal do Partido Republicano em nível nacional, presentes nas 490 edições analisadas, estiveram presentes na construção da primeira Constituição Republicana, bem como no desenvolvimento da regulamentação da instrução pública após a Proclamação, a fim de alcançar as massas e prepará-las para o trabalho e o voto.

**Palavras-chave:** *A República*. Ação Educativa Republicana. Reforma Social. Instrução Pública. História da Educação.

SILVA, Daniela Azarias Ferreira da. **THE EDUCATIONAL ACTION AND REPUBLICAN ADVERTISING ON THE PAGES OF A REPÚBLICA NEWSPAPER FROM 1886 TO 1891**. 171 pgs. Master's Dissertation (Master's Degree in History of Education) – State University of Maringá. Adviser Professor: Marco Antônio de Oliveira Gomes, Professor Ph. D. Maringá, 2020.

## ABSTRACT

The present work corresponds to the master's dissertation in education in the area of History and Historiography of Education, from the State University of Maringá. This is a study developed upon the materialist conception of History regarding the educational action and the republican propaganda in the pages of the newspaper *A República* in the period from 1886 to 1891, during a moment of political effervescence that culminated in the passage of the Monarchy to the Republic. In the final years of the Empire, different periodicals became tribunes for the defense and dissemination of republican ideals. Such ideals, analyzed in each edition of the aforementioned newspaper, as well as the strategies adopted for the formation of public opinion, which were close to indoctrination, corroborated to the understanding of the social reform proposal present in the movement that took power on November 15th 1889 and his tenure in government in the later years. The educational action would take place before and after the change of political regime, first to overthrow and in a second moment to preserve order, since Brazil, idealized by the republicans, lacked mechanisms to protect the newly established regime. Thus, some issues should be debated in order to modernize the country and keep it on the path of the Republic, such as secularism, the abolition of slavery, the military issue, the development of the feeling of nationality, the education of the masses. That said, the question “What are the republican proposals for social reform in the periodical *A República* that would support the educational regulation of the new political regime?” guided the development of the research. The ideas propagated by the newspaper and represented by the Republican Party at national level, contained in the 490 analyzed editions, are found in the construction of the first Republican Constitution, as well as in the development of the public instruction after the Proclamation, in order to reach the masses and to prepare them for work and vote.

**Keywords:** *A República*. Republican Educational Action. Social Reform. Public Instruction. History of Education.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> –	Cabeçalho do jornal <i>A República</i> (n. 48, de 29 de dezembro de 1888).....	90
<b>Figura 2</b> –	Cabeçalho do jornal <i>A República</i> (n. 9, de 7 de março de 1889)...	90
<b>Figura 3</b> –	Cabeçalho do jornal <i>A República</i> (n. 30, de 10 de agosto de 1889).....	91
<b>Figura 4</b> –	Cabeçalho do jornal <i>A República</i> (n. 1, de 1 de janeiro de 1890)....	91
<b>Figura 5</b> –	Cabeçalho do jornal <i>A República</i> (n. 3, de 15 de janeiro de 1888)....	97
<b>Figura 6</b> –	<i>Revista Illustrada</i> (n. 569, 1889).....	120
<b>Figura 7</b> –	Quadro do jornal <i>A República</i> com o resultado das eleições para Senadores e Deputados (n. 215, de 17 de setembro de 1890).....	130
<b>Figura 8</b> –	Propaganda da Escola Realista (n. 32, de 24 de agosto de 1889)....	149
<b>Figura 9</b> –	Anúncio de Professor de Instrução Primária (n. 68, de 20 de dezembro de 1889).....	150
<b>Figura 10</b> –	Propaganda da Escola Mixta (n. 11, de 14 de janeiro de 1890)...	151

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1	OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
1.2	METODOLOGIA.....	17
1.3	DELINEAMENTO DA DISSERTAÇÃO.....	24
2	<b>A HISTÓRIA DA IMPRENSA NO IMPÉRIO E A DEFESA DA EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE MODERNIZAÇÃO DA SOCIEDADE</b> .....	26
2.1	A INTRODUÇÃO DA IMPRENSA NO BRASIL: OS PRIMEIROS PASSOS..	32
2.2	REPUBLICANOS E ABOLICIONISTAS.....	36
2.3	A IMPRENSA E AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO REGIME IMPERIAL.....	39
3	<b>O OCASO DO IMPÉRIO E A REPÚBLICA: O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA</b> .....	52
3.1	CISÕES POLÍTICAS ENTRE O EXÉRCITO, IGREJA E A MONARQUIA..	55
3.1.1	<b>O Exército e a Monarquia: a questão militar</b> .....	56
3.1.2	<b>O Positivismo e a República</b> .....	58
3.1.3	<b>O Império e a Igreja: o problema da maçonaria</b> .....	59
3.2	A QUESTÃO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO.....	61
3.2.1	<b>A solução da questão servil: o projeto de emancipação gradual</b> .....	62
3.3	A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA: UM PROJETO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA.....	67
3.4	O SURGIMENTO DO MOVIMENTO REPUBLICANO NO BRASIL: A IDEIA DE MODERNIZAÇÃO SOCIAL.....	71
3.5	O PARANÁ NO PROCESSO DA TRANSIÇÃO DE REGIME POLÍTICO E A FORMAÇÃO DO CLUBE REPUBLICANO.....	72
4	<b>O JORNAL A REPÚBLICA E A OPINIÃO PÚBLICA</b> .....	76
4.1	O JORNAL A REPÚBLICA NA PROVÍNCIA DO PARANÁ: ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO.....	78
4.1.1	<b>A organização do jornal A República</b> .....	86
4.1.2	<b>A ideologia republicana no jornal A República</b> .....	96
4.1.3	<b>O jornal como instrumento educativo e propagandístico</b> .....	99
4.1.4	<b>A ação educativa à elite paranaense</b> .....	102

5	<b>BANDEIRAS DO PARTIDO REPUBLICANO DEFENDIDAS NO JORNAL A REPÚBLICA.....</b>	105
5.1	MONARQUIA E REPÚBLICA: DEFINIÇÕES POLÍTICAS E PARTIDÁRIAS.....	105
5.2	A LAICIDADE.....	111
5.3	A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E A ATUAÇÃO MILITAR.....	114
5.4	O PROCESSO DE DERROCADA DA MONARQUIA.....	118
5.5	ORDEM E PROGRESSO: O POSITIVISMO E A DITADURA REPUBLICANA NO GOVERNO PROVISÓRIO FRENTE AOS LEVANTES SOCIAIS E DESCONFIANÇAS ESTRANGEIRAS.....	121
5.6	ELEIÇÕES E FORMAÇÃO DO NOVO CONGRESSO.....	126
5.7	A PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA.....	131
5.8	A IDENTIDADE NACIONAL.....	138
5.9	A REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA.....	143
5.10	A REGULAMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ.....	152
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	158
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	161
	<b>ANEXO.....</b>	170

## 1 INTRODUÇÃO

Escrever sobre um tema relativo a História da Educação em um universo repleto de pesquisas nesta área, constitui um desafio ao pesquisador preocupado com a originalidade do seu trabalho e que pretende trazer uma contribuição, se não inédita, ao menos relevante à academia.

Os estudos históricos e a sua posterior escrita, a historiografia, constituem um campo profícuo de aprendizagem e ensino, no qual o pesquisador amplia o seu conhecimento ao passo que, busca contribuir com a sua atuação científica e a dos demais estudiosos.

Nesta pesquisa, compreendemos a História da Educação para além das delimitações do espaço escolar ou das intervenções pedagógicas dos profissionais da educação dentro do seu ambiente de atuação. Esta ampla área caracterizada pela interdisciplinaridade, requer o esforço do pesquisador no intuito de apreender as ações pedagógicas que tiveram lugar fora das instituições formais de educação, porém determinantes no direcionamento das práticas de ensino de uma época (CAMBI, 1999). Pallares-Burke (1998) aproxima-se desta afirmação ao elencar diferentes fontes para o aprofundamento dos debates educacionais que constituem o amplo campo da História da Educação. Em meio as fontes apontadas pela autora estão os “[...] romances, jornais, revistas, sermões, teatro, pinturas, etc. – que podem ter muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas [...]” (PALLARES-BURKE, 1998, p. 144). Das ferramentas empregadas para a disseminação da cultura, bem como as propostas educacionais, adotamos a mídia impressa e a sua ação política-pedagógica na sociedade.

No século XIX, as alterações no mundo da produção geraram demandas econômicas e comerciais que refletiram nas publicações de diferentes periódicos. As ideias liberais, pautadas no trabalho livre e na ciência, tornaram-se sinônimo de modernização das relações sociais. A escrita, como mecanismo de disseminação das ideias, possibilitou fomentar em muitos países os discursos que foram ao encontro das premissas do liberalismo e que educaram os personagens ilustres quanto a necessidade de rompimento com as velhas práticas econômicas e a abertura dos mercados. Devido a diversidade cultural, o liberalismo ganhou contornos peculiares e múltiplos, sendo adaptado de acordo com a sociedade em que estava inserido. Neste sentido, não havia uma ortodoxia liberal. A título de exemplo, coexistiam grupos de

liberais conservadores que defendiam a manutenção da escravidão e o grupo dos liberais progressistas, os quais advogavam pela abolição gradual da escravatura, sem que isso significasse a liberdade total dos cativos, ou seja, por meio de leis que visavam manter a propriedade dos senhores, como a Lei do Ventre Livre de 1871 e a Lei dos Sexagenários de 1885.

O prelo ganhava um maior destaque e a sua importância era crescente. Assim, a imprensa escrita tornou-se voz de inúmeros interesses que se apresentaram como universais:

[...] a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais, apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamentos para pensar e repensar a História, quanto desponha como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento. (NEVES *et al.*, 2006, p. 10).

No Paraná, a imprensa foi inaugurada a contar da sua emancipação política da província de São Paulo, no ano de 1853. Antes desta data, os periódicos lidos na 5ª Comarca eram normalmente oriundos das terras paulistas. Zacarias de Góis e Vanconcelos, primeiro presidente da província paranaense, logo determinou a criação de uma tipografia em Curitiba para os impressos oficiais. Por meio destes, prestaria conta da administração por ele desempenhada. Por intermédio de Vasconcelos, instalou-se em 1854 a Tipografia Paranaense cujo dono era Cândido Martins Lopes, que trouxe o seu equipamento via marítima desde o Rio de Janeiro. Desde então, publicou-se o primeiro periódico paranaense, *Dezenove de Dezembro*, inaugurado em 1º de abril de 1854. Este, restringiu-se a noticiar as principais ações do governo provincial, banindo-se o debate de questões relacionadas a embates políticos, ou seja, era um órgão oficial do governo. O *Dezenove* esteve na ativa até 1889 e por anos foi o único jornal a veicular na província. Afirma Camargo (2004):

Em outras localidades durante o período Provincial, outros jornais foram criados, tais como: em 1864 Paranaguá, considerada a metrópole histórica, surge o jornal "O Povo", logo a seguir o "Fênix", depois "A Imprensa Livre" (1867) e o "Operário da Liberdade" (1870). Em Antonina, "O Antonina" (1872); em Morretes "O Povo" (1872); em Curitiba o "Vinte e Cinco de Março" (1876), sendo substituído pela "Gazeta Paranaense" (1881), dirigida pelo Dr. Manuel Eufrásio Correia. Deve-se ainda salientar, as publicações da "Revista Paranaense", de cunho inteiramente literário, que surgiu na capital da Província, sendo porém, de curta duração. Enfim, foram órgãos

incentivadores das ideias do povo laborioso, e ao mesmo tempo, semeadores de uma imprensa livre em todo o território paranaense. (CAMARGO, 2004, p. 230).

Em 1886 inaugurou-se no Paraná o jornal *A República*, foco do estudo desta dissertação. Órgão do Partido Republicano, buscou ao longo dos seus 44 anos de existência (1886-1930) contribuir com o movimento republicano local, em plena expansão em todo o território brasileiro. Este periódico, influenciado pelo liberalismo e pelas ideias iluministas auxiliou a consolidar o republicanismo na sociedade paranaense, bem como, após a Proclamação da República (1889), a prestar serviços como Diário Oficial do governo. Santos (2019) afirma:

No intuito de proporcionar o sentimento de dúvida e medo para/com a Monarquia, o *A República* era órgão de considerável repercussão no Estado do Paraná e por sua duração – 1886 a 1930 – é razoável deduzir uma contínua procura do público leitor, sobretudo da capital, Curitiba. Além das discussões políticas empreendidas pelo jornal, consultar o *A República* era tomar conhecimento das ações oficiais do poder público, evidenciadas nas páginas desse periódico, depois da Proclamação até 1º de março de 1912, quando essas publicações foram incorporadas pela Diário Oficial do Estado do Paraná. (SANTOS, 2019, p. 54).

*A República* que iniciou as suas funções em 1886, ano seguinte a criação do Clube Republicano na capital da província, Curitiba, divulgou em suas páginas uma proposta de organização social, pautada no desenvolvimento de uma identidade nacional, em continuidade ao processo iniciado em decorrência da Independência do Brasil. Este ideário, foi influenciado pela modernização dos meios de produção ocorrida na Europa e as transformações políticas e econômicas por esta desencadeada, pela decadência do poder absolutista do imperador, pelos movimentos a favor da abolição da escravatura, no afastamento da Igreja e do Estado e na ação dos militares insatisfeitos com o governo central. Em meio a todas as disputas que permeavam o século XIX, aponta Schwarcz (1987):

[...] no período que vai de 1870 a 1900 existem basicamente duas questões centrais [...] por um lado, a questão da abolição da escravidão, que trazia consigo embates práticos e políticos entre os diferentes grupos dirigentes; e, de outro, a “jovem República”, que contava com problemas cruciais: a raça, a formação de uma nação, a cidadania e a busca de um modelo civilizatório europeu. (SCHWARCZ, 1987, p. 33).

O jornal *A República* fomentou debates sobre a abolição da escravatura na sociedade ilustrada relacionando-a à formação de uma identidade brasileira, por compreendê-la fundamental para a modernização da sociedade, ao estabelecimento do ideário republicano, liberal, e à consequente manutenção do sistema capitalista. Dessa forma, o periódico *A República* não se posicionava apenas como observador atento, mas como articulador dos debates e proposições que culminariam na união de forças políticas no Paraná e que se aliariam ao movimento republicano nas demais províncias, conduzindo à tomada de poder pelos militares adeptos ao republicanismo. Entendemos que a mídia impressa é influenciada pela sociedade na mesma intensidade em que exerce seu poder sobre esta. A defesa da liberdade dos cativos pelo periódico não estava relacionada a emancipação do negro escravo e à uma ideia romantizada da abolição, antes, pertencia a um plano maior, baseado nos interesses econômicos das oligarquias latifundiárias e nas mudanças que se operavam no sistema de produção dentro e fora do Brasil.

Em um primeiro momento, no período que vai de 1886 a meados de 1889, *A República* adotou um tom propagandístico quanto a necessidade da urgente mudança de regime político, com notas sobre os benefícios da republicanização do território nacional, incitando debates, criticando opositores e exaltando as derrotas sofridas pela Monarquia. Com a Proclamação da República, os discursos permaneceram muito parecidos com os da época da propaganda, porém o intuito era fortificá-los a fim de proteger a organização política recém estabelecida e evitar que a Monarquia fosse reestabelecida.

Implícita ou explicitamente, por meio de notícias, de histórias de efeito moral ou a narração de iniciativas privadas, dava-se uma prévia dos pilares que sustentariam o novo regime político, os quais, segundo o jornal *A República*, transformariam os súditos em cidadãos, uma tarefa a desenvolver-se por meio da educação pública. Este ideal, divulgado nas páginas do jornal, viria a sustentar a educação como instrumento de unidade nacional, com o propósito de concretizar um modelo de sociedade alicerçado nos ideais de civilidade, elemento fundamental para a construção da nação.

Mesmo que o jornal nem sempre falasse objetivamente a respeito da educação formal, este não deixava de exercer uma ação educativa. Periotto (2013) destaca os debates presentes na mídia impressa do século XIX, nos quais “[...] denota-se um caráter educativo intrínseco aos discursos realizados, preenchidos de conteúdos

objetivamente ordenados para difundir ideias e arregimentar adeptos às causas defendidas” (PERIOTTO, 2013, p. 240), ou seja, a ação educativa dar-se-ia fora dos bancos escolares e sobre assuntos que abrangiam a instrução pública, porém não limitada à ela. Por meio de um mecanismo eficiente, a mídia impressa, os princípios do movimento republicano adentrariam aos encontros sociais da elite ilustrada e alcançariam novos adeptos.

O estudo do *A República* no período delimitado justifica-se devido alguns aspectos importantes desse periódico na historiografia da educação brasileira tais como, a sua atuação partidária em prol da Proclamação da República, a continuidade da propaganda após a tomada de poder, a sua publicação semanal e, posteriormente, diária, que proporcionava uma maior proximidade aos acontecimentos, a veiculação das notícias regionais, nacionais e internacionais, o seu reconhecimento pela elite republicana paranaense que o constituiu Diário Oficial após a Proclamação da República e a publicação das notícias que nos permitem conhecer o ideal republicano de sociedade que interferiu diretamente nas primeiras reformas educacionais do novo regime político.

Definimos para o início da pesquisa o ano de 1886 devido este ser o marco inaugural do jornal *A República* na província do Paraná, caracterizado pela propaganda partidária e as propostas de mudança social. A delimitação do período final da nossa pesquisa, 1891, foi assim estabelecida por tratar-se do ano da elaboração da primeira Constituição do Brasil, a qual demarcaria a passagem do regime monárquico para o republicano, além de instituir o ensino laico, que viria a respaldar as primeiras reformas educacionais, em nível nacional e local, pois a reconstrução da nação tinha na educação uma aliada promissora.

Temos como questão problematizadora: Quais as propostas republicanas de reforma social presentes no periódico *A República* e que respaldariam a regulamentação educacional do novo regime político?

A questão que norteia este estudo nos direcionou na investigação das edições do jornal, como uma provocação inicial importante para o delinear da nossa pesquisa, bem como para alcançar os objetivos propostos.

## 1.1 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Nosso **objetivo geral** para esse estudo foi compreender as propostas republicanas de reforma política, social e econômica que contribuíram para o desenvolvimento do ideal republicano de educação e que estão presentes no jornal *A República* no período de 1886 e 1891, momento de transição entre Monarquia e República.

Para esta pesquisa definimos alguns **objetivos específicos**:

- a) Analisar o processo de constituição da imprensa no Brasil e a defesa da educação como instrumento de modernização da sociedade.
- b) Compreender o processo de crise do Império e o projeto de modernização conservadora presente no movimento republicano.
- c) Investigar a proposta de reforma social constante no jornal *A República* e a reforma da instrução pública do Paraná.

## 1.2 METODOLOGIA

A fim de alcançarmos os objetivos propostos, a dissertação “A ação educativa e a propaganda republicana nas páginas do jornal *A República* no período de 1886 a 1891”, consiste em um estudo histórico, documental e bibliográfico.

A característica histórica desta dissertação reside na análise da sociedade, da economia, da política e, por meio destas, da educação, a começar da contextualização do momento histórico delimitado inicialmente, que compreende o período da passagem do regime imperial para o republicano.

Juntamente a essa contextualização, reunimos documentos compreendidos como fontes de conhecimento das propostas de um grupo social e que, em nosso caso, registraram o pensamento e as ações de intelectuais republicanos, os quais travaram disputas a fim de alcançar a almejada República. Portanto, temos a pesquisa documental, pautada no pressuposto de que recorreremos à fonte em si.

No estudo do jornal *A República*, nossa fonte e objeto são os artigos do jornal, por meio dos quais faremos uma leitura inicial das mensagens ali expressas. Posteriormente, utilizaremos o acervo bibliográfico disponível, ou seja, a leitura dos autores que discorreram acerca do nosso objeto de estudo ou similares a este, mas que estão em sintonia com a pesquisa sobre a mídia impressa, caracterizando a nossa pesquisa como bibliográfica.

Gil (2002) aponta as semelhanças e diferenças da pesquisa documental e bibliográfica, bem como a possibilidade de ambas estarem presentes em uma mesma proposta de pesquisa, como por exemplo no estudo do periódico *A República*. Segundo Gil (2002):

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 2002, p. 45).

A base documental é constituída pela análise do jornal *A República* por meio da qual pretende-se identificar a ação educativa republicana para o esclarecimento das proposições da reforma política, econômica e social que influenciaram efetivamente as questões educacionais, enquanto a base bibliográfica possibilita-nos preencher possíveis lacunas, elucidar questões e melhor compreender o objeto de estudo.

Compartilhamos da visão de Saviani (2004) acerca do fazer historiográfico por meio do manuseio das fontes históricas, pois estas:

[...] não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (SAVIANI, 2004, p. 6).

As fontes são registros de apoio ao fazer historiográfico que, não criam a história a ser contada pelo pesquisador, mas antes, possuem evidências, que por meio do manuseio e do questionamento humano sistematizado promovem o conhecimento de assuntos implícitos em uma mensagem e que sem a intervenção do pesquisador não viriam à tona. Por conseguinte, despreza-se a abordagem positivista de manuseio das fontes devido a limitação que impõe ao pesquisador, pois entendemos que destas, jorram indícios e não verdades inquestionáveis. Logo, a problematização das questões históricas por meio do conhecimento dos principais acontecimentos econômicos, sociais e culturais juntamente ao estado da arte, torna-se essencial para a investigação proposta.

A escrita da história pressupõe um esforço de pesquisa por parte do historiador em conhecer a época estudada, a posição social que cada indivíduo ou grupo ocupava e as circunstâncias que contribuíram para a história oficial, embora esta, não necessariamente constitua a verdade dos fatos para todos que vivenciaram o mesmo momento e, possivelmente, não englobe mais do que a versão de um grupo social, ou seja, daqueles que possuíam o conhecimento das letras e o status social necessário para registrar suas ideias e fazê-las conhecidas.

Por meio do esforço de pesquisa, voltamos à fontes e buscamos vestígios que pudessem nos auxiliar na leitura de um passado em que o movimento republicano encontrava-se em um momento propício para a tomada de poder, apesar dos inúmeros conflitos entre classes.

O fazer historiográfico necessita uma gama de métodos, procedimentos, instrumentos e teorias para a escrita da história. A partir desse pressuposto, a história é o conjunto dos eventos que se passaram em um determinado período de tempo, “[...] os fatos acontecidos e os processos desenvolvidos [...]” (CASTANHO, 2011, p. 12). Juntamente à essa escrita dos fatos, o historiador precisa estar atento à memória coletiva, individual e aquela que possivelmente tenha sido omitida.

Stephanou e Bastos (2005) assinalam que “[...] a Memória, não sendo a História, é um dos indícios, documento, [...] do vivido, do sentido, do experimentado pelos indivíduos e daquilo que lembram e esquecem, a um só tempo” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 418). Ou seja, dentro das memórias escritas e verbalizadas que temos registro, precisamos nos atentar aos sujeitos que delas participaram, às vozes que foram ouvidas, às mãos que as escreveram, bem como para aqueles que tiveram a sua voz abafada ou simplesmente negligenciada.

O jornal na qualidade de documento histórico é caracterizado pela materialização das proposições de um contingente da sociedade que imortalizou por meio da escrita as ideias presentes em discursos, debates e conversas formais ou informais, trazendo ao conhecimento do grande público a opinião acerca de assuntos por eles considerados relevantes. De acordo com Neves (2006 *et al.*):

O redimensionamento da imprensa como fonte documental – na medida em que expressa discursos e expressões de protagonistas – possibilitou a busca de novas perspectivas para a análise dos processos históricos. Dessa forma, superou-se a perspectiva limitada de identificar a imprensa como portadora dos “fatos” e da “verdade”. Deixaram-se também para trás posturas preconcebidas, que a

interpretavam, desdenhosamente, como mero veículo de ideias ou forças sociais, que, por sua vez, eram subordinadas estritamente por uma infraestrutura socioeconômica. (NEVES *et al.*, 2006, p. 10).

Segundo este entendimento, faz-se necessário analisar não somente as propostas, mas os intelectuais e o lugar social de onde falavam e a classe social à qual pertenciam, com o propósito de desvelar aspirações implícitas nas páginas do periódico. Gomes (2001) reforça esta afirmação ao definir que:

Grosso modo, os órgãos de imprensa aspiram a um discurso universal, válido para toda sociedade, [...] na prática trabalhavam para uma particularidade: os interesses da classe à qual pertenciam, construindo representações sobre a escola ideal para os “interesses nacionais” [...] os periódicos são aqui entendidos como “produtos sociais”, isto é, como resultado de um ofício exercido por inúmeros intelectuais e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas dos interesses de classe. (GOMES, 2001, p. 10).

Existem aparelhos que trabalham a favor da construção da hegemonia na sociedade, dos quais podemos citar alguns como a escola, a Igreja, os partidos políticos e a imprensa. A imprensa e, no presente estudo especificamente, a mídia escrita, posiciona-se em relação a questões inerentes a uma ideologia respaldada por um posicionamento político. Este é então respaldado por uma classe social, que em nome de uma suposta neutralidade, tenta demonstrar uma não dominação quando de fato ela está presente.

Segundo Gramsci, cada classe social possui seus intelectuais, representantes dos interesses de um grupo em que o mesmo se reconheceu pertencente e que, em determinado momento, adere a uma causa e busca maneiras de promovê-la por meio dos aparelhos sociais existentes. Os intelectuais são uma categoria que exerce uma ação dentro da sociedade e podem ser orgânicos ou tradicionais. O intelectual pode nascer dentro de uma classe burguesa e se identificar com essa classe por exemplo e teorizar sobre a luta de uma classe, orgânico, ou podem estar ligados a uma estrutura existente há algum tempo, tradicionais, e tentam perpetuá-la mesmo em uma sociedade e em um contexto histórico já modificado, pela defesa de uma organização arcaica que não se encaixa mais com a contemporaneidade, pois, “[...] toda geração educa a nova geração, isto é, forma-a; a educação é uma luta contra os instintos

ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, a fim de dominá-la e de criar o homem “atual” à sua época” (GRAMSCI, 1982, p. 142).

O ato de educar dialoga com diferentes partes que constituem o todo social: a doméstica, a escolar, a social e aquela mais complexa, ou global, constituída pela junção das vivências do indivíduo e a sua própria concepção de mundo e que resulta em um sentimento de apatia ou empatia em relação à uma causa. Ou seja, o processo de ensino e aprendizagem<sup>1</sup> não se restringe a esfera escolar e formalmente organizada, mas extrapola possíveis limites e barreiras, pelo próprio instinto de sobrevivência humana e do seu grupo, independente do instrumento a ser utilizado para o alcance do seu objetivo.

Entendemos o jornal *A República* como um aparelho de disseminação de uma ideologia e por isso, iminentemente educativo, o qual perpassa as condições materiais de subsistência dos autores e apoiadores do periódico e as necessidades que buscavam suprir por meio da tomada de poder pelo Partido Republicano.

Na visão de Periotto (2013), os jornais enquanto fonte da pesquisa historiográfica são:

[...] guardiãs do movimento histórico, permitem reconstituir os fatos históricos expressivos do processo contraditório das relações sociais, as quais estão perfeitamente inoculadas no fazer de quem redigia as notícias, emitia opiniões ou dos colaboradores que provavelmente aprontavam, com presteza e sob encomenda, o discurso do grupo político a quem serviam. (PERIOTTO, 2013, p. 241).

O jornal *A República* ao ser um órgão que representava os interesses da burguesia não travava debates acerca das lutas vivenciadas pela classe trabalhadora. Nessa direção, compreendemos que as omissões quanto as condições de vida da massa popular reforçam o caráter elitista do jornal e nos auxiliam a entender a qual público o periódico destinava as suas publicações.

Os referenciais teóricos empregados nesta pesquisa compõem o caráter bibliográfico desta dissertação de mestrado. Compreendemos a História da Educação como um campo fértil para novas pesquisas, porém, extensamente cultivado por historiadores provocados por questionamentos, que buscaram contribuir com as

---

<sup>1</sup> Adotamos a escrita de ensino e aprendizagem ao invés de ensino-aprendizagem, com hífen, por concebê-los como processos que não estão intrinsecamente relacionados. Compreendemos que, no processo de ensino, não é possível garantir que a aprendizagem se efetue igualmente a todos os alunos, ou que ela ocorra todas as vezes em que um conteúdo seja ministrado.

pesquisas realizadas e aquelas que, como a nossa, foram recém escritas. Neste estudo, contribuem para a análise dos dados coletados a perspectiva epistemológica de: Marx e Engels (2009); Antônio Gramsci (1982); Boris Fausto (2007); Juarez Bahia (1999; 2009); Dermeval Saviani (2013); Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca (2018).

A metodologia empregada para a análise das notícias estrutura-se na compreensão dos fenômenos sociais como oriundos das condições concretas de produção de subsistência humana, as quais fomentam e perpetuam a divisão da sociedade em classes. O materialismo histórico explica as práticas sociais a partir das condições reais de existência, fatores que definem os grandes eventos universais (MARX; ENGELS, 2009).

Compreender as questões relevantes ao Partido Republicano e que estiveram presentes na mídia impressa implica conhecer o contexto histórico em que os intelectuais estavam inseridos e a classe social a qual pertenciam, a fim de desvelar seu posicionamento junto ao capital e a produção de bens materiais. Entender o local de onde falavam não é apenas uma prática corriqueira que compõe o fazer historiográfico, mas condição essencial na pesquisa, visto que:

A produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como direta exsudação [...] do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., mas os homens reais, os homens que realizam [...], tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e pelas relações [...] que a estas corresponde até as suas formações mais avançadas. A consciência [...] nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente [...], e o ser dos homens é o seu processo real de vida. (MARX; ENGELS, 2009, p. 31).

A condição de subsistência na sociedade transita pela existência humana e define o lugar social dos sujeitos, bem como a extensão da sua possibilidade de ação e intervenção social, determinantes no processo da construção histórica. As ideias, e os discursos que marcaram cada época da história da humanidade, foram concebidos *a posteriori* das vivências individuais e coletivas que se deram segundo a produção

de bens materiais e a sua apropriação. Castanho (2010) reitera a relevância de compreender a:

[...] base empírica do trabalho do historiador. Não se trata de um empirismo ingênuo. Trata-se de uma aproximação do material empírico (os fatos, revelados pelas fontes) carregada de instrumental teórico que considera que as relações sociais e políticas dos homens são determinadas pela produção. (CASTANHO, 2010, p. 14).

A tendência positivista de explicar as mazelas sociais por meio da ausência do ensino moral para a população, fundamentada nos ensinamentos de Auguste Comte, negava as contradições geradas pelo capital e apontava a educação como redentora da humanidade, menosprezando a desigualdade social como aspecto determinante do caos social.

Portanto, analisamos os dados coletados sob o viés das condições materiais que estruturam as relações sociais, por meio do materialismo histórico, em que a educação e, particularmente, a escola, não possui um início e um fim em si mesma, antes, é diretamente influenciada por determinações que originam-se na necessidade de manutenção da hegemonia da classe dominante. Essa manutenção, convertida nos interesses econômicos, irá reger as políticas públicas educacionais e as intervenções pedagógicas nas escolas.

Para a análise do Jornal *A República* foram selecionados artigos, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que buscaram implicitamente educar os leitores quanto a necessidade de suprimir o atraso ocasionado pelo regime imperial, enquanto em outros momentos, trouxemos produções que apontavam diretamente os problemas políticos, econômicos, culturais e sociais. Ou seja, direta ou indiretamente o jornal buscava educar seus leitores e a nossa seleção buscou retratar essa ação.

Consideramos que, ao serem registradas, as notícias objetivavam levar ao conhecimento feitos relevantes para o público leitor e que contribuíssem para a propaganda republicana, excetuando-se aquelas que não estivessem em concordância com o objetivo político do jornal. Assim sendo, acreditamos que o fazer histórico ultrapassa a compreensão dos fatos ou discursos por eles mesmos, pois são o resultado de uma realidade permeada por interesses advindos das disputas de classe. Isto posto, analisamos a fonte em suas entrelinhas, com o auxílio do contexto histórico em que foi produzida.

Nessa perspectiva, faz-se necessário afirmar que os acontecimentos produzidos socialmente no cenário de constituição do regime republicano deixaram vestígios nas páginas do periódico. À vista disso é necessário que o pesquisador tenha clareza de que a História não se limita a mera reprodução das notícias impressas, mas que sua ação encontre o que está implícito no texto escrito e que se pode inferir com a leitura e cotejamento com o contexto.

A análise das edições contou com o auxílio de uma tabela (Anexo A) desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares (GEPHEIINSE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), a fim de sistematizar o tratamento da fonte e promover o estudo organizado por meio de palavras-chave que facilitassem a busca aos dados cotejados. A tabela, composta por um cabeçalho e abaixo dele por ano da publicação, autor (quando aplicável), título da notícia, seção (capa, contracapa, edital, anúncios, outros), tema (ideia principal da notícia), palavras-chave identificadas pelo pesquisador, número de páginas da notícia e síntese com o resumo do assunto tratado, contribuiu para a padronização do trabalho e a preservação dos dados para o posterior acesso dos demais pesquisadores.

### 1.3 DELINEAMENTO DA DISSERTAÇÃO

Ao estruturarmos a dissertação, buscamos trazer dados anteriores ao recorte temporal, 1886 a 1891, a fim de proporcionarmos o conhecimento do contexto histórico aos leitores, condição *sine qua non* para a compreensão dos artigos do jornal e das interpretações concebidas. Logo, não nos detemos exclusivamente ao recorte anunciado, mas ampliamos intencionalmente a contextualização histórica.

No desenrolar da primeira seção trazemos a introdução à pesquisa, os objetivos gerais e específicos, a metodologia e o presente delineamento da dissertação.

Na segunda seção, abordamos a história da imprensa no Brasil, seu desenvolvimento e relevância como documento histórico. A imprensa em seus primeiros passos, dividiu-se em duas etapas: a primeira durante os anos de censura pela Imprensa Régia e a segunda após a abolição da fiscalização das publicações, em 1821. Isto posto, tratamos em grande medida, sobre a relevância do trabalho desenvolvido pela mídia impressa, republicana e abolicionista, durante o século XIX,

como participante ativa na consolidação do movimento republicano e a sua relação com as reformas educacionais.

Posteriormente, na terceira seção, para a melhor compreensão do que foi o movimento republicano, nos aprofundamos na análise do cenário de crise do Império e seus vínculos com as transformações econômicas e sociais, os acontecimentos históricos que conduziram ao enfraquecimento da Monarquia e a ascensão dos grupos desejosos pela emancipação das províncias, que resultaram na afirmação social do movimento republicano e na constituição dos partidos em nível nacional e no Paraná.

Na quarta seção, adentramos ao estudo do jornal *A República* na província do Paraná e a sua característica panfletária no momento que antecede a Proclamação da República, bem como a sua atuação no fortalecimento da República estabelecida após 1889. Destaca-se a importância da publicação na constituição da opinião pública e a sua relação com o Partido Republicano que integraram a ação educativa e propagandística.

Por fim, na quinta e última seção, concentramos a nossa pesquisa nos ideais republicanos advogados pelo jornal *A República* e os debates sobre os fatos que marcaram a transição do regime político, os quais corroboraram para a promulgação da primeira Constituição Republicana Brasileira, bem como para a reforma da instrução pública.

Após a última seção, seguimos para as considerações finais, anexos e referências.

## 2 A HISTÓRIA DA IMPRENSA NO IMPÉRIO E A DEFESA DA EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE MODERNIZAÇÃO DA SOCIEDADE

A importância da imprensa para História da Educação, como fonte documental ou objeto de pesquisa, tem sido enfatizada pela historiografia nos últimos anos na medida que contribui para desvelar as relações sociais e políticas de um determinado período da história. Nas páginas dos diferentes periódicos encontramos projetos políticos que circularam nos meios letrados. Neste sentido, Bastos (2002) afirma que:

É difícil encontrar um outro *corpus* documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as desilusões e as utopias que têm marcado o projeto educativo nos últimos dois séculos. Todos os atores estão presentes nos jornais e revistas: os professores, os alunos, os pais, os políticos, as comunidades... As suas páginas revelam, quase sempre o “quente”, as questões essenciais que atravessaram o campo educativo numa determinada época. A escrita jornalística não foi ainda, muitas vezes, depurada das imperfeições do cotidiano e permite, por isso mesmo, leituras que outras fontes não autorizam. Por outro lado, é através deste meio que emergem “vozes” que têm dificuldade em se fazerem ouvir noutros espaços sociais, tal como na academia ou no livro impresso. A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifesta, de um ou de outro modo, o conjunto de problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação... São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia. (BASTOS, 2002, p. 169).

A luz do exposto, vale ressaltar a identificação de diferentes periódicos que circularam ao longo do Império como instrumentos de pedagogia política e de defesa de um projeto social. Assim, esses periódicos constituem-se em valiosa fonte para a compreensão da dinâmica social de uma sociedade marcada pelas contradições do escravismo e do latifúndio.

Deste modo, não podemos compreender os jornais dissociados da sociedade que os produziu, pois foram elaborados por homens historicamente determinados. Em suas páginas, os jornais expressam as ambições, dilemas e os conflitos sociais de uma época específica. Compreendê-las é o papel do historiador.

O estudo do papel da imprensa no período imperial é um instrumento importante para o desvelamento das concepções e projetos políticos que circulavam no meio letrado, que constituía uma pequena parcela da população. Embora essa parcela fosse pequena comparada ao total de habitantes das terras brasileiras, esta era composta pelos personagens ilustres da sociedade que possuíam um papel decisivo nas questões políticas e econômicas. Bahia (2009) assevera:

Os partidos e a imprensa fornecem estadistas que são os construtores da nacionalidade, depois do Fico, da Abdicação e da Independência. São os mesmos, porém, que defendem, a seu modo a doutrina da emancipação. Jornalistas, estadistas, como Cipriano Barata, Evaristo da Veiga, Borges da Fonseca, Hipólito da Costa, José Clemente Pereira, Gonçalves Ledo, José da Silva Lisboa, Januário Barbosa, Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Bonifácio. (BAHIA, 2009, p. 60).

Apesar das limitações colocadas pelas condições materiais, tais como a escravidão e o analfabetismo decorrente da miséria, a imprensa assumiu progressivamente as funções de agente de mobilização de ideias em torno de projetos políticos, que com o acirramento dos debates no meio impresso, culminariam em ativadores de mudanças sociais expressivas.

Moisés, Futata e Quintanilha (2010) debatem a ação política-educativa de Pierre Plancher no Jornal do Comércio, nas décadas de 1820 e 1830. Os autores destacam que para Plancher:

[...] não bastava a um periódico publicar informações, era preciso tomar partido, ou seja, posicionar-se frente aos eventos daquele período e emitir opinião. A imprensa era para o tipógrafo francês, assim como para outros daquela época, a arma mais poderosa para disseminar o conhecimento dos fatos e, especialmente, a interpretação dos mesmos. E esse foi, possivelmente, o motivo que impulsionou Plancher a fundar não apenas outro jornal, após o Espectador Brasileiro, mas, principalmente a alterar o seu título, de folha comercial para política, antes do Jornal do Comércio completar um ano de circulação. (MOISÉS; FUTATA; QUINTANILHA, 2010, p. 97).

As ideias liberais presentes na Europa e Estados Unidos colocavam em risco o absolutismo no Brasil. O liberalismo projetava as nações a um novo patamar social, com o livre comércio, a abolição da escravatura e a educação para as massas, estremecendo as bases do imperialismo.

Modernizar a sociedade no século XVIII, em decorrência das transformações que se operaram como consequência da independência burguesa, americana e jacobina e da revolução industrial na Europa, significava romper com concepções solidificadas pelo antigo regime (CAMBI, 1999) e lançar luzes, ou seja, conhecimento, sobre a sociedade.

Buscou-se separar as crenças religiosas do fazer científico, com vistas à racionalização dos procedimentos que venceriam os limites da produção local e que adentrariam em um mundo construído em larga escala, alterando as condições de existência humana. Conforme aponta Cambi (1999):

O efeito de todos esses processos – acompanhado também por um papel cada vez mais incisivo e mais amplo assumido pelo nascimento e pela difusão do livro, pela expansão da alfabetização (de início por razões religiosas, depois civis e econômicas), pelo amadurecimento de um novo perfil de intelectual (o intelectual moderno, não mais emissário do poder religioso e político, mas caracterizado por uma autonomia e um papel social mais incisivos e dinâmicos) – foi um grande processo de laicização, de uma maior liberdade por parte de classes sociais e de indivíduos (liberdade de ação e julgamento), que se tornaram independentes de modelos unívocos e vinculantes e agora valorizados justamente pela sua independência. No século de Voltaire, Diderot, mas também de Rousseau e Kant, marcado ainda pelas três revoluções [...] e pela difusão de ideias em nível quase de massa (através de livros, imprensa diária e periódica, opúsculos, etc.), manifestaram-se na sua forma orgânica uma sociedade e uma cultura laicizada, um homem-indivíduo que é um novo sujeito social, uma nova imagem do Estado e da economia [...]. (CAMBI, 1999, p. 324).

Modernizar, segundo o exposto, extrapolava as questões comerciais e produtivas e adentrava ao campo das ideias e, portanto, dos intelectuais. Embora o excerto anterior trate de questões pertinentes ao continente europeu, destacamos que o grupo responsável pela maioria das publicações em periódicos a partir de 1820 era composto por personagens ilustres que traziam novidades do exterior, ou seja, pertenciam a uma elite intelectual a favor da Independência e da adesão brasileira ao progresso vislumbrado em outras nações. Assim sendo, mesmo em face de “[...] um atraso de três séculos, o jornal se incorpora definitivamente à construção da nacionalidade, o liberalismo português derrota o absolutismo português em Portugal e no Brasil. É um passo no caminho da emancipação” (BAHIA, 2009, p. 27).

Representantes de um determinado segmento da sociedade, os intelectuais faziam a ponte entre as demandas sociais e o poder instituído, compondo os

movimentos políticos. Entretanto, cabe destacar, que existiam movimentos a favor da política monárquica no período imperial, ou seja, formados pela ala dos conservadores e simpatizantes.

Por meio dos impressos, os intelectuais liberais defendiam a construção de um novo Brasil e angariavam adeptos às suas causas, porém não somente por meio da escrita. Martins e Luca (2018) afirmam que os grupos melhor estabelecidos participavam de debates:

[...] baseados em vínculos diferenciados, como vizinhança, parentesco, clientela, trabalho (livre ou escravo), interesses materiais ou afinidades intelectuais, em torno de chefes, cidades, regiões ou sob determinadas bandeiras que poderiam mudar com os contextos. (MARTINS; LUCA, 2018, p. 26).

Inicialmente e durante o processo de consolidação da imprensa, os debates não necessariamente seriam registrados no papel, mas passariam pelo crivo dos ouvintes que dar-se-ia em lugares distintos das redações dos jornais. Os debates por meio da oralidade e de manuscritos, foram anteriores a escrita panfletária tipográfica, dada as condições materiais encontradas no Brasil, bem como as perseguições contra a liberdade de expressão que divulgasse ideias contrárias à ordem estabelecida. No entanto, é importante notar que, em meio as proibições e retaliações, foram travadas batalhas que revelavam a insubmissão de uma parte da população em território brasileiro aos desmandos de Portugal, ou seja, existia uma frente de resistência<sup>2</sup>. A energia vital dessa frente dava-se “Pela sátira poética, pelo panfleto, pela carta, pela gazeta manuscrita, pela canção, pelo repente” (BAHIA, 2009, p. 40).

Por meio do discurso oral – leitura em voz alta, repente, canção – as palavras alcançavam um maior número de adeptos às causas defendidas, pois não careciam de alfabetização para serem compreendidas. Estas, construía pontes com letrados e iletrados, em um processo que duraria mais de meio século até que se alcançasse, na prática, as ideias que compunham os discursos dos intelectuais brasileiros. Destacamos a análise de Pallares-Burke (1998) acerca da propagação oral dos escritos:

---

<sup>2</sup> Bahia (2009) destacou a poesia de Gregório de Matos no século XVII e o poema “Décimas sobre a liberdade e igualdade”, do século XVIII, manuscrito por Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque e Francisco Moniz Barreto.

[...] o que deve ser levado em conta nessa questão é a possibilidade de haver um grande número de pessoas que, apesar de analfabetas, não eram imunes à ação educativa dos jornais e de outras matérias impressas. Estudos recentes têm mostrado que nos séculos XVIII e XIX o impacto da imprensa foi crescente e passou a atingir um número cada vez maior de pessoas que não sabiam ler. A prática da leitura em voz alta, quer âmbito doméstico, quer no público, era nessa época muito difundida e valorizada. (PALLARES-BURKE, 1998, p. 150).

Os intelectuais ocuparam um papel importante na divulgação de ideias que expressavam as transformações econômico e sociais que culminariam na mudança de regime em 1889. Bahia (2009) afirma ser a imprensa:

[...] fundamental para o desenvolvimento da vida brasileira. Não importa que o cenário colonial permaneça medíocre e que muitas vezes vezes utilizem a liberdade de expressão do pensamento para contrariar as aspirações autonomistas do povo. O que importa são os acontecimentos – e estes se desenrolam conduzidos pela pressão da sociedade [...]. A desagregação colonial é acelerada pelos exércitos de Napoleão e pelos interesses econômicos da Inglaterra [...] no Brasil ela se exprime por transições ou transferências [...]. Entre os agentes dessas passagens de poder está a imprensa, historicamente mais indissociável do gênio político nacional do que qualquer outra instituição. (BAHIA, 2009, p. 30).

A imprensa articulava movimentos políticos e fortalecia as estratégias de luta e poder, que diversificavam de acordo com o contexto em que estivesse inserida. No Brasil, com a liberdade da imprensa, após 1820, haveria uma guerra, não proclamada, dos debates, com oscilações constantes dos posicionamentos que se firmavam ou se diluíam de acordo com os últimos acontecimentos sociais e a sua posterior crítica, pois as identidades políticas estavam em formação. Esta formação, por sua vez, estava intimamente vinculada à forma como se abordariam as questões, a relevância dada a cada uma e que, com o passar do tempo, apontaria para a educação e o papel redentor a ela atribuído.

O uso da imprensa como mecanismo de resistência e pressão social, ganha força após a liberação das publicações em 1821 e pelo ato da Independência em 1822 que dá início ao processo de afastamento de Portugal e a aproximação com a Inglaterra, exemplo de modernidade industrial e comercial, bem como, tábua de salvação econômica por meio de empréstimos que garantissem quitar as dívidas com Portugal pelo fim da colônia no Brasil. A imprensa permitia aos grupos sociais externar as suas reivindicações.

Muito do que foi salientado pela imprensa liberal relacionava-se ao desejo de mudança de regime político e, por isso, teciam comentários sobre a ineficiência da gestão imperial e os atrasos que a mesma havia imposto ao Brasil. A educação, ao tornar-se um dos focos dos debates, adquire a responsabilidade em civilizar a população, carente de conhecimento e pressupostos morais que seguissem as premissas liberais.

Nas décadas que antecederam o fim da escravidão, acreditava-se que melhor ferramenta não existia, senão a educação, para formar a massa trabalhadora, livre, na moral e fé cristã, nos bons modos de convivência social, no amor à Pátria, na obediência às autoridades. Modernizar o Brasil, perpassava a ideia de conhecimento e de educar as gentes, secundarizando as necessidades de base que dariam as condições físicas e mentais para a escolarização, ou seja: a alimentação, a vestimenta, a moradia e a saúde. Estas questões foram relegadas a um segundo plano, enquanto transformações operavam-se em um Brasil que caminhava em direção ao conhecimento científico e a superação da doutrina religiosa como balizadora das atividades humanas. O ideal era revolucionar as ideias.

Neste cenário, a separação entre Estado e Igreja era uma aspiração para a construção de um regime político alicerçado nas ideias científicas. Ser moderno requeria conhecer e tomar para si a teoria evolucionista de Herbert Spencer (1820-1903)<sup>3</sup> e do Positivismo de Auguste Comte (1798-1857), de maneira a progredir socialmente e alcançar o mais alto patamar de modernização, ou seja, aquele alcançado pela Europa. “Tanto Comte quanto Spencer entendiam o desenrolar da história humana como uma sucessão escalonada de superações, pelas quais a religião e a Monarquia eram valores de um passado caduco” (MELLO, 2009, p. 19). Assim sendo, as ideias pautadas pela ciência tornavam-se o núcleo das transformações sociais que se almejava, culminando no enaltecimento do papel da educação como mecanismo de mudança. No Brasil, mesmo que as ideias advindas

---

<sup>3</sup> McGee e Warms apontam “[...] Spencer acreditava que a evolução era progressiva e que a mudança evolucionária partia dos estados mais simples até os mais complexos. Ele argumentava que o progresso evolucionário ocorria por ser a vida um processo de luta pela sobrevivência na qual apenas aqueles com habilidades e traços superiores obteriam sucesso”, assim, Spencer aproximava-se da teoria evolucionista de Charles Darwin (1809-1882), o qual aplicaria o trabalho de Spencer em seus estudos. “Uma consequência do trabalho de Spencer seria a popularização de um ponto de vista chamado Darwinismo Social. [...] interpretado como uma seleção natural, significando que, se a evolução fosse por meio do progresso, somente os mais aptos sobreviveriam” (MCGEE; WARMS, 2008, p. 9). (tradução livre).

do evolucionismo e do Positivismo fossem aderidas em partes e aos poucos, elas deram abertura para se pensar a reforma social (MELLO, 2009).

A palavra impressa advogava pela emancipação do Brasil da Monarquia e assumia posicionamentos partidários, duplicando o número de publicações nas últimas décadas do século XIX. As publicações ao enaltecerem a educação e a importância desta para a formação do caráter nacional, contribuiriam para a disseminação de propostas educacionais que marcariam o período que antecedeu a Proclamação da República, apontando conquistas e derrotas no campo educacional.

## 2.1 A INTRODUÇÃO DA IMPRENSA NO BRASIL: OS PRIMEIROS PASSOS

A introdução da imprensa no Brasil data de 1808, ano seguinte a chegada da Família Real portuguesa em nossas terras, que sob a regência de D. João VI, autorizou a instalação dos prelos e do material tipográfico trazidos da Inglaterra. Em contraste com a Europa, que teve seus primeiros impressos tipográficos no século XV (LUCA, 2018), as américas Espanhola e Portuguesa, estariam em média, três séculos atrasadas.

Antes de 1808, a publicação de jornais foi proibida a fim de garantir a soberania de Portugal sobre a colônia e mantê-la isolada das ideias liberais e, portanto, não havia circulação de jornais regulares no Brasil. Porém, no que diz respeito a publicação não regularizada de impressos, Luca (2018) aponta a existência de um acervo no Brasil, antes mesmo da oficialização da tipografia, sendo possível:

[...] inventariar mais de trezentas obras de autores nascidos no território brasileiro, incluindo não só livros, mas impressos anônimos, relatando festejos e acontecimentos, antologias e índices, além de alguns manuscritos inéditos de autores clássicos. Eram textos variados: desde narrativas históricas até poesias, passando pela agricultura, medicina, botânica, discursos, sermões, relatos de viagens e naufrágios, literatura em prosa, gramática e até polêmicas. (LUCA, 2018, p. 24).

Apoiados nesta constatação, compreendemos que a própria existência de uma proibição pela Carta Régia de 1747 apontava para uma produção de materiais gráficos indesejados. Entretanto, as proibições não coibiriam em absoluto a propagação dos impressos e estes não seriam totalmente estranhos à realidade brasileira. Como exemplo de resistência ao absolutismo português, destacamos a iniciativa gráfica dos

jesuítas no início do século XVIII com a atuação dos índios guaranis como tipógrafos, bem como as do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

A mudança na organização da produção intelectual que passou de ilegal para regular sob a vigilância, foi concedida inicialmente ao Conde da Barca, Antônio de Araújo, que após aportar no Brasil se estabeleceu no Rio de Janeiro e retomou os seus trabalhos com os materiais gráficos trazidos da Inglaterra (VASCONCELO, 2018). A contar de 13 de maio de 1808,

[...] a imprensa foi permitida no Brasil numa iniciativa da Coroa Portuguesa que, por decreto, denominou-se a Impressão Régia, uma imprensa de publicação de documentos oficiais e diplomáticos a serviço da Corte. (VASCONCELO, 2018, p. 18).

A inauguração oficial da imprensa no Brasil funcionaria sob o olhar atento da administração da Impressão Régia, a qual garantiria que as publicações não ferissem os interesses e as crenças da Coroa Portuguesa. Iniciou-se a publicação de periódicos de modo acanhado, embora sistematizada, devido a censura imposta pela Monarquia que impedia a livre circulação de livros, jornais e panfletos.

Cabe aqui destacar o entendimento de Portugal acerca da relevância da imprensa como determinante das ações políticas que, ao registrar ideias distintas, poderia produzir uma emancipação intelectual nociva aos seus interesses:

São razões de Estado – garantir o colonialismo, conservar incólume o despótico controle de seus interesses políticos e econômicos, deter pela força as aspirações de liberdade e justiça – e não de outra natureza que fazem Portugal insensível, até 1808, à tipografia e ao jornal num Brasil escravocrata e monocultor. Aliás, um procedimento que só acentua as contradições do domínio português. Não é só o Brasil que agita o seu espírito autonomista no século XVIII. E muitas outras nações se envolvem na crise do absolutismo. Só pressionada pela invasão de Napoleão em novembro de 1807, a Coroa transfere para o Brasil uma tipografia que perseguia por todas as formas. (BAHIA, 2009, p. 19).

Logo, entre 1808 e 1820, a circulação de jornais limitou-se aos jornais oficiais que não teciam críticas ao regime, contendo violentamente aqueles que tentassem burlar esta determinação. No entanto, após a Revolução do Porto, ocorrida em 1820, D. João suprimiu a censura prévia existente. Percebe-se, então, na imprensa do

Brasil, o surgimento das ideias de oposição ao regime monárquico, vinculado ao processo de Independência de 1822.

Dentre estes periódicos, Periotto (2013) destaca a *Gazeta* e o *Correio Braziliense*, jornais que foram fundados em 1808, “[...] um inaugurando a liberação da imprensa no Brasil, o outro na defesa de maior liberdade de expressão para essa mesma imprensa como meio de propagação das ideias liberais” (PERIOTTO, 2013, p. 239).

A *Gazeta*, voltado à ala conservadora e com sede na residência do Conde da Barca, possuía em suas páginas os grandes feitos de Portugal e suas vitórias, agregando em 1809 o brasão do Reino em sua página inicial. Já o *Correio Braziliense*, da ala liberal, possuidor de vínculos com a maçonaria e escrito por um fugitivo da inquisição com residência na Inglaterra, Hipólito da Costa, desenvolvia uma visão crítica acerca dos eventos políticos em território brasileiro, questionando as ações do governo absolutista português em suas páginas.

Vale ressaltar que a confecção dos periódicos neste momento era de caráter precário e artesanal. Não havia um sentido empresarial como é conhecido contemporaneamente, que possibilita a impressão em larga escala e com maior agilidade (BAHIA, 2009).

Em 1821, a imprensa atingiria a sua emancipação intelectual com o fim da censura sobre os periódicos, resultado da intervenção do príncipe regente, Dom Pedro, que após “[...] o retorno de Dom João VI a Portugal, decreta o fim da censura prévia a toda a matéria escrita, tornando livre no Brasil a palavra impressa” (BAHIA, 1999, p. 17). Desde então, há um aumento das publicações com os principais debates sociais, que se acirriariam com o declínio da Monarquia em meados do século XIX. Pallares-Burke (1998) afirma que somente no momento em que a Corte retornou para Portugal e com a Independência do Brasil, a imprensa brasileira desenvolveu características iluministas semelhantes aquelas presentes nos jornais da Europa, por meio da liberdade de expressão e do entendimento da finalidade educacional que possuía.

Ao considerar a primeira geração da imprensa no Brasil do século XIX, Morel e Barros (2003) tecem a seguinte análise:

Havia, é certo, órgãos mais bem-comportados, que se pretendiam apenas noticiosos, geralmente no campo econômico ou literário. Mas

a imprensa como instrumento político, de convencimento, revelando as paixões e conflitos, preponderava – fosse conservadora ou contestadora, exaltada ou moderada. O estilo panfletário, pasquineiro, dava tônica, independentemente da coloração política. Por tudo isso, a imprensa da primeira metade do século XIX no Brasil privilegiava o doutrinário, o propagandístico, em detrimento do factual e descritivo. (MOREL; BARROS, 2003, p. 49).

No dia 31 de dezembro de 1821, publicou-se a última edição sob o título de *A Gazeta*, que passou a atuar como Diário do Governo. Neste mesmo momento, o acervo da Imprensa Régia incorporou-se à Imprensa Nacional e, semelhantemente ao Diário do Governo, teve as suas instalações na tipografia do Conde da Barca.

Entre 1822 e 1831 a imprensa fomentou discussões a favor da Independência e, mais tarde, para a abdicação de Dom Pedro. Fausto (2007) descreve o papel dos periódicos no processo de descentralização do poder que culminou no Ato adicional de 1834, lei que descentralizou o poder do Estado e que afetou, inclusive, as políticas educacionais:

É importante ressaltar, de passagem, o papel da imprensa na veiculação de críticas e propostas políticas, nesse período em que ela própria estava nascendo. Os Andradas, que tinham passado para a oposição depois das medidas autoritárias de Dom Pedro, lançaram seus ataques através de *O Tamoio*; Cipriano Barata e Frei Caneca combateram a monarquia centralizada, respectivamente, na *Sentinela da Liberdade* e no *Tifis Pernambucano*. (FAUSTO, 2007, p. 152-153).

Estudos desenvolvidos sobre os periódicos publicados durante o século XIX no Brasil<sup>4</sup>, tem demonstrado que os discursos presentes em suas edições não apenas refletiam uma realidade social, mas igualmente a produzia, por meio de afirmações que contribuiriam para o fortalecimento da ideologia de uma determinada classe social e a consequente manutenção do seu poder político.

Até a década de 1870, as opiniões eram emitidas por grandes proprietários de terra, comerciantes e maçons que divergiam entre si e estavam desejosos em romper com a política monárquica até um determinado ponto. Isso significa dizer que, anteriormente à forte decadência do regime imperial, as opiniões não estavam

---

<sup>4</sup> Destacamos os estudos desenvolvidos por Bahia (2009); Martins e Luca (2018); Gondra (2001); Moisés, Futata e Quintanilha (2010); Periotto (2013); Vasconcelo (2018) e Santos (2019).

direcionadas à uma ruptura total, mas em partes, para o atendimento de vontades específicas.

## 2.2 REPUBLICANOS E ABOLICIONISTAS

Nos últimos anos do Império, especificamente no período pós 1870, surgiram periódicos com viés republicano e abolicionista. As ideias contrárias à Monarquia e a manutenção do trabalho escravo foram forjadas dentro de uma conjuntura de transformações que modificaram o cenário social. A participação de escravos em meio aos soldados que combateram na Guerra, a entrada de imigrantes e o processo de expansão da produção de café proporcionaram o surgimento de novos interesses.

Deste modo, a imprensa constituiu-se em um veículo de circulação das novas ideias que estimulavam o debate político em um momento marcado pelo crescente desgaste do Império. Segundo Fernandes (2006):

Em outros períodos da história brasileira as questões da Abolição e da República foram levantadas, mas em nenhum momento o debate dessas ideias tornava-se tão importante como naquele momento. As questões centrais para o país também tornaram-se questões centrais para toda uma geração que entrava em cena na década de 1870 e que seria responsável pela condução dos rumos políticos do país no último quartel do século XIX, a chamada geração de 1870 (ALONSO, 2000).

Para esta geração, a grande questão que se colocava era a articulação entre os ideais abolicionista e republicano. É em torno dessa dupla que se dão as clivagens entre os membros do movimento de contestação. Não necessariamente as bandeiras eram carregadas conjuntamente pelos homens da época. Era plenamente possível ser republicano e defender, se não a escravidão, a protelação da abolição; ao mesmo tempo em que era possível defender o fim da escravidão, sem mais delongas, e a manutenção da Monarquia. Várias posições intermediárias também eram possíveis. Isso gerava a cisão entre o grupo de contestadores em dezenas ou centenas de associações, clubes, organizações políticas ou de ação social etc. Em torno desses dois temas também eram construídas as alianças – temporárias ou definitivas – entre membros a princípio pertencentes a correntes antagônicas, como no caso da aliança entre os “novos liberais” e os “positivistas abolicionistas”. (FERNANDES, 2006, p. 181).

No entanto, temas como a abolição da escravatura e a República não eram os únicos tópicos que moviam os acalorados debates. Antes mesmo do advento do

Manifesto Republicano<sup>5</sup>, do Manifesto de Itu<sup>6</sup> e criação do Partido Republicano Paulista (PRP), colocou-se em pauta a questão do que era considerado como excessiva centralização política promovida pela Monarquia. Sobre este aspecto, Santos (2019) assinala divisões políticas:

As ramificações se acentuaram durante a segunda metade do século XIX, de acordo com as ambições dos sujeitos dessa época, que se situavam entre conservadores – e suas ramificações –, que pretendiam aprimorar o Estado Imperial, garantindo seus postos; e os liberais – e suas ramificações –, que lutavam, quando não à extinção da Monarquia, ao menos, pela flexibilização administrativa e descentralização, em relação ao “Poder Moderador”. (SANTOS, 2019, p. 36).

As reivindicações pela descentralização se reconheceram na ala liberal que, independentemente de não a desejarem, tal como os republicanos radicais ao final das últimas décadas do século XIX, o fim da Monarquia, representaram a oposição necessária capaz de estremecer as antigas bases políticas.

Ao acompanhar este fluxo de publicações, processou-se a criação de partidos políticos nas capitais das províncias, os quais deram início aos seus próprios periódicos e publicavam artigos propagandísticos. Entre estes jornais estão aqueles relacionados a propaganda do Partido Republicano em diferentes capitais, como por exemplo, o jornal *A República*, fonte e objeto desta dissertação.

Nestes periódicos, intelectuais apresentaram as suas bandeiras de modernização da sociedade, incluindo os ideais republicanos ou abolicionistas, com o intuito de ampliar a rede de influências. Assim, a defesa da República e da extinção do cativo devem ser compreendidos como manifestações de um processo de consolidação do capitalismo.

Não podemos deixar de lado nessa análise o contexto histórico em que o Brasil estava inserido. Como parte constituinte da economia mundial, o Brasil sentia os efeitos das pressões externas pela abolição da escravidão. Nesta perspectiva, a

---

<sup>5</sup> Documento elaborado a 3 de dezembro de 1870 e publicado na primeira edição do jornal *A República* pertencente ao clube republicano da cidade do Rio de Janeiro advogava por uma reforma política, porém com críticas moderadas à Monarquia.

<sup>6</sup> A elaboração do Manifesto de Itu em 18 de abril de 1873, foi liderada por fazendeiros do clube republicano paulista que fundaram o Partido Republicano Paulista (PRP) na mesma data. Os membros deste partido eram reconhecidamente radicais, opondo-se intensamente contra a Monarquia.

chamada “Geração de 1870” foi composta por um conjunto de intelectuais que pensou o Brasil nos últimos decênios do século XIX, levantando bandeiras de mudança para o Brasil, considerando os avanços experimentados pelas nações europeias e pelos EUA.

Diferentes intelectuais da “Geração de 1870” frequentaram as faculdades de Direito, Engenharia, Medicina ou a Escola Militar. Organizaram clubes, pequenos jornais, atividades públicas, conferências, comícios, etc. Assim sendo, a imprensa foi o veículo por excelência de propagação das bandeiras defendidas por esses homens. A ação destes intelectuais ganhou fôlego a cada adepto às suas causas, fosse por meio da adesão individual de um proprietário de terras, da divulgação espontânea das ideias veiculadas ou com a criação de novos jornais.

Ao acompanhar essa tendência, a criação de novos periódicos aumentou nas décadas seguintes. Vasconcelo (2018) destaca a ação da imprensa abolicionista nas últimas décadas do século XIX:

A circulação de jornais, especialmente na década de 1880, foi fundamental na disseminação de ideias abolicionistas, atuando no sentido de formar novos valores e comportamentos. Em pouco tempo assuntos políticos ganharam as ruas. Em tom denunciador e de revolta, os jornais abolicionistas do século XIX alertavam sobre os males da escravidão para o progresso material do País. Na tentativa de convencer os eleitores, os abolicionistas conciliavam sentimento humanitário e interesse econômico. Mesmo enfrentando forte oposição, adquiriam adeptos e simpatizantes que engrossaram a causa da abolição. Os jornais Gazeta do Norte (1881-1882), Gazeta de Notícias (1875-1979), A Tribuna Livre (1878-1884), O Publicador Goyano (1885-1889), Tribuna Liberal (1888-1889), entre outros, compõem o panorama de luta contra a escravidão e indicavam os meios utilizados para efetivar a emancipação plena dos escravizados. (VASCONCELO, 2018, p. 59).

Sem homogeneidade, o grupo era composto por homens vinculados à aristocracia e de outros segmentos. Havia aqueles que defendiam a Monarquia, desde que houvesse reformas, bem como, encontramos os defensores da República que buscavam o fim do regime imperial. Para esses indivíduos:

A imprensa era, na verdade, um fórum alternativo para a tribuna, importante principalmente para o partido na oposição muitas vezes sem representação na casa, não sendo independente do governo e da organização partidária. (CARVALHO, 1996, p. 46).

Em uma breve síntese, é possível afirmar que a República representava para muitos a defesa das liberdades em uma sociedade alicerçada nos princípios liberais. O fim da centralização e do Poder Moderador, presente no Império, eram questões essenciais para muitos adeptos do movimento republicano. Da mesma forma, para os republicanos vinculados ao Positivismo, a abolição da escravidão era algo inegociável.

### 2.3 A IMPRENSA E AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO REGIME IMPERIAL

Durante o Império foram realizados debates importantes sobre a instrução da população, que colocaram em evidência questões acerca da educação em território brasileiro e da ineficiência do governo em resolvê-las. A passagem do Brasil, de situação de colônia para país independente, não passou despercebido pela imprensa. Advogou-se pelo progresso brasileiro e os meios que possibilitariam a superação dos atrasos oriundos da exploração de Portugal.

Hipólito da Costa, jornalista exilado em Londres, divulgou em seus escritos a necessidade de emancipação do Brasil por meio das ideias iluministas e liberais presentes no Correio Braziliense, periódico por ele criado e que circulou na Europa e no Brasil entre 1808 e 1822, favorecendo a elucidação de questões políticas, econômicas e sociais, incluindo a educação, a fim de atingir a emancipação do território brasileiro. Ao publicar no Correio possíveis estratégias para a superação dos problemas, Hipólito pressionava o governo português e buscava mobilizar a elite nacional em prol da Independência e da instrução pública. Cinque (2010) discorre sobre o pensamento deste intelectual e explica que Hipólito:

[...] não se eximiu de apontar a educação como condição primeira às mudanças necessárias ao Brasil caso esse pretendesse, de fato, adentrar ao terreno do desenvolvimento material acentuado. Compartilhava da opinião de utilizar o saber como meio de direcionar os interesses da sociedade, crença que o levou a incorporar a defesa da instrução pública aplicada a todos os indivíduos, uma vez que entendia a insistência de um governo em manter seu povo ignorante prejudicial não apenas à vida desses indivíduos, mas era a própria nação que pagaria pela falta de progresso imposta por práticas sociais acanhadas. (CINQUE, 2010, p. 18).

O pensamento de Hipólito angariava adeptos que agiam em torno da necessária emancipação. Após a declaração de Independência em 1822, o Brasil

tornou-se um Estado independente como parte do Império português e Hipólito tem como encerrada a sua missão no Correio Braziliense.

O Brasil conquistou sua emancipação em relação ao Estado português sem romper com os laços do passado colonial. As estruturas de produção permaneceram inalteradas. Desse modo, faz-se necessário observar que a compreensão do fenômeno educativo no período não pode ser desvinculada das condições que a mão de obra era constituída. Ou seja, basicamente por escravos em uma economia agrária exportadora. Cury (2014) assevera:

À época da Independência, por exclusão sócioétnica, 40% dos habitantes não tinham acesso à educação como também não eram considerados cidadãos. Se a isso juntarmos as mulheres, que, pela concepção organicista da época, se limitavam a uma cidadania passiva, então o universo dos não cidadãos ou cidadãos imperfeitos sobe consideravelmente. (CURY, 2014, p. 25).

Ao contrário das revoluções burguesas ocorridas na Europa, a aristocracia fundiária no Brasil não promoveu, e isso nem estava na pauta de suas necessidades, transformações substanciais que modificassem o caráter econômico. Por outro lado, não é incomum encontrarmos ao longo do Império (1822-1889) a preocupação com uma agenda modernizadora da sociedade. A “[...] preocupação com a difusão da leitura e da escrita levou muitos intelectuais a defender a educação no Brasil, por visualizarem na educação um caminho para alcançar inúmeros melhoramentos na sociedade” (MACHADO, 2010a, p. 155).

No entanto, as reformas empreendidas pelo poder imperial não se materializaram em uma agenda modernizadora. Na verdade, o liberalismo presente em nossas terras constituiu-se em uma justificativa para a omissão do Estado. Não se trata aqui, obviamente, de negar a penúria material do Estado, mas de identificar que para os padrões da aristocracia fundiária, a liberdade pressupunha como cidadão aquele capaz de ter uma subsistência decente sem depender de outrem. Após a emancipação, uma nova organização administrativaurgia ser normatizada e para este objetivo, uma Constituição deveria ser elaborada.

A Constituição de 1824 determinou em seu Artigo 75. “A idade de vinte e cinco anos, probidade, e decente subsistência são as qualidades necessárias para ser membro destes Conselhos” (BRASIL, 1824). Em outras palavras, não era atribuição

do Estado promover o bem estar social dos seus cidadãos. Afinal, no Artigo 92, são excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais:

- I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais se não compreendem os casados, e Oficiais Militares, que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis Formados, e Clérigos de Ordens Sacras.
- II. Os filhos de famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem ofícios públicos.
- III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os guarda-livros, e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais, e fábricas.
- IV. Os religiosos, e quaisquer, que vivam em comunidade claustral.
- V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio, ou empregos. (BRASIL, 1824).

Como se pode observar, o recém-formado Estado brasileiro, tributário do pensamento liberal, demarcou claramente quem era cidadão e, portanto, os que possuíam direitos, daqueles que não o possuíam. Dito de outra forma, a cidadania restringia-se aos proprietários, enquanto as camadas despossuídas não tinham sequer o direito de voto.

Não por acaso, a participação do Estado no fomento da educação pública era praticamente nula. A Constituição outorgada de 1824, por exemplo, assegurava que “A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos” (BRASIL, 1824). No entanto, havia uma clara diferença entre o que foi proclamado pelo legislador e o que se materializou na prática. O mesmo pode ser dito em relação a Lei de 15 de outubro de 1827, que se constituiu na primeira lei sobre instrução pública do Império:

Dom Pedro, por Graça de Deus, e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos, que a Assembleia Geral decretou, e nós queremos a lei seguinte:  
Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá as escolas de primeiras letras que forem necessárias. (BRASIL, 1827).

A ausência de escolas, a condição precária daquelas que existiam, a falta de professores capacitados e que pudessem custear a sua própria formação, a distância de vilarejos dos centros urbanos e a dificuldade em chegar até estes, demonstram que a referida lei não fez prosperar a instrução pública no território brasileiro, ao desconsiderar as suas necessidades reais, tanto sociais quanto estruturais.

A luz do exposto, considerando o caráter escravocrata da sociedade brasileira, a reprodução da mão de obra escrava não demandava educação sistematizada. Sem a presença maciça do trabalho assalariado e com a ausência das atividades industriais, as necessidades materiais de expansão da escola não se faziam sentir.

Mesmo considerando a valorização do diploma, como expressão de prestígio social, a difusão da escola não se concretizou. E não faltaram iniciativas que esbarraram no caráter escravocrata e agrário de uma economia periférica. Isto posto, ao observarmos o Império, considerando as condições materiais, além das características sociais e culturais do Brasil, pode-se afirmar que a educação escolar não era uma necessidade fundamental. Além desses aspectos, se considerarmos as condições miseráveis da maioria da população no período, a maior prioridade era a sobrevivência.

Os dois primeiros anos do Estado brasileiro independente foram marcados por tentativas de aprovação de uma Constituição, que somente em 25 de março de 1824 foi lograda. A lei maior discorreu sobre direitos e deveres dos cidadãos brasileiros, representados por brancos e mestiços (FAUSTO, 2007), excetuando-se o negro escravo. Esta resolução favoreceu somente a classe de maior poder aquisitivo que, no caso brasileiro, representava a minoria da população.

Concernente à educação verificou-se na Constituição, em seu 8º Título, das Disposições Gerais – Garantias dos Direitos Cívicos e Políticos dos Cidadãos Brasileiros – a regulamentação da educação conforme consta no Artigo 179, no qual registrou-se “XXXII. A instrução primária, e gratuita a todos os cidadãos. XXXIII. Colégios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Ciências, Belas Artes e Artes” (BRASIL, 1824).

A superação dos problemas da educação brasileira, até então ofertada por meio do ensino livresco e religioso vigorosamente criticada por Hipólito da Costa, voltava ao centro dos debates mediante a lei, que estipulava o ensino universal, gratuito e institucionalizado. O Brasil, detentor de um território de extensão continental, teria que prover a instrução pública primária para um maior número de cidadãos, dos mais variados locais e em meio a um cenário de escassez generalizada em recursos humanos e estruturais.

O sistema de educação idealizado foi regulamentado com a Lei das Escolas de Primeiras Letras de 15 de outubro de 1827, constituída por 17 Artigos que apresentaram as premissas da educação brasileira segundo os ideais Iluministas e as

novidades pedagógicas advindas da França. Esta lei, pioneira no Brasil em organizar a oferta de escolas, bem como a formação de professores, determinou que a educação primária dar-se-ia em todo o território brasileiro, “Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos [...]” (BRASIL, 1827), por meio do financiamento do governo central, que demonstrou a intenção de uniformizar a oferta de educação e o seu acesso.

Mizuta (2010) destaca a atuação do estadista Bernardo Pereira de Vasconcelos no campo educacional e em debates sobre a importância da instrução pública para a organização social. Vasconcelos posicionou-se sobre questões discutidas na Assembleia e escreveu assiduamente em jornais como o “[...] Jornal Universal, fundado em 1825 na cidade de Ouro Preto, [...] o Sete de Abril, O Caboclo, O Brasileiro, a Sentinela da Monarquia, o Correio da Tarde (Sousa, *apud* Mizuta, 2010, p. 68). O deputado acreditava que a imprensa possuía a responsabilidade de disseminar a instrução e os conhecimentos primordiais para a população. Isto posto, a liberdade de imprensa era crucial.

Sobre a lei de 1827, Pereira de Vasconcelos escreveu em 1828 para os seus leitores:

Ler, escrever, contar e gramática da língua pátria deve ser o primeiro estudo de todos os membros de uma nação; esta aplicação é a mais essencial. Para se disseminar por todo o Império tão necessária instrução, a Assembléa Geral autorizou os Conselhos dos Governos Provinciais para que com audiência das Câmaras criassem as escolas de primeiras letras que fossem necessárias. E porque a educação do belo sexo contribui muito para a civilização dos Estados, deve também criar-se escolas de meninas nas cidades e vilas mais povoadas. (VASCONCELOS, 1999, p. 117).

Vasconcelos (1999) advogou pela educação do sexo feminino e masculino, embora não contemplasse em seu discurso oral ou escrito os escravos. Por vezes discordou e em outras concordou com a manutenção da escravidão, agarrando-se a esta última em defesa da sociedade agrária. Assim sendo, por sua atuação no meio político e jornalístico, que para a época eram passíveis de serem compreendidos como sinônimos, Vasconcelos não respaldava a adesão do Brasil à imposição inglesa de abolição do tráfico, questão esta que ressoaria na manutenção da escravidão e na exclusão desse grupo social das leis educacionais. Mais tarde, este intelectual ficou conhecido por sua atuação na instrução pública, ao assinar o Decreto de 2 de

dezembro de 1837 que permitiu a criação do Colégio Pedro II, estabelecimento de ensino secundário no Rio de Janeiro.

Posto que no Brasil, durante a década de 20, cada região possuísse suas especificidades econômicas, culturais e sociais, a lei de 1827 instituiu que o currículo e o método de ensino deveriam ser os mesmos em todas as partes, fato que, conforme aponta Saviani (2013):

[...] não deixava de estar em sintonia com o espírito da época. Tratava ela de difundir as luzes, garantindo, em todos os povoados, o acesso aos rudimentos do saber que a modernidade considerava indispensáveis para afastar a ignorância. O modesto documento legal aprovado pelo Parlamento brasileiro contemplava os elementos que vieram a ser consagrados como o conteúdo curricular fundamental da escola primária: leitura, escrita, gramática da língua nacional, as quatro operações de aritmética, noções de geometria, ainda que tenham ficado de fora as noções elementares de ciências naturais e das ciências da sociedade (história e geografia) [...] entende-se o acréscimo dos princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica no currículo proposto. (SAVIANI, 2013, p. 126-128).

Incidu sobre a decisão de escolha do método de ensino mútuo ou monitorial<sup>7</sup>, como método oficial do Império na lei de 1827, a questão deste ter sido difundido em países desenvolvidos e com aparente eficácia na contenção de gastos com mão de obra, espaços e instrumentos de ensino. O recém-formado Estado precisava de mestres capacitados para a docência, mas possuía uma massa de analfabetos que não havia logrado diminuir em anos anteriores, resultando na insuficiência de professores qualificados. Desta forma, o método não poderia ser escolhido sem critério, mas antes, precisaria demonstrar o mínimo de eficiência na dura tarefa de alfabetizar com um número restrito de mestres. Isto posto, o método mútuo vinha ao encontro das necessidades da época ao ensinar muitos alunos em diferentes níveis de aprendizagem ao mesmo tempo, dentro de um mesmo espaço e por intermédio de monitores, que ao ministrarem a outros alunos tornavam-se mestres, embora sem receberem uma designação formal e remunerada. Os monitores eram alunos, que por

---

<sup>7</sup> Machado (2010) aponta que o método de ensino mútuo ou monitorial, disseminado por Comênio no século XVII e por La Salle no século XVIII, baseia-se no ensino por monitoria, com o emprego de um professor que é auxiliado por monitores, ou seja, alunos mais avançados, os quais ensinarão aos demais de acordo com as instruções recebidas do docente. O ensino mútuo recorrentemente igualado ao método Lancaster, diferencia-se estruturalmente do segundo, e, embora sejam similares, não podem ser compreendidos como sinônimos. Do método Lancaster, o ensino mútuo aproveitou-se apenas do modelo de punição (MACHADO, 2010a).

se destacarem ou simplesmente estarem em um grau maior de escolarização, se reportavam ao mestre que se sentava ao centro da sala, do qual recebiam conhecimentos e tarefas a serem repassadas aos demais colegas de sala.

No Brasil, a mão de obra para docência geralmente procedia de outras áreas de atuação, como medicina e direito, pois a formação de professores em território brasileiro não havia se configurado como uma prática acessível ou comum em todas as províncias. Para os habitantes de muitas regiões, como no caso do Paraná, a capital paulista, São Paulo, configurava-se como um local privilegiado para as discussões educacionais devido a sua atuação na disseminação de novidades pedagógicas, sendo considerada como pioneira em muitos quesitos afetos a formação de professores.

A capacitação docente, conforme aponta a lei de 1827, instituiu que “[...] os professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais” (BRASIL, 1827, art. 5º). Todavia, dada as condições materiais de subsistência da maioria da população, esta determinação não logrou convencer pessoas a investirem na docência, pois, teriam que escolher entre formar-se ou prover o sustento para si. No caso do Paraná, por exemplo, esta formação era praticamente inexistente e os interessados ao magistério teriam que viajar à São Paulo ou acompanharem outros professores em seus afazeres nas poucas escolas existentes, em um penoso processo de *learn by doing*, sem remuneração.

Desconsiderar as necessidades materiais para a criação de escolas e de formação do corpo docente, bem como as especificidades culturais e sociais de cada região brasileira, logo conduziria ao fracasso da primeira lei de ensino brasileira. Saviani (2013) assevera que, em meio aos problemas apontados para o insucesso da lei de Primeiras Letras estava:

[...] a ideia de sistema nacional de ensino [...] pensada no século XIX enquanto forma de organização prática da educação, constituindo-se numa ampla rede de escolas abrangendo todo o território da nação e articuladas entre si segundo normas comuns e com objetivos também comuns. A sua implantação requeria, pois, preliminarmente, determinadas condições materiais dependentes de significativo investimento financeiro. (SAVIANI, 2013, p. 166).

Com o passar do tempo, escolas não foram criadas em todas as localidades mais populosas e aquelas que existiam estavam ruindo por problemas estruturais. Os investimentos do governo imperial não lograram suprir as necessidades de material

escolar, mobília e professores, sobretudo nos locais mais afastados. Os professores capacitados para o magistério não almejavam lecionar em regiões afastadas e de difícil acesso, em meio aos mais diversos contratemplos, por um pagamento que não lhe permitiria fazer mais do que sobreviver. Assim sendo, optavam por fixar-se nas regiões centrais, em detrimento dos que habitavam o interior das províncias (NASCIMENTO, 2008).

Como resultado do fracasso desta normativa juntamente à iniciativa de descentralização do poder central pela lei de número 16 do Ato Adicional<sup>8</sup> de 12 de agosto de 1834, a responsabilidade do ensino primário passou a ser de cada uma das recém-criadas assembleias provinciais. O governo geral tornava-se responsável pela educação nas modalidades superior e normal, enquanto os níveis primário e secundário caberiam às províncias.

Cabe aqui assinalar que o Ato Adicional não se limitou a descentralização do poder apenas no que tange a educação ou aos problemas encontrados para a estruturação do ensino, mas esteve relacionado a um movimento de crescente insatisfação com as medidas políticas adotadas por Dom Pedro I, que mais tarde abdicou do trono.

A respeito da descentralização do poder, Castanha (2006) aponta que esta não se restringiu à esfera educacional, mas abarcou a gestão pública como um todo e esclarece:

O grupo político que assume o poder após a abdicação de Dom Pedro I era constituído principalmente pelos liberais moderados e exaltados, oriundos da luta pela Independência e da Constituinte de 1823. De posse do poder, passam a propor algumas medidas que visavam a fortalecer o poder das províncias, atendendo aos interesses de alguns grupos. Os ânimos ficam exaltados e vários conflitos emergem Brasil afora. Para amenizar as tensões, a Câmara dos Deputados passa a discutir e aprova um projeto de emenda à Constituição que procurou rever principalmente o capítulo V, no qual se definiam as atribuições

---

<sup>8</sup> Castanha (2006) aponta a descentralização da responsabilidade pelo ensino público como passível de ser compreendida por alguns historiadores como um exemplo da ausência de objetivos e da própria organização da educação pública pelo governo imperial, que resultou no esfacelamento das propostas educacionais bem como dos recursos destinados ao ensino primário. Porém, ao considerarmos as condições históricas em que a lei descentralizadora foi gestada, juntamente ao perfil centralizador do governo, percebe-se que houve uma intencionalidade por parte do poder imperial em descentralizar a responsabilidade pelo ensino elementar, ou seja, não se tratou de uma fatalidade, mas de uma meta organizacional. Castanha entende que houve “[...] uma clara unidade de princípios, valores e práticas legais e educativas [...] trouxe benefícios à instrução pública, pois diminuiu a burocracia facilitando o processo de criação, inspeção e difusão de escolas”. (CASTANHA, 2008, p. 15).

dos conselhos gerais das províncias. Em 12 de agosto de 1834, pela lei nº 16 foi aprovado o Ato Adicional, o qual extinguiu os conselhos gerais das províncias e criou as assembleias legislativas provinciais com poderes para legislar sobre economia, justiça, educação, entre outros. Além disso, o mesmo Ato criou o Município Neutro, desmembrado da província do Rio de Janeiro, e suprimiu o Conselho de Estado. (CASTANHA, 2006, p. 182).

Mesmo que a descentralização da gestão pública fosse uma reivindicação das províncias “[...] gerados pela vacância do monarca, pela própria instituição das regências, e de interesses regionais [...]” (CASTANHA, 2008, p. 15), existia o interesse do governo liberal em amenizar os conflitos existentes em alguns grupos, por meio da autonomia administrativa outorgada às assembleias provinciais, que lhes garantiria legislar acerca de diversos assuntos sem a constante interferência do governo geral.

No ano seguinte ao Ato Adicional, em 1835, e seguindo uma tendência europeia, há a criação da primeira Escola Normal do Brasil localizada em Niterói, Município Neutro<sup>9</sup> e capital da província do Rio de Janeiro. A criação da primeira Escola Normal, respondeu aos debates acerca da normatização da formação de professores, ao promover a capacitação profissional em local apropriado e que não se desse somente por meio da prática, como já ocorria na maioria das regiões. Ademais, a Escola Normal marcaria um novo momento na educação, que iniciava a trajetória de capacitação docente em instituição pública no Brasil não relacionada a uma ordem religiosa, embora adotasse em seu currículo o princípio cristão de moral e a religião oficial, a católica. Nos anos seguintes, escolas de ensino normal foram criadas<sup>10</sup> em outras províncias, resultando em um processo de abertura de escolas, fechamento e reabertura, assemelhando-se a ciclos de funcionamento, fomentados pela falta de recursos e juntamente a políticas que desestimulavam a formação institucionalizada de professores. Saviani (2009) define esse momento como:

---

<sup>9</sup> O Ato Adicional de 1834 desanexou a corte imperial da província do Rio de Janeiro. Com essa separação, Niterói passou a ser a capital da província do Rio de Janeiro a partir de 1835, tornando-se Município Neutro, ou seja, com “[...] autonomia política e regime jurídico-administrativo próprios”. (SCHUELER; GONDRA, 2011, p. 310).

<sup>10</sup> Saviani (2009, p. 144) elenca as Escolas Normais que foram criadas até 1890, a saber: “Bahia, 1836; Mato Grosso, 1842; São Paulo, 1846; Piauí, 1864; Rio Grande do Sul, 1869; Paraná e Sergipe, 1870; Espírito Santo e Rio Grande do Norte, 1873; Paraíba, 1879; Rio de Janeiro (DF) e Santa Catarina, 1880; Goiás, 1884; Ceará, 1885; Maranhão, 1890”. Ressaltamos que no Paraná, o curso normal foi instituído em 1870 no mesmo prédio do ginásio paranaense, porém, recebeu prédio próprio somente em 1922.

1. Ensaio intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estende-se até 1890, quando prevalece o modelo das Escolas Normais. (SAVIANI, 2009, p. 143-144).

Existia uma descontinuidade de formação de professores, proveniente de rupturas no sistema educacional que se configurou, dificultando o estabelecimento de um padrão de formação docente que se estendia a todas as províncias, incluindo a região pertencente ao Paraná, que permanecia na condição de vila da província de São Paulo.

Durante o segundo reinado<sup>11</sup>, em 1854, a reforma Couto Ferraz criou o cargo de professor adjunto caracterizado pelo acompanhamento do mestre por um aprendiz, que voluntariamente auxiliava nas aulas a fim de receber a formação para o magistério, eliminando a necessidade da Escola Normal. Esta lei veio ao encontro da política do partido conservador, que possuía a maioria no parlamento e, à qual, Couto Ferraz se aliava.

Tanuri (2000) afirma que “Tal sistema consistia em empregar aprendizes como auxiliares de professores em exercício, de modo a prepará-los para o desempenho da profissão docente, de maneira estritamente prática” (TANURI, 2000, p. 65). O aprendiz recebia formação para a prática em sala de aula por um período de três anos, nos quais era avaliado para que desse continuidade ou fosse desligado como professor adjunto. Ao final do terceiro ano, os adjuntos maiores de dezoito anos e com um bom aproveitamento, poderiam ser designados como professores substitutos dos mestres que estivessem impossibilitados de exercer o magistério ou que desocupassem definitivamente as suas cadeiras (SAVIANI, 2013).

A lei instituída por Couto Ferraz e que levava o seu nome, significou um retrocesso para a formação de professores que principiava engrenar com o advento das Escolas Normais, propondo uma formação estritamente prática e teoricamente esvaziada. Esta lei, apesar de ter logrado fechar alguns estabelecimentos e reforçado as razões já existentes para o encerramento das atividades em Escolas Normais, provendo uma justificativa a mais para respaldar a descontinuidade de financiamento

---

<sup>11</sup> O Segundo Reinado (1840-1889) é o período histórico em que o Brasil foi governado por D. Pedro II. Esse período teve início em 1840, após a coroação de D. Pedro II com o Golpe da Maioridade, e foi finalizado com a Proclamação da República em 1889.

por parte do governo, não alcançou desestabilizar o ensino normal em todas as regiões. Segundo aponta Saviani (2013):

Entre os vários dispositivos não implementados, efetivamente resultou em letra morta aquele que pretendia substituir as Escolas Normais pelos professores adjuntos. As províncias deram sequência ao esforço de criar Escolas Normais, sendo que a própria Escola Normal de Niterói, fechada por Couto Ferraz em 1849, foi reaberta em 1859. (SAVIANI, 2013, p. 134).

Em meio a avanços e retrocessos na educação, José Liberato Barroso – tradutor, jornalista, escritor, advogado e político – do partido liberal, assumiu como ministro do Império em meados de 1860, tomando a instrução pública como prioridade. Proveniente da ala liberal do governo, recomendou uma reforma educacional que expandisse a instrução, pública e privada, com a predominância da primeira, segundo normas que possibilitassem o controle estatal para a unificação da educação nacional:

Se o Estado deve a instrução primária gratuita ao povo; se o ensino oficial é uma necessidade pública; convém que tenha uma organização uniforme e homogênea: esta centralização na parte técnica do ensino harmoniza-se com a natureza da instituição e com as altas necessidades da ordem moral. É assim, que o Estado pode sustentar a concorrência do ensino livre, e manter os altos interesses, que lhe são confiados. (BARROSO, 1867, p. 50).

Barroso reconheceu a deficiência do Estado em prover educação pública e gratuita à população. Assinalou a necessidade do aumento da oferta de instituições escolares, por meio da subvenção do Estado a escolas privadas quando necessário, desde que se respeitasse as normas que protegiam a homogeneidade dos conteúdos, a conservação da moral cristã e a obediência aos princípios governamentais.

Barroso, com base nessas premissas, instituiu uma reforma da educação nacional em 1879, conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho. Esta nova regulamentação, em síntese<sup>12</sup>, determinou a liberdade de ensino nos níveis primário, secundário e superior, diferenciando-se da Reforma Couto Ferraz, entre outros aspectos, ao regulamentar “[...] o funcionamento das Escolas Normais fixando o seu

---

<sup>12</sup> Para informações detalhadas acerca da Reforma Leôncio de Carvalho recomendamos a leitura da obra “História das Ideias Pedagógicas no Brasil” escrita por Dermeval Saviani (2013).

currículo, a nomeação dos docentes, o órgão dirigente e a remuneração dos funcionários (Artigo 9º)” (SAVIANI, 2013, p. 137).

Com a Reforma Leôncio de Carvalho, iniciou-se um novo momento da educação brasileira, tanto do ponto de vista da política liberal, no tocante à liberdade de ensino, quanto da iniciativa de inclusão social, ao se pensar o ensino para as massas. No tocante aos aspectos supracitados, esta reforma inovou ao apontar o caminho para a implantação do método intuitivo nas escolas, respaldada em uma visão mais harmoniosa da educação, que considerava as funções físicas e mentais dos alunos. Este método, aproximava-se à uma pedagogia praticada em países da Europa e nos Estados Unidos e que vinha ao encontro das mudanças estruturais dos modos de produção que ocorriam no Brasil por meio da abolição da escravatura e da formação das crianças para o trabalho livre. Porém, mesmo ampla e modernizadora para a época, não trouxe inovações para a prática no território brasileiro como um todo, sendo observada a sua aplicação apenas em raros casos, como por exemplo, do Barão de Macahubas<sup>13</sup>.

Durante o período imperial existiram tentativas de desenvolvimento de um sistema de educação nacional, sem que contudo este fosse alcançado com sucesso. Schelbauer (1998) advoga que o desenvolvimento de um sistema nacional de ensino não se concretizou no Império, especialmente em relação a educação para a mão de obra livre, dos libertos e homens pobres, que precisariam desenvolver uma nova consciência de trabalho e vida em sociedade. Em vista desta realidade, o caráter educativo presente nos periódicos, o qual constituiu uma educação informal, composta por questões não contempladas nos ambientes propriamente educativos, fez as vezes das instituições oficialmente denominadas de ensino em diferentes épocas, no Brasil e no mundo (PALLARES-BURKE, 1998).

Compreendemos que, assim como a economia e a sociedade, a educação foi afetada pela ação de personagens ilustres, responsáveis em difundir os anseios de uma classe social por meio da imprensa. A imprensa com esta característica, trata-se de um instrumento de luta, que diferentemente das armas de guerra, possui a capacidade não somente de destruir, mas de recriar e moldar conceitos conforme a sua necessidade.

---

<sup>13</sup> Abílio César Borges, o Barão de Macahubas, destacou-se por desenvolver planos de ensino para a educação primária e secundária. Saviani (2013) destaca a importância das ideias pedagógicas trazidas do exterior e disseminadas no Brasil por Macahubas.

As leis estudadas e que constituíram o período de profunda transição política no Brasil, trouxeram em suas linhas muito mais do que uma demanda social, mas uma ordem pensada e discutida por intelectuais e veiculada nos mais diversos periódicos do Brasil. Os intelectuais por fazerem parte da elite ilustrada, participaram ativamente nas assembleias e advogaram por suas propostas, tornando-as letra de lei.

Isto posto, os debates acerca da modernização da educação, teriam continuidade nas décadas seguintes ao receber atenção em congressos agrícolas e debates nas páginas de importantes periódicos. Nos anos finais da agonia do Império, o cenário da instrução pública foi marcado pelo pequeno número de instituições escolares, mesmo se acrescermos ao resultado as escolas privadas. As Escolas Normais eram quantitativamente insatisfatórias para as demandas sociais. Os cursos superiores eram reservados a uma pequena parcela que podia arcar com a sua manutenção.

Após a Proclamação da República o Brasil adotou o federalismo, o que promoveu maior autonomia aos governos estaduais. O cenário foi caracterizado pelo avanço das atividades industriais, pela reorganização da força de trabalho, fato que já vinha ocorrendo no Império, pelas primeiras greves operárias etc. A ideia da educação como direito público ganhou destaque e se fez presente em inúmeras iniciativas.

### 3 O OCASO DO IMPÉRIO E A REPÚBLICA: O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

A Monarquia brasileira, única no continente americano, se forjou assentada em suas características particulares do processo de Independência. Em sua constituição, o regime monárquico conviveu com a escravidão e a manutenção das bases materiais herdadas do período colonial.

Com o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870) intensificou-se o emprego do termo modernização nos debates dos segmentos mais dinâmicos da economia, oriundo das condições de trabalho e de comércio advindas da industrialização ocorrida na Inglaterra e dos movimentos camponeses da França. Convém recordar que, na primeira metade do século XIX, a ordem capitalista consolidava-se na Europa como sistema de produção dominante. Os avanços no processo de industrialização e seus desdobramentos possibilitaram um novo ritmo na ampliação dos mercados e do sistema de comércio internacional.

A produção de café em ascensão pelas oligarquias de São Paulo atraiu investimentos ingleses para os meios de transporte das matérias primas junto a necessidade de exportação. Com o emprego da mão de obra livre e excedente, que satisfazia plenamente as necessidades do modo de produção moderno da Europa, vinculado ao liberalismo, incentivou-se a vinda de imigrantes ao Brasil que trabalhavam em condição livre junto aos escravos, em um processo que, com o passar do tempo, resultaria em grandes propriedades cultivadas pela mão de obra livre e a corrida pela abolição da escravatura por uma parcela dos proprietários.

No entanto, ao transplantar o termo *modernização* ao território brasileiro, os proprietários de terra, detentores do grande capital, interpretaram-no de diferentes modos, e o termo *moderno* adquiriu novas conotações de acordo com os interesses dos grupos dominantes.

Compreendemos, que efetuou-se a modernização dos meios de produção, de transporte, de vida, mas de uma maneira conservadora, de base política e submetida às determinações de classe, ou seja, uma modernização conservadora. Conforme explica Domingues (2002):

De forma resumida, pode-se compreender o conceito de “modernização conservadora” a partir das seguintes coordenadas.

Primeiramente, a recusa a mudanças fundamentais na propriedade da terra. Os grandes proprietários manteriam, destarte, controle também sobre a força de trabalho rural, que não seria capaz, portanto, de se libertar de relações de subordinação pessoal e de extração do “excedente” econômico por meios mais diretos. Foi isso que teve lugar na Alemanha e no Brasil, ao contrário, por exemplo, do que se passou na Inglaterra, com a transição para uma mercantilização do trabalho agrícola, ou na França e no México, com a revolução camponesa levando ao fim ou ao menos a um profundo enfraquecimento da grande propriedade rural e ao parcelamento da terra. Na modernização conservadora, as tradicionais elites agrárias forçaram uma burguesia relutante e avessa aos processos de democratização a um compromisso: a modernização fazia-se, sob a liderança e levando muito em conta os interesses dos proprietários agrários, conformando-se uma “subjetividade coletiva” centrada em um bloco transformista, cauteloso e autoritário em suas perspectivas e estratégias. (DOMINGUES, 2002, p. 460-461).

Dado o caráter individual de cada oligarquia latifundiária em conceber os significados dos termos e, o mais importante, das relações de trabalho, não havia divergência somente na conotação da palavra modernidade. *Liberalismo* participaria dos mesmos embates, ocasionando rupturas e a criação de partidos políticos com visões distintas.

Os partidos podem ser demonstrados em duas agremiações: Partido Liberal e Partido Conservador. Apesar das diferenças presentes na nomenclatura, quase nada possuíam de diferente em sua substância ideológica. Tratava-se apenas de agremiações representativas de um mesmo extrato social: os grandes proprietários de terras, cujos interesses vinculavam-se à manutenção da escravidão e de seus negócios com o mercado externo. Bosi (1992) explica:

O par, formalmente dissonante, escravismo-liberalismo, foi, no caso brasileiro pelo menos, apenas um paradoxo verbal. O seu consórcio só se poria como contradição real se se atribuísse ao segundo termo, *liberalismo*, um conteúdo pleno e concreto, equivalente à ideologia burguesa do trabalho livre que se afirmou ao longo da revolução industrial europeia. Ora, esse liberalismo ativo e desenvolvido simplesmente não existiu, enquanto ideologia dominante, no período que se segue à independência e vai até os anos centrais do segundo Reinado. (BOSI, 1992, p. 195).

Nem mesmo reformas com propósitos modernizadores que pudessem modificar as condições miseráveis de imensas parcelas da população eram feitas. A título de exemplo, a abolição da escravatura foi obstaculizada até o último instante.

Uma análise sobre o significado do liberalismo em nossas terras é apresentada por Bosi (1992) nos seguintes termos:

- 1) Liberal, para nossa classe dominante até os meados do século XIX, pôde significar conservador das liberdades, conquistadas em 1808, de produzir, vender e comprar.
- 2) Liberal pôde, então, significar conservador da liberdade, alcançada em 1822, de representar-se politicamente; ou em outros termos, ter o direito de eleger e de ser eleito na categoria de cidadão qualificado.
- 3) Liberal pôde, então significar conservador da liberdade (recebida como instituto colonial e relançada pela expansão agrícola) de submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica.
- 4) Liberal pôde, enfim, significar capaz de adquirir novas terras em regime de livre concorrência, ajustando assim o estatuto fundiário da Colônia ao espírito capitalista da Lei das Terras em 1850. (BOSI, 1992, p. 199-200).

A aristocracia fundiária do período imperial consolidou-se na medida que preservou os privilégios herdados do período colonial. Coube à Monarquia a preservação da ordem estabelecida com ações que objetivavam o impedimento das tensões reais presentes na sociedade. Gulla e Periotto (2010) assinalam que a aristocracia fundiária:

[...] expressava-se por um pensamento conservador. Isto não quer dizer que durante o período imperial o Estado não houvesse tomado medidas liberais. O fez, tanto que Pedro II instituiu o revezamento do Gabinete Liberal e Conservador no poder, mas esse liberalismo só ia até o ponto em que não prejudicasse os interesses da aristocracia. Assim, o sistema político brasileiro a partir da independência passou a incorporar as ideias liberais de comércio e de representação política para a elite brasileira, cabendo aos plantadores e aos comerciantes reivindicarem o direito de serem representados no Estado. (GULLA; PERIOTTO, 2010, p. 47).

No entanto, o processo de desintegração e perda da legitimidade da Monarquia brasileira deu-se sobre as transformações, que já se faziam sentir, desde o fim do tráfico negreiro em 1850. Vale reforçar que a expansão das relações capitalistas requeria trabalhadores livres, despojados dos meios de produção, que oferecessem livremente no mercado o que lhes restava: a força de trabalho.

Ora, se o latifúndio permaneceu intocado, a instituição da escravidão começaria a enfrentar problemas para sua continuidade. Em outras palavras, a mesma expansão do capitalismo que utilizou largamente do tráfico negreiro e da mão

de obra escrava nos séculos anteriores, começou a colocar obstáculos à sua continuidade. De acordo com Furtado (1964):

Pela metade do século XIX, a força de trabalho da economia brasileira estava basicamente constituída por uma massa de escravos que talvez não alcançasse dois milhões de indivíduos. Qualquer empreendimento que se pretendesse realizar teria de chocar-se com a inelasticidade da oferta de trabalho. O primeiro censo demográfico, realizado em 1872, indica que nesse ano existiam no Brasil aproximadamente 1,5 milhão de escravos. Tendo em conta que o número de escravos, no começo do século, era de algo mais de um milhão, e que nos primeiros cinquenta anos do século XIX se importou muito provavelmente mais de meio milhão, deduz-se que a taxa de mortalidade era superior à de natalidade. (FURTADO, 1964, p. 141)

A análise de Furtado (1964) aponta para uma das questões fundamentais enfrentadas pelos proprietários de terras do interior de São Paulo: a questão da mão de obra. Isso requeria a ação do Estado na superação do problema. Por esse ângulo, muitos latifundiários enxergaram no emprego do trabalho livre a alternativa para a superação dos obstáculos colocados pela crise de suprimento da força de trabalho.

Destarte, as mudanças no quadro das relações de produção com a expansão da lavoura cafeeira, além da entrada em grande escala de imigrantes, propiciaram um novo cenário: o crescimento da urbanização, a construção de ferrovias, a expansão de outras atividades econômicas e debates relativos a educação.

### 3.1 CISÕES POLÍTICAS ENTRE O EXÉRCITO, IGREJA E A MONARQUIA

A trajetória política do Império foi marcada por uma série de fatos políticos que desgastaram as estruturas internas de um regime que cambaleava em função das transformações que se passavam no interior da sociedade.

Nesses termos, cabe destaque a dois episódios que não explicam por si a derrocada da Monarquia no Brasil, mas que expressam seu enfraquecimento diante da nova dinâmica que se configurava com a expansão das atividades econômicas. As denominadas “questão militar” e “questão religiosa” não teriam peso significativo se o Império não estivesse combalido e minado em suas bases.

#### 3.1.1 O Exército e a Monarquia: a questão militar

A guerra do Paraguai (1864-1870), representou um marco na história do Exército Brasileiro. A finalidade do conflito, que dizimou o Paraguai, não eliminou os problemas da Monarquia. Além das dívidas contraídas com a guerra, o poder imperial não resolveu de forma satisfatória a presença dos oficiais na participação da vida pública no país.

A guerra expôs as dificuldades materiais na organização das tropas que combateram nos campos de batalha e o contato com oficiais uruguaios e argentinos, nações republicanas desde o processo de Independência do Império espanhol, que contribuiu para a formação de uma consciência republicana. Além desses aspectos, o Brasil era a única nação americana a manter o regime monárquico e a escravidão, com exceção de Cuba, colônia espanhola.

A participação de escravos nos campos de batalha deve ser considerada na medida que muitos oficiais enxergavam negativamente a continuidade do cativeiro no Brasil. A manifestação de diferentes oficiais em defesa da abolição gerou atritos com o Império. Escreve Bahia (2009):

A imprensa liberal e republicana explora a questão militar e mostra o sistema de recrutamento como uma degradação que submete os pobres e isenta os ricos (a lei assegura dispensa a quem contribuiu com dinheiro ou prova ter emprego efetivo). O Império promete uma era de paz, porém enfrenta crises sucessivas. (BAHIA, 2009, p. 89).

Acrescente-se que o desgaste era ampliado na medida que foi difundido dentro da corporação o pensamento positivista. Percebeu-se nesse momento a ideia de uma missão cívica, ou seja, a defesa de uma República em que se materializaria a Ordem e o Progresso. Dito de outra forma, se a Monarquia era o símbolo do atraso e do privilégio, como poderia ser o regime do progresso social?

Rosa (2014) destaca:

Para John Schulz, desde meados do século XIX, tivera início uma tensão entre os oficiais do exército, que se encontravam insatisfeitos com a limitação de seus direitos de cidadania. Essa tensão foi intensificada na década de 1880, pois a nova geração de oficiais que estavam sendo formados pela escola Militar da Praia Vermelha

passou a defender a ideia do soldado-cidadão. Objetivavam direitos sociais, pois eram cidadãos fardados e queriam os mesmos direitos políticos dos cidadãos desarmados. A vitória no Paraguai havia feito crescer o orgulho dos militares, que começaram a reivindicar o direito de reunião e livre manifestação pública. (ROSA, 2014, p. 133).

Desenvolveu-se a ideia do “cidadão fardado”, que deveria ter o direito assegurado de participação na vida pública do país, além da premissa de que os militares eram “puros” e “patriotas” em oposição as autoridades políticas do Império.

A insatisfação dos militares inflamava na medida que as proibições impostas pela Monarquia avultavam. Como exemplo, destacamos um evento ocorrido em 1884 quando:

[...] o Tenente-coronel Sena Madureira, oficial de prestígio e amigo do imperador, convidou um dos jangadeiros que havia participado da luta pela libertação dos escravos no Ceará a visitar a Escola de Tiro do Rio de Janeiro, da qual era comandante. O oficial foi punido com sua transferência para o Rio Grande do Sul. (FAUSTO, 2007, p. 233-234).

Após este episódio, Sena Madureira escreveu um artigo referindo-se ao ocorrido no periódico republicano, A Federação, esbraseando os ânimos de seus companheiros de luta, que já estavam enfurecidos por outras imposições da Monarquia. Esta, por sua vez, proibiu comentários de militares por meio da imprensa, ordem que levou os oficiais do Rio Grande do Sul a protestarem, pois combatiam em nome do Brasil e em troca recebiam castigos.

Diante das punições que sucederam contra os oficiais que se manifestavam, efetuou-se o aglutinamento da corporação em defesa dos companheiros de farda. Em outras palavras, tratava-se de um dilema insolúvel relativo ao Estado monárquico e escravista de um lado, e o Exército, republicano e abolicionista do outro, conquanto nem todos os oficiais esposassem ideias positivistas ou republicanas.

Por fim, mais do que algum posicionamento político dentro dos quartéis, os militares expressavam, em seu conjunto, a contrariedade e a desaprovação contra as ações da Monarquia. A participação de oficiais na campanha abolicionista é um fato ilustrativo das cisões entre as instituições.

### 3.1.2 O Positivismo e a República

A doutrina positivista de Auguste Comte foi difundida no Brasil em um momento caracterizado por intensas transformações de caráter estrutural que contribuíram para a corrosão das colunas que sustentavam o Império.

Desde a metade do século XIX, com o processo de abolição do tráfico negreiro, realizou-se a intensificação das relações de produção capitalista em nosso território. A contar deste momento, a escravidão estava condenada a desaparecer. O crescimento vertiginoso dos preços dos escravos inviabilizava a sua utilização a longo prazo.

A proposta republicana e abolicionista de Comte, apresentava-se como novidade e despertava em segmentos da sociedade uma interpretação crítica da Monarquia, vista como símbolo do atraso. Logo, o trabalho livre e a indústria, bem como a separação da Igreja e do Estado eram apresentados como símbolos da Ordem e do Progresso.

A divulgação das propostas comteanas ganhou espaço no campo intelectual que, a partir dos anos 1860, penetrou em diferentes espaços, tais como as escolas de engenharia, colégios militares e faculdades de Direito.

Fruto de uma sociedade em transformação e os embates com a Monarquia, a filosofia conservadora de Comte, encontrou no Brasil o terreno propício para o seu florescimento. Com base nos postulados positivistas, teceu-se críticas ao Império e aos privilégios provenientes deste. Não obstante defendesse o fim do absolutismo, Comte advogava por uma ditadura republicana (FAUSTO, 2007) com o poder centrado em um dirigente vitalício e que atendesse as demandas da população e, especialmente, da República, afastando-se de qualquer movimento que pudesse prejudicar esta organização.

Não obstante os adeptos da filosofia positivista se considerassem fiéis ao seu idealizador, o Positivismo assumiu características particulares por meio do processo de reinterpretação do ideário devido às demandas específicas das condições materiais presentes no Brasil. A partir desta premissa, nos aproximamos de Fausto (2007) que afirma:

Nos meios militares brasileiros, a influência do positivismo só raramente se deu pela aceitação ortodoxa de seus princípios.

Em geral, os oficiais do Exército, assim como muitos estudantes e professores, absorveram aqueles aspectos mais afinados com suas percepções. A ditadura republicana assumiu a forma da defesa de um Executivo forte e intervencionista, capaz de modernizar o país, ou simplesmente a da ditadura militar. [...] Em resumo, o positivismo, com sua ênfase na ação do Estado e na neutralização dos políticos tradicionais, continha uma fórmula de modernização conservadora do país, que era muito atraente para os militares. (FAUSTO, 2007, p. 232-233).

Dentre os espaços penetrados pelo ideário positivista, como dito anteriormente, encontramos o Exército que vivia um processo de institucionalização após a Guerra do Paraguai. A fundação do Clube Militar, em 1887, expressou o processo de crescente politização, aglutinando os setores oposicionistas do Exército e preparou sua entrada na vida política. Concomitantemente, a jovem oficialidade continuamente influenciada pelo discurso positivista, enxergava a República como forma superior e mais completa de governo.

Como exposto, o Positivismo não adentrou ao Brasil de forma homogênea, mas se fez presente nos debates e se diversificava em função dos adeptos que conquistava.

### **3.1.3 O Império e a Igreja: o problema da maçonaria**

O relacionamento entre a hierarquia da Igreja Católica e o Estado Brasileiro sofreu mudanças significativas decorrentes da chamada Questão Religiosa (1870-1875), cujas origens devem ser compreendidas a partir de mudanças ocorridas no interior da Igreja e de sua relação com uma sociedade que se laicizava.

Se a Igreja até meados do século XIX caminhou lado a lado com o Estado em direção a um projeto de sociedade, na segunda metade do mesmo século esta relação tomou direções opostas. Cabe enfatizar, por exemplo, que o regime de padroado concedia ao Imperador Pedro II algumas prerrogativas, tais como a nomeação de bispos, criação de igrejas, a coleta de dízimos e o fornecimento dos Benefícios Eclesiásticos. Acrescente-se que a Constituição de 1824 reservava ao catolicismo o status de religião oficial do Império. Do mesmo modo, a legislação do Império dispunha ao imperador o poder de conceder ou negar o consentimento de aplicação dos Decretos dos Concílios ou quaisquer outras determinações provenientes do Vaticano.

No entanto, apesar da proximidade das duas instâncias, isso não significa afirmar que não haviam divergências no interior dessa relação. A presença do pensamento ultramontano<sup>14</sup>, desde a segunda metade do século XIX, trouxe à tona tensões que se encontravam adormecidas.

Segmentos da hierarquia identificados com as orientações provenientes do Vaticano, que condenavam o liberalismo e o processo de laicização das sociedades contemporâneas, trabalharam por uma maior autonomia da Igreja diante do Estado. Esse procedimento não implicava necessariamente no rompimento com a esfera estatal. A colaboração entre as partes era desejada por ambos, pois a religião poderia fornecer, como no passado, a justificativa ideológica para a manutenção da ordem.

De qualquer modo, é inegável a constituição de uma nova consciência no clero católico que negava o mundo moderno e todos os seus desdobramentos. Em síntese, tratava-se de um projeto romanizador e saudosista das atribuições conferidas à Igreja em tempos passados.

Em 1871, normas rígidas de doutrina e de culto foram impostas pelo Vaticano, além da condenação contra a maçonaria. No entanto, no Brasil, em razão da histórica subordinação da Igreja ao Estado, as relações entre a hierarquia católica e as lojas maçônicas ocorriam em um clima amistoso. Na verdade, mesmo que em suas origens europeias a maçonaria possuísse um caráter acentuadamente anticlerical, o mesmo não ocorria no Brasil. Desde seus primeiros passos no Brasil, as lojas maçônicas eram frequentadas por inúmeros padres. De outra parte, vários políticos do Império estavam ligados à maçonaria e ao clero.

---

<sup>14</sup> Do latim *ultramontanus*. O termo designa, no catolicismo, especialmente francês, os fiéis que atribuem ao papa um importante papel na direção da fé e do comportamento do homem. Na Idade Média, o termo era utilizado quando elegia-se um papa não italiano (“além dos montes”). O nome toma outro sentido a partir do reinado de Filipe, o Belo (século XIV) na França, quando postularam os princípios do galicanismo, no qual defendiam o princípio da autonomia da Igreja francesa. O nome ultramontano foi utilizado pelos galicanos franceses, que pretendiam manter uma igreja separada do poder papal e aplicavam o termo aos partidários das doutrinas romanas que acreditavam ter que renunciar aos privilégios da Gália em favor da “cabeça” da Igreja (o papa), que residia “além dos montes”. O ultramontanismo defende portanto o pleno poder papal. Com a Revolução Francesa, as tendências separatistas do galicanismo aumentaram. As ideias ultramontanas também. Nas primeiras décadas do século XIX, devido a frequentes conflitos entre a Igreja e o Estado em toda a Europa e América Latina, foram chamados de ultramontanos os partidários da liberdade da Igreja e de sua independência do Estado. O ultramontanismo passou a ser referência para os católicos dos diversos países, mesmo que significasse um distanciamento dos interesses políticos e culturais. Apareceu como uma reação ao mundo moderno e como uma orientação política desenvolvida pela Igreja, marcada pelo centralismo romano, um fechamento sobre si mesma, uma recusa do contato com o mundo moderno. Os principais documentos que expressam o pensamento centralizador do papa são as encíclicas de Gregório XVI (1831-1845), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903) e Pio XI (1922-1939). Fonte: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/na\\_vegando/glossário/verb\\_c\\_ultramontanismo.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/na_vegando/glossário/verb_c_ultramontanismo.html). Acesso em: 13 maio 2019.

Porém, apesar dos laços amistosos, estes não impediram que segmentos do episcopado brasileiro acatassem as regras impostas pelo vaticano, que determinavam a expulsão dos maçons das irmandades católicas. O conflito real começou em 1872, quando os bispos de Olinda e de Belém do Pará, Dom Vital e Dom Macedo Costa, determinaram o fechamento de irmandades que aceitassem membros da maçonaria.

A questão dos bispos gerou a condenação de ambos por parte do Estado a quatro anos de prisão com trabalhos forçados, pois, apesar da anistia concedida aos bispos, abriu-se uma lacuna política na relação do Estado com a Igreja. Em outras palavras, o Império perdia mais um dos pilares do edifício de sustentação da Monarquia.

### 3.2 A QUESTÃO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

A campanha abolicionista ganhou contornos nítidos ao final da década de 1860. Desde a abolição do tráfico negreiro pela Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida por Lei Eusébio de Queirós, a questão servil foi colocada na pauta de discussões do Estado.

A própria expansão da lavoura cafeeira no centro-sul do Brasil nos anos de 1870, fomentada pelo consumo do mercado externo que estava em pleno aumento populacional e de renda, como por exemplo os Estados Unidos (FAUSTO, 2007), introduziu a necessidade de braços numerosos para o plantio e colheita do café na medida que ocorria o processo de encarecimento do braço escravo. No nordeste, a mão de obra era empregada na processo da cana de açúcar, porém sofria concorrência do Caribe e, especialmente, de Cuba, que mesmo com uma quantidade de mão de obra menor que a do nordeste brasileiro, era um forte concorrente com o processo do açúcar de beterraba, pois, estava mais próximo do mercado consumidor e possuía melhor tecnologia, questões que compensavam o contingente de braços.

Além desses aspectos, deve-se considerar as pressões internacionais que o Brasil sofria em função da manutenção da escravidão, como por exemplo, o boicote de países consumidores como a Inglaterra. Explica Schwarcz (1987):

Desde o começo do século é frequente a pressão inglesa no sentido da abolição da escravidão. Isto é, se até boa parte do século XVIII a Inglaterra havia incentivado a vinda de escravos, a partir de 1807 extingue o tráfico para si e suas colônias e passa a pressionar outras nações, já que para ela era nesse momento mais importante garantir

a existência de mercados consumidores do que apoiar as restrições criadas pelo capitalismo comercial. (SCHWARCZ, 1987, p. 33).

A abolição da escravatura acompanhava o projeto dos setores mais dinâmicos da sociedade, ou seja, aqueles que utilizavam a mão de obra livre, e trazia desafios práticos consigo pois a massa, antes ignorada por sua condição de mera ferramenta de trabalho, tornava-se parte do processo modernizador liberal relacionado com a reforma das instituições identificadas como incapazes de atender aos novos interesses econômicos. Em terras brasileiras, a questão racial nascia e efervescia, visto que a população negra e indígena não se enquadrava nos padrões europeus adotados pela elite brasileira. Educar as massas, significava compreender todas as raças como cidadãos, diferentemente do que dizia a Constituição de 1824, que excluía negros e indígenas dessa premissa.

Porém, ressaltamos, que antes mesmo de 1850, vozes isoladas<sup>15</sup> clamaram pela libertação dos escravos em nossas terras, mas não foram fortes o suficiente para angariar simpatias ou constituir-se em um fenômeno de luta contra a instituição da escravidão.

### **3.2.1 A solução da questão servil: o projeto de emancipação gradual**

O movimento abolicionista dava seus primeiros passos e, no período pós-guerra, inclusive com a participação dos cativos, não havia como calar as vozes abolicionistas.

A partir do final da Guerra do Paraguai, em 1870, houve o fortalecimento da luta contra o regime escravista. Recordamos que o envolvimento de escravos na campanha contra a nação vizinha havia modificado as feições do Exército no Brasil. Conseqüentemente, uma parte significativa da oficialidade retornou do conflito com uma postura abolicionista e republicana.

---

<sup>15</sup> Como exemplo, citamos a Revolta dos Alfaiates ou Conjuração Baiana (1798-1799), ocorrida durante o período colonial e que reivindicou a emancipação dos escravos bem como a Independência de Portugal (TAVARES, 1975). Para um segundo exemplo, destacamos a atuação de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) que advogou pelo fim progressivo da escravidão em 1823, proposta que desagradou grandes proprietários de terra e causou o seu afastamento do cargo de Ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros (CALDEIRA, 2002). Por fim, apontamos os Quilombos que na segunda metade do século XIX foram locais de refúgio e resistência para os escravizados. (MARQUESE, 2006).

Isto posto, o prestígio político adquirido pelo Exército nos campos de batalha, embora não reconhecido pelas autoridades do Império, resultaram em um grande reforço ideológico na luta contra a escravidão.

Diante do quadro que se configurava e das pressões internas e externas, a situação já preocupava o governo imperial e “[...] a abolição, tida por quase todos como inevitável, foi programada pelas camadas dominantes na forma de uma transição gradual e segura” (SAVIANI, 2008, p. 162). Foi exatamente com esse espírito que foi aprovada a Lei do Ventre Livre, nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, que se constituiu em uma manobra para dissipar as forças de oposição. Lê-se nesta lei:

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador e Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral Decretou e ela Sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro anual de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de 30 anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 30 dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se a não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.

§ 2º Qualquer desses menores poderá remir-se do ônus de servir, mediante prévia indenização pecuniária, que por si ou por outrem ofereça ao senhor de sua mãe, procedendo-se à avaliação dos serviços pelo tempo que lhe restar a preencher, se não houver acordo sobre o quantum da mesma indemnização.

§ 3º Cabe também aos senhores criar e tratar os filhos que as filhas de suas escravas possam ter quando aquelas estiverem prestando serviços. Tal obrigação, porém, cessará logo que findar a prestação dos serviços das mães. Se estas falecerem dentro daquele prazo, seus filhos poderão ser postos à disposição do Governo.

§ 4º Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito anos, que estejam em poder do senhor dela por virtude do § 1º, lhe serão entregues, exceto se preferir deixá-los, e o senhor anuir a ficar com eles.

§ 5º No caso de alienação da mulher escrava, seus filhos livres, menores de 12 anos, a acompanharão, ficando o novo senhor da mesma escrava sub rogado nos direitos e obrigações do antecessor.

§ 6º Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1º, se, por sentença do juízo criminal, reconhecer-

se que os senhores das mães os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos.

§ 7º O direito conferido aos senhores no § 1º transfere-se nos casos de sucessão necessária, devendo o filho da escrava prestar serviços à pessoa a quem nas partilhas pertencer a mesma escrava.

Art. 2º O Governo poderá entregar a associações por ele autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder destes em virtude do art. 1º § 6º. (BRASIL, 1871).

Sob a aparência de preocupação com os cativos, a lei não solucionou o problema com os mesmos e outorgou enormes vantagens aos proprietários, que poderiam manter os filhos das escravas como cativos durante o período de maior produtividade de seu trabalho.

Não por caso, ao longo do processo de substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre, Saviani (2008) assevera que a educação foi chamada a participar do debate:

A ideia central que perpassa as discussões que se travaram no período que vai de 1868 até a Abolição e a Proclamação da República se expressa na ligação entre emancipação e instrução. O objetivo buscado era transformar a infância abandonada, em especial os *ingênuos*, nome dado às crianças libertas em consequência da Lei do Ventre Livre, em trabalhadores úteis evitando que caíssem na “natural indolência” de que eram acusados os adultos livres das classes subalternas. E o meio principal aventado para atingir esse objetivo era a criação de escolas agrícolas, às vezes também chamadas de fazendas-escolas ou colônias agrícolas, aparecendo, ainda a expressão “colônias orfanológicas”. (SAVIANI, 2008, p. 163).

As propostas de educação para as crianças pobres ou abandonadas foi debatida por diferentes segmentos das classes dominantes. Do ponto de vista dos grandes proprietários, tratava-se de formar trabalhadores para suprir a carência de mão de obra decorrente do fim do tráfico negreiro e que se ajustassem a lógica capitalista. Porém, em termos práticos, a expansão da escola não se realizou. A questão da educação nacional continuava não resolvida, da mesma forma que a abolição da escravatura continuava um tema pendente. Argumenta Saviani (2008):

Pode-se dizer eu a ideia de sistema nacional de ensino se fez presente em todos os projetos de reforma apresentados desde o final da década de 1860 assim como nos textos preparados para o Congresso de Instrução que deveria ser realizado em 1883, mas por falta e verbas

(o Senado negou a concessão dos recursos) não se efetivou. (SAVIANI, 2008, p. 164).

Diante do exposto, as tentativas de organização de um sistema nacional de ensino no Brasil durante o Império resultaram em fracasso, que não pode ser desvinculado das condições materiais presentes. Considere-se que em uma sociedade escravocrata, conquanto em declínio, o imperativo de trabalhar para a sobrevivência era a demarcação da linha de pobreza. Destaca Faria Filho (2000):

Ao que tudo indica, muitos foram os limites enfrentados por aqueles que defendiam que a educação deveria ser estendida à maioria da população. Aos limites políticos e culturais relacionados a uma sociedade escravista, autoritária e profundamente desigual, já amplamente discutido pela historiografia, é sempre necessário considerar a baixíssima capacidade de investimentos das províncias. (FARIA FILHO, 2000, p. 145).

De forma análoga, os limites materiais que impediram a difusão da escola como espaço civilizatório do “povo”, podem ser verificados igualmente na “solução” do problema do cativo. Afinal, como solucionar o problema quando se considera que ao longo da constituição histórica do Brasil negros e índios estiveram ausentes dos bancos escolares? Nessa conjuntura, compreende-se a alternativa de libertação gradual dos negros do cativo.

A Lei dos Sexagenários, nº 3.270, de 28 de setembro de 1885, foi promulgada em um momento de amplo debate e crescimento do movimento abolicionista. Tal qual a Lei do Ventre Livre, não resolveu a questão da escravidão e não teve grandes impactos do ponto de vista da economia. Acrescente-se que os escravos eram submetidos a trabalhos exaustivos e, conseqüentemente, poucos atingiam a idade dos 60 anos.

O preconceito se despontava na configuração como a liberdade do escravo era abordada na legislação. Uma vez liberto, necessitaria ser vigiado. Era constrangido ao trabalho, devendo permanecer por cinco anos na província em que foi libertado. Todo liberto que se ausentasse da região de origem, poderia ser classificado como indolente, podendo ser preso e condenado a trabalhos forçados.

Os argumentos apresentados como contrários a admissão da Lei dos Sexagenários eram similares aos utilizados por aqueles que eram contrários ao fim da escravidão. Sem a mão de obra escrava, afirmava-se que a produção seria paralisada e, com isso, a economia do Brasil. Outro aspecto levantado pelos

defensores do cativo do negro vinculava-se a tese de que o negro liberto poderia perturbar a ordem pública. Somente o imigrante poderia substituir o trabalho forçado nas lavouras.

No ocaso do período monárquico, os debates tornaram-se mais acalorados a respeito do fim do trabalho escravo, sobre o processo de modernização da produção e formação da mão de obra livre. Não por acaso, a educação foi apresentada como a instituição que formaria moralmente o futuro trabalhador para a convivência em uma sociedade livre e republicana.

Esta disposição amparada no pensamento positivista em identificar as mazelas sociais por meio da carência de educação da população e da falta dos preceitos morais, o que negava as contradições inerentes de uma sociedade de classes, era marcada por um modelo agrário exportador e dependente. Logo, a educação era apresentada por inúmeros atores sociais como panaceia para os males sociais, desprezando a brutal desigualdade social como aspecto determinante de nossa realidade.

Desta maneira, a abolição conquistada por meio da Lei Áurea, nº 3.353 de 13 de maio de 1888, não proveio do humanismo das classes dirigentes. Pelo contrário, foi produto de uma luta violenta, repleta de personagens anônimos e das contradições presentes no interior de uma sociedade que ampliava a produção em um momento que o braço escravo não era mais necessário. Lemos na Lei de 1888:

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário. (BRASIL, 1888).

Como se vê, composta por dois Artigos, nada se fez pelo futuro do liberto. Nenhuma palavra a respeito de indenização. Nada mais se fez do que afirmar que a partir daquele momento estava extinto o regime escravocrata em nossas terras. No entanto, ao abolir a escravidão, o Império perdeu sua última base de apoio.

Considere-se que o Brasil se encontrava pressionado pelas potências estrangeiras que não possuíam interesse na manutenção das relações

escravocratas<sup>16</sup>, mesmo que possuíssem colônias e mantivessem relações brutais de exploração em seus respectivos domínios.

Por fim, cumpre destacar que, quando se processou a abolição definitiva, em 1888, a mão de obra escrava já se encontra escassa e a imigração europeia fluía com constância para o Brasil com o propósito de atender as demandas do setor cafeeiro.

### 3.3 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA: UM PROJETO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Como já demonstrado, a Monarquia e suas bases de sustentação econômica, política e social encontravam-se dilaceradas e foram alvos de fortes questionamentos, fundamentalmente na década de 1870. Os movimentos de contestação que se verificou no país desde o final da Guerra do Paraguai, provocados pelo movimento abolicionista e pela propaganda republicana, produziram nos segmentos leais à Monarquia uma série de inquietações.

As críticas ao monarca, poder moderador e à vitaliciedade do senado eram uma constante nas páginas de diferentes periódicos republicanos. Sob esta perspectiva, criticava-se a centralização excessiva de D. Pedro e o que consideravam uma ameaça às liberdades dos cidadãos. A ideia de modernização, apresentada pelas hostes republicanas como incompatíveis com o Império, não surgiu no Brasil apenas no crepúsculo do regime monárquico. O debate se apresentava desde da década de 1870, quando foi fundado o Partido Republicano. Relembramos a Guerra do Paraguai (1865-1870), que teve um peso decisivo na desestabilização do Império ao expor inúmeras fragilidades de nossa formação social.

Acrescente-se que, sobreveio o crescimento da circulação de jornais identificados com o movimento republicano, tornando-se um dos principais mecanismos de difusão das ideias contrárias à Monarquia. Destarte, os três últimos decênios do século XIX podem ser caracterizados pela formação de novos segmentos no interior da sociedade brasileira. A crise que atingia as estruturas basilares do Império manifestou-se de diferentes formas, atingindo amplos segmentos da sociedade que reivindicavam a reorganização social.

---

<sup>16</sup> Carvalho (2014) assinalou que a Bill Aberdeen de 8 de agosto de 1845, originária do Parlamento do Reino Unido, determinava que todo o navio suspeito de tráfico negreiro nas águas do Oceano Atlântico fosse confiscado.

Na década de 1880, a instabilidade política colocava em risco a ideia de progresso tão cara às oligarquias. Por outro lado, as Repúblicas Sul-Americanas, sob o regime republicano, possuíam maior estabilidade institucional. O sentimento de atraso, frequentemente atribuído ao regime monárquico, se expressava na insatisfação de amplos setores da sociedade. Generalizou-se, portanto, a ideia de que o projeto de modernização da sociedade seria improvável sob a égide do Império. Esse sentimento foi verificado na imprensa republicana que dependendo das circunstâncias congregou ideias positivistas, evolucionistas e liberais.

A contar do ano de 1885, o movimento republicano ampliou suas bases de apoio. Segundo Costa (1977):

Delineavam-se no partido duas tendências principais: a revolucionária e a evolucionista. Os adeptos da primeira preconizavam a queda da monarquia através de uma ação armada, que constasse com o apoio popular. Enquanto outros acreditavam que a República seria alcançada pelo controle pacífico do poder, através das vias eleitorais. Silva Jardim e Quintino Bocaiúva representam respectivamente as duas posições. (COSTA, 1977, p. 320).

A existência de outras correntes dentro do movimento republicano expressa o caráter heterogêneo do entendimento do que viria a ser a República. Em uma breve síntese, é possível afirmar que o grupo paulista preconizava a República como um regime que propiciasse maior autonomia político administrativa, de forma a adequar-se às novas demandas provocadas pelas transformações na economia ocorridas na segunda metade do século XIX. Por outro lado, segmentos identificados com as camadas médias expressavam seu descontentamento por meio de superação da Monarquia. Acrescente-se que o tema da abolição era delicado para determinados grupos que não desejavam indispor-se contra os proprietários de escravos. Afirma Patto (1999):

A República foi, acima de tudo, resultado de uma cisão da classe dominante que se configurou ao longo do Segundo Reinado. O conflito básico que traz o fim do período monárquico não se dá entre um Brasil moderno, progressista, desejoso de democracia, representado pelas classes médias urbanas, e um Brasil conservador, regressista, afeito a concepções políticas totalitárias, representado pelas classes oligárquicas do Império; os grupos em confronto são dois setores da classe que garantira a sobrevivência do regime imperial: de um lado, as chamadas oligarquias tradicionais dos senhores de engenho do Nordeste e dos barões do café do Vale do Paraíba (monarquistas,

escravistas, decadentes), apegadas a relações de trabalho e a formas de produção caducas, mas detentoras de poder político; de outro, as novas oligarquias dos fazendeiros do café do Oeste paulista que, embora ocupando lugar central na economia do país, não dispunham de poder político. (PATTO, 1999, p. 168).

Portanto, as transformações ocorridas no âmbito das relações econômicas e sociais tornaram superado o regime imperial. É evidente que a Proclamação da República não se explique pelas questões religiosa, militar ou escravista de forma isolada, mas devem ser compreendidas como manifestações de uma conjuntura política em que o Império não era mais capaz de responder de forma satisfatória aos interesses dos grupos dominantes.

Recordamos que o Brasil deixava de ser uma sociedade escravocrata, embora persistisse a brutal exploração da mão de obra dos trabalhadores, na qual as principais relações de produção eram de trabalho assalariado. O velho regime monárquico, representante dos interesses de uma fração dos proprietários escravocratas era incapaz de levar adiante as reformas necessárias para a modernização requerida pelos segmentos econômicos em ascensão.

Em consequência disso, diferentes segmentos da sociedade estavam descontentes com a condução política do Império, sobretudo, após a Guerra do Paraguai. Nos decênios finais do regime imperial, a expressão República simbolizava a defesa da liberdade, da democracia, da ciência e do progresso social, algo tido como improvável sob a égide da Monarquia. Sem bases, o Império perdia apoio dos grupos que lhe davam bases de sustentação. Cunha (2010) assinala:

A República foi proclamada por um golpe militar, surpreendente desfecho de uma longa série de manifestações em prol desse regime político, inclusive insurrecionais, ao longo do século XIX: Revolução Pernambucana, Confederação do Equador, Revolução Farroupilha, Revolta Sabinada e Revolta Praieira. Depois da Guerra da Tríplice Aliança, contra o Paraguai, essas manifestações foram sobretudo político-ideológicas. O Manifesto Republicano, publicado na imprensa carioca em 3 de dezembro de 1870, denunciou os privilégios do regime monárquico, inclusive e em primeiro lugar os de religião. Tendo Saldanha Marinho como primeiro signatário, o manifesto denunciou a falta de “[...] liberdade de consciência nulificada por uma igreja privilegiada”. (CUNHA, 2010, p. 193).

Carvalho (1987) afirma que a agonia do Império sucedida pela Proclamação da República foi caracterizada pela ausência da participação popular. Não por acaso,

Aristides Lobo, um entusiasta da República, observou que o povo testemunhou bestificado o início do novo regime.

Conforme explicitado por Carvalho (1987):

Aristides Lobo não estava só na percepção do povo como alheio aos fatos políticos. Seria fácil alinhar várias citações de outros observadores apontando na mesma direção. Basta-nos, no entanto, referir apenas outra frase famosa, agora de um sábio francês há muito residente no Brasil, Louis Couty. Ao analisar a situação sociopolítica da população do país, Couty concluiu que poderia resumi-la em uma frase: “O Brasil não tem povo”. Seus olhos franceses não conseguiam ver no Brasil aquela população ativa e organizada a que estava acostumado em seu país de origem. Aristides Lobo pode ter falado por distorção elitista, assim como Couty o pode ter feito por etnocentrismo francês. Ambos eram, todavia, pessoas esclarecidas e interessadas nas mudanças sociais e políticas que fermentavam ao seu redor. É preciso que nos perguntemos pelo sentido de suas palavras, pela realidade que lhes possa ter servido de referência. (CARVALHO, 1987, p. 9-10).

Assim, a Proclamação da República se fez por meio de um golpe comandado por militares. Na organização do novo regime a ordem social foi mantida, se bem que muitos partidários da República a vislumbrassem como sinônimo de modernização e ilustração.

Não por acaso, a educação era apresentada por muitos intelectuais identificados com o movimento republicano como instrumento de modernização e promoção do desenvolvimento. Desnecessário afirmar que a República herdou a tarefa não resolvida no âmbito da educação: a universalização da oferta, a obrigatoriedade e a laicização do ensino.

Isto posto, as ideias sobre a questão educacional não podem ser consideradas em si mesmas. A defesa da educação como instrumento de modernização da sociedade que foi veiculada na imprensa, e, em especial, no jornal *A República*, constituiu-se na expressão dos valores defendidos pelos segmentos dominantes. No entanto, a sua implementação requeria condições materiais.

### 3.4 O SURGIMENTO DO MOVIMENTO REPUBLICANO NO BRASIL: A IDEIA DE MODERNIZAÇÃO SOCIAL

Tratando-se do território brasileiro no período monárquico, existiram duas grandes alas de potencial partidário em desenvolvimento: Luzia, de Minas Gerais, e Saquarema, da região fluminense com o mesmo nome, ala liberal e conservadora sucessivamente. Embora tivessem percepções políticas diferentes, não raramente Luzias e Saquaremas costumavam transitar entre si, em uma mescla de posicionamentos que ora tendiam para um lado, ora para o outro.

Esta situação, verificada durante o período monárquico, não poderia ser diferente, afinal, as opiniões políticas eram forjadas de acordo com as necessidades das oligarquias regionais, firmadas sobre trocas de favores e alianças das famílias abastadas, que beneficiassem os seus, utilizando-se da violência quando desejassem.

Posto que, a contar do ano de 1834, o Ato Adicional trouxe uma melhor nitidez na divisão das duas alas, conservadora e liberal, ambas continuavam a apoiar o poder moderador do monarca, e sujeitavam-se ao poder central que, a partir das alianças políticas, determinava o desfecho de uma disputa entre liberais e conservadores. Fausto (2007) defende:

Uma distinção importante dizia respeito às bases regionais dos dois partidos. Enquanto conservadores extraíam sua maior força da Bahia e Pernambuco, os liberais eram mais fortes em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A união entre burocratas, com destaque para os magistrados, e os grandes proprietários rurais fluminenses representou o coração da política centralizadora sustentada pelos conservadores. A concepção de um Império estável e unificado, originária da burocracia governamental, foi assumida pelos donos de terra fluminenses, estritamente vinculados à Corte pela geografia e por seus negócios. O setor de proprietários rurais da Bahia e Pernambuco, pertencente ao Partido Conservador, tinha vivido e ainda estava vivendo a experiência das lutas pela autonomia regional com conteúdo popular. Esta seria a razão básica para apoiar a ideia de um governo central, dotado de grande autoridade. (FAUSTO, 2007, p. 182).

O poder moderador constituído por Dom Pedro II e magistrados, quando não estivesse ocupado com querelas regionais, tratava dos assuntos em um nível mais amplo, os quais afetavam a economia brasileira diretamente, como por exemplo, o

tráfico negreiro, os acordos econômicos com outras nações, a liberdade da população, a centralização e a descentralização.

O surgimento do movimento republicano no Brasil data da década de 1870, na medida que a Monarquia deixou de expressar os interesses dos grupos mais dinâmicos da economia brasileira. Na verdade, a defesa da República não pode ser dissociada das condições materiais em franca transformação que possibilitou o surgimento de novos interesses.

A necessidade de dinamizar a entrada de imigrantes em território brasileiro, a questão do cativo, o surgimento de novos segmentos sociais e a entrada de novas ideias contribuíram para o fortalecimento do ideal republicano, já levantado em outros cenários, como na Conjuração Baiana (1798).

Tratava-se de alcançar a autonomia das províncias que jamais seria lograda com o poder moderador existente. Tornou-se necessário firmar alianças por meio da delimitação precisa dos interesses políticos e da agremiação de adeptos de renome. Esta delimitação dos interesses, segundo as necessidades de cada grupo, criariam clubes e posteriormente partidos, por meio de adesões que seriam imprescindíveis para a conquista do poder sobre o imenso território brasileiro, pois, afinal, quem governaria no lugar do monarca e como essa transição do regime político se efetuariam? De acordo com Fausto (2007) despontava no horizonte o movimento republicano.

### 3.5 O PARANÁ NO PROCESSO DA TRANSIÇÃO DE REGIME POLÍTICO E A FORMAÇÃO DO CLUBE REPUBLICANO

Antes de adentrarmos ao estudo do jornal *A República* que veiculou no Paraná, faz-se necessário considerar as questões políticas existentes anteriores à criação do Partido Republicano e da própria emancipação política e administrativa na então comarca paranaense.

A comarca do Paraná, antes de 1853 batalhava por sua emancipação jurídica da província de São Paulo que, aproveitava-se de sua posição junto ao Paraná, para favorecer-se da cobrança de impostos, destinando-os ao desenvolvimento de suas terras. Embora, houvesse na região uma crescente expansão da exploração de matéria prima que promovia o crescimento de centros comerciais, com a abertura de estradas e a chegada de novos desbravadores da região, a comarca desenvolvia-se lentamente no que se referia as condições de vida da população devido a defasagem

de verbas, que a tornava envolta de miséria e de toda a espécie de atraso. Na educação, por exemplo, o atraso em relação emancipação política de São Paulo, refletia-se na escassez de escolas e professores.

Camargo (2004) aponta que o Paraná desde 1500 até 1891 passou por cinco períodos econômicos, nos quais a produção esteve alicerçada sobre a exploração de um determinado gênero de mercado “[...] do ouro, da pecuária, da erva-mate, da madeira e do café” (CAMARGO, 2004, p. 231). Em meados do século XIX a região do Paraná encontrava-se no ciclo da madeira, com serrarias localizadas majoritariamente na região litorânea e que favorecia o envio desse produto ao mercado estrangeiro.

Com a emancipação do Paraná<sup>17</sup>, em 19 de dezembro de 1853, este desconecta-se financeira e politicamente de São Paulo e eleva-se ao patamar de província. A organização administrativa existente até esta data precisava ser suprimida por meio de leis que se adequassem às necessidades sociais paranaenses, inclusive a educacional, buscando remediar ao máximo o atraso gerado pela antiga administração.

Neste momento, a sociedade paranaense era constituída por grandes proprietários de terras, pequenos comerciantes e trabalhadores que em sua maioria eram escravos. A população era basicamente composta por imigrantes que começavam a colonizar as regiões mais afastadas, negros e índios.

Anteriormente à Proclamação da República e em suas primeiras décadas, o coronelismo constituiu-se em um fenômeno de poder das oligarquias rurais, no qual famílias abastadas, proprietárias de terras, disputavam o controle de municípios e firmavam acordos com o poder local, em um sistema de troca de favores, o que possibilitou, inclusive, a perpetuação do domínio político de uma mesma família por muitas gerações. Neste sentido, líderes políticos foram forjados com o apoio de alianças travadas entre os coronéis e políticos de outras regiões.

Em 1853, Zacarias de Góes e Vasconcelos da ala liberal, foi o primeiro presidente da província e o criador das primeiras leis que regeram a administração do território, a fim de fomentar a economia local, incluindo as que tratavam da obrigatoriedade da educação primária, as quais não surtiriam efeito até a normatização do ensino na Primeira República.

---

<sup>17</sup> O Paraná foi a última comarca no Brasil a emancipar-se desta condição.

Desde a década de 70 e com a liderança da ala liberal conservadora nos últimos momentos da Monarquia, o Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira de Sá pertencente a oligarquia paranaense de Tibagi nos Campos Gerais foi convidado a ser o presidente da província, permanecendo no cargo até o final do período monárquico.

Devido a insatisfação crescente de grupos que desejavam a autonomia das províncias brasileiras do poder moderador, o movimento republicano fortalecia-se com a ideia de que a descentralização do poder não se efetivaria definitivamente no regime político em que estavam. Dessa forma, o movimento republicano ganhou adeptos em várias regiões do Brasil, inclusive na província do Paraná. Assinala Camargo (2004):

[...] os adeptos das ideias republicanas, após longos anos de divulgação, conseguiram a adesão de vários homens públicos, tanto da capital como do interior (Paranaguá, Castro, Lapa e Ponta Grossa), e criaram o Partido Republicano. [...] Surge então Vicente Machado, simpatizante das ideias republicanas, como candidato à Assembleia Provincial pelo Partido liberal, sendo eleito para o próximo período legislativo. No exercício de seu mandato, sua atuação foi republicana, tornando-se chefe do partido no Paraná. (CAMARGO, 2004, p. 227).

A partir da segunda metade do século XIX, os apoiadores das ideias republicanas agremiavam-se em clubes. Segundo Santos (2019), as primeiras iniciativas republicanas no território paranaense foram acanhadas e costumeiramente desenvolvidas por personagens ilustres de outras províncias.

O Clube Republicano de Curitiba foi fundado em 1885 pelo paulista Eduardo Mendes Gonçalves, tornando-se responsável pela publicação do jornal *A República* em 1886. Em Paranaguá, o clube foi criado pelo pernambucano Guilherme Leite em 1887 (SANTOS, 2019). Isto posto, as iniciativas não partiriam dos próprios paranaenses, em grande parte pela tardia emancipação da província de São Paulo e os vínculos das oligarquias rurais com a Monarquia, provedora de favores e concessões às famílias abastadas. Corrêa (2006) defende:

A propaganda republicana no Paraná teve inicialmente dois núcleos irradiadores: o litoral, principalmente Paranaguá, e Curitiba. Mas o movimento republicano no Paraná foi muito fraco se comparado ao de outras províncias, o que indica a acomodação e o conformismo das elites locais com o regime monárquico. (CORRÊA, 2006, p. 44).

Com o avanço das empreitadas republicanas e sobretudo, com a extinção da Monarquia, há uma intensificação da ação partidária no Paraná liderada por Vicente Machado e Generoso Marques, os quais lideravam o Partido Republicano Paranaense e o Partido União Republicano respectivamente.

Com a queda da Monarquia, algumas modificações ocorreram na organização partidária, pois o caráter federalista da República impôs a organização de partidos estaduais, que, no caso do Paraná, resultaram de uma reorganização dos partidos imperiais, agora sob nova roupagem: “Os dois maiores partidos existentes, o Liberal e o Conservador adaptam-se às novas circunstâncias. O Partido Conservador, liderado pelo Barão do Serro Azul, é na realidade, com seu consentimento, chefiado por Vicente Machado. Transformou-se no Partido Republicano Federal. Os antigos liberais, sob o comando do Dr. Generoso Marques dos Santos, fundam a União Republicana do Paraná”. (VARGAS, 1970, p. 116).

Registrou-se com a Proclamação da República, a crescente institucionalização dos partidos republicanos e por conseguinte, o aumento do número de periódicos para a defesa das diferentes ideias.

Corrêa (2009) afirma que em Curitiba, “Com a Proclamação, outras folhas republicanas surgiram na cidade. Dentre elas, destaca-se o Diário do Paraná, órgão da União Republicana que disputou o controle do novo regime com o grupo ligado ao *A República*” (CORRÊA, 2009, p. 141). A organização dos partidos e das publicações daria continuidade às lutas de poder, desvelando que mesmo com a superação do regime monárquico, outras disputas nasceriam sob o sol do agora Brasil republicano.

#### 4 O JORNAL *A REPÚBLICA* E A OPINIÃO PÚBLICA

Antes, durante e após a guerra do Paraguai, sucedeu o aumento da circulação de jornais e revistas científicos e literários, bem como aqueles identificados com o movimento republicano, tornando-se um dos principais mecanismos de difusão das ideias contrárias à Monarquia, perfazendo um total de 21 jornais no período compreendido entre 1870 e 1872 (BAHIA, 2009).

O Jornal *A República*, pertencente aos clubes republicanos em diferentes províncias, fez parte do *hall* da imprensa de oposição ao regime monárquico, e possuía características da dinâmica social em que foi forjado.

A criação do jornal *A República* no Rio de Janeiro deu-se concomitantemente com o Manifesto Republicano, em 3 de dezembro de 1870. O Clube Republicano desenvolveu o jornal que ganharia destaque sobretudo nas últimas décadas do século XIX, em meio a efervescência do movimento revolucionário aliado a falência do regime monárquico. Este periódico, acompanharia o fluxo dos jornais liberais do século XIX, nos quais se objetivava divulgar o movimento revolucionário e formar a opinião pública.

Bahia (2009) acerca do funcionamento e constituição do jornal *A República* discorre:

A República começa saindo dia sim, dia não, e reúne Bocaiúva, Aristides Lobo, Salvador de Mendonça, Lafayette Rodrigues Pereira, Pedro Ferreira Viana, entre outros. [...] O jornal resulta da fusão do Correio Nacional com A Opinião Liberal, órgão da ala avançada do Partido liberal – dirigido por F. Rangel Pestana e Limpo de Abreu –, mais tarde Partido Republicano. (BAHIA, 2009, p. 81).

De acordo com o exposto, compreende-se que o jornal *A República* estava alicerçado sobre o pensamento de personagens ilustres da sociedade fluminense, paulistana, mineira, baiana, os quais detinham conhecimento e influência política e que validariam a instalação da República no Brasil. Com o passar dos anos, outras localidades teriam grupos de intelectuais que iriam aderir à causa republicana e criariam seus próprios clubes, dando início ao jornal *A República* em sua localidade, como por exemplo, no Paraná.

O jornal *A República* redigia seus artigos empregando o recurso de anonimato e sob a noção de utilidade pública. Em suas linhas, a demanda do Partido Republicano

era atribuída a uma nação, como se não houvesse movimentos contrários à sua ideologia. Conforme indica Martins e Luca (2018):

A expressão opinião pública é polissêmica – e também polêmica. Conhecer a trajetória dessa noção numa determinada sociedade, situada cronologicamente e geograficamente, pode permitir uma aproximação da gênese da política moderna, isto é, pós-absolutista, cujos discursos invocando a legitimidade desta opinião continuam a ter peso importante na atualidade. Ou seja, a opinião pública, era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral. (MARTINS; LUCA, 2018, p. 33).

Por meio da redação do jornal, as ideias já não pertenciam a um discurso particular, dos indivíduos, mas adentrava à esfera da opinião pública, um artifício empregado na busca pela hegemonia. Como exemplo, tomemos parte do artigo “A vontade Nacional”:

A reunião de uma Constituinte é reclamada por todo o Brasil. [...] A ideia de Constituinte paira na consciência de todos os brasileiros, desde a imposição vergonhosa desse hipócrita catecismo chamado Constituição Liberal, mas que contém os elementos do mais detestável absolutismo, pois que pior não pode haver do que, aquele que escapa à responsabilidade prática, e de qualquer espécie. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 8, 1888, p. 1 “A República” – “A Vontade Nacional”).

Escrito por Joaquim Saldanha Marinho, o excerto anterior buscou convencer os leitores que a intervenção no sistema de governo era aclamada em todo o Brasil, por todas as províncias igualmente. No artigo completo há críticas ao Barão de Cotegipe, ministro do Império na época, e à Princesa Isabel, regente interina, pelos desmandos que segundo Marinho, justificava-se pela incompetência.

Esta estratégia, aproximava-se do entendimento que os redatores possuíam da relevância dos periódicos como agente de destaque nas mudanças sociais e da necessidade de mudança de regime político. Por consequência, o Clube Republicano decide propagandar os últimos acontecimentos que enalteciam o partido e em especial, a almejada República, aproveitando-se de todas as oportunidades para alfinetar os seus opositores.

Mello (2009) discute a conotação dada à palavra República nos últimos anos do regime imperial:

Nas décadas finais do Império, o vocábulo república expandiu seu campo semântico incorporando as ideias de liberdade, progresso, ciência, democracia, termos que apontavam, todos, para um futuro desejado. Para essa renovação da linguagem foi de especial valia a ação da propaganda – em lato senso – que estabeleceu uma relação dicotômica entre república e monarquia, montando com os dois termos um par antônimo assimétrico, recurso de grande força persuasiva. (MELLO, 2009, p. 16).

O termo República tornou-se sinônimo de modernidade enquanto Império significava retrocesso. Nos aproximamos de Mello (2009) ao afirmar que a questão da propaganda em larga escala reforçava estas definições e conduzia o regime monárquico aos seus últimos anos de vigência. Podemos dizer que este processo de republicanismo tratou-se do desenvolvimento de uma cultura de oposição baseada na disputa entre o bem, República, e o mau, Império, concentrando todas as benesses no primeiro, enquanto ao segundo destinava-se o discurso do atraso e do prejuízo. Nesse contexto, os indivíduos estavam sujeitos à crítica e as suas qualidades subordinadas à definição, supracitada, do regime político que apoiavam.

#### 4.1 O JORNAL *A REPÚBLICA* NA PROVÍNCIA DO PARANÁ: ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO

Com entusiasmo, o jornal *A República* do Paraná saúda o ano de 1888, o terceiro de sua existência. Na capa, lê-se a chamada Pátria e Democracia, bandeiras da campanha empreendida pelo Clube Republicano paranaense e, ao qual, o periódico autodenomina-se órgão.

Ao pensarmos o jornal como órgão, compreendemos a organicidade e a identidade do trabalho por este desenvolvido enquanto independente em suas funções, porém vital aos demais membros do corpo - partidário - do qual não pode ser separado e, portanto, essencial na propaganda partidária republicana enquanto é por esta mantido. Por conseguinte, os discursos constantes nas edições do jornal estavam condicionados à estratégia republicana de tomada de poder presente em diversas províncias brasileiras, bem como na província do Paraná.

Em 2 de janeiro de 1888, *A República* publicou uma mensagem aos seus assinantes com os seguintes dizeres:

A República entra no seu 3º ano de existência. Ela vem radiosa de alegria e esperança cumprimentar o público, pela entrada do novo ano e ao mesmo tempo agradecer a extraordinária bondade, com que esse público tem sabido coroar os seus extremos esforços, a sua independência nunca vencida. Durante os seus dois anos de vida, ninguém poderá dizer o contrário, A República tem sabido conservar-se no seu posto de espera, tem sabido abrir o seu caminho, reta, justa, como os seus princípios. Saúde e prosperidade no decorrer do ano. (A REPÚBLICA, ano 3, n.1, 1888, p. 1, “A República”).

A mensagem anterior, cumprimentava os assinantes do periódico que em sua maioria era composta por políticos de carreira e proprietários de terras, adeptos ao Partido Republicano e aos seus princípios. Isto pode ser observado em um anúncio para não assinantes, no qual informou-se:

A República fará hoje uma nova distribuição geral. As pessoas que não quiserem aceitar, far-nos-ão o favor de devolvê-la em tempo, a fim de evitar os enganos que por essa ocasião sempre aparecem [...]. (A REPÚBLICA, ano 3, n.1, 1888, p. 3).

A manutenção do jornal deu-se por iniciativa privada e poucos assinantes a princípio, que em alguns casos, não quitavam o valor das suas assinaturas anuais ou semestrais. No mesmo anúncio consta que “[...] outrossim pedimos às pessoas que estiverem em atraso com o pagamento de suas assinaturas, satisfazerem-no [...]” (A REPÚBLICA, ano 3, n.1, 1888, p. 3).

Em meio aos obstáculos financeiros, adiciona-se que, em 1888, o Brasil passava pelo regime monárquico<sup>18</sup> que, mesmo enfraquecido politicamente, continuava a buscar mecanismos para manter-se no poder. Dessa forma, a iniciativa propagandista do jornal recém criado na província do Paraná, sofria com a oposição do regime vigente e a pequena adesão dos personagens ilustres da província, em uma sociedade de população majoritariamente escrava e analfabeta, que não cooperava com a franca disseminação do periódico.

As primeiras notícias, de que se tem conhecimento<sup>19</sup>, referem-se as investidas republicanas no Brasil e conclamavam os seus assinantes a difundirem com destemor os ideais defendidos a fim de alcançar novos adeptos à causa. A instalação de clubes

<sup>18</sup> O regime monárquico no Brasil é delimitado, por Fausto (2007), em: Primeiro Reinado (1822-1831); Regência (1831-1840); Segundo Reinado (1840-1889).

<sup>19</sup> O jornal *A República* teve a sua primeira publicação em 1886, embora na Biblioteca Nacional Digital – Hemeroteca – estejam disponíveis apenas as edições do ano de 1888 em diante.

republicanos compunha manchetes honrosas referentes a luta travada em defesa do país merecedor do amor da sua população. A Monarquia, constantemente atacada nas edições, recebia características assombrosas, quase fantasmagóricas, e a sua reputação era constantemente relacionada ao fracasso e, sobretudo, ao atraso do país em relação a educação popular, a economia e ao avanço industrial como resultado da ausência de leis que efetivamente resolvessem a questão da escravidão e da autonomia das províncias.

Acerca das fraudes em uma eleição ocorrida na Assembleia Provincial quanto da descentralização do poder do governo, nas quais o autor destacou a corrupção dos votos pela Monarquia, lê-se:

A corrupção não é um vício fatal, inerente ao caráter brasileiro; efeito, não pode deixar de ter uma causa.

Observando toda a nossa hierarquia política, essa escala que desce do imperador ao mais humilde funcionário, não podemos deixar de reconhecer que o sistema político da monarquia é a principal causa do alastramento da imoralidade em nossa política. [...]

Que confiança poderão merecer aqueles, os administradores enviados pelo governo geral?

Não cremos que a monarquia tolere a descentralização que permita às províncias governarem-se por si mesmas. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 3, 1888, p. 1, “Causas e Efeitos”).

O trecho anterior, retirado do periódico, apontou a corrupção como defeito oriundo das ações absolutistas do governo geral, das tramas políticas por ela entrelaçadas e da corrupção que delas deriva.

Segundo Graf (1981), a publicação do jornal *A República* teve início em 15 de março de 1886, na cidade de Curitiba, tendo como diretor o criador do Clube Republicano da mesma cidade, Eduardo Mendes Gonçalves. Reforça essa informação a seção “Notas Republicanas II” escrita em 1897, na qual o jornal faz uma retrospectiva da criação dos partidos republicanos no Paraná e afirmou ser indispensável que anterior ao estudo dos partidos, fosse conhecida a trajetória de fundação do jornal *A República*, folha que participou ativamente das “[...] lutas gloriosas do tempo da propaganda [...]” e que “[...] no Paraná representa legitimamente as tradições republicanas [...]” (A REPÚBLICA, ano 12, n. 220, 1897, p. 2, “Notas Republicanas II”).

Nessa mesma nota, o autor assevera que:

No Paraná, ao Dr. Eduardo Mendes Gonçalves (salvo engano) cabe a glória de ser o primeiro que batalhou pela nova ideia [...] fundou ele um Club Republicano, cercado-se de meia dúzia de moços e em 1885 fundou este jornal". (A REPÚBLICA, ano 12, n. 220, 1897, p. 2, "Notas Republicanas II").

Por meio do excerto, notou-se que o ano da fundação do jornal, 1885, diferiu do ano da primeira publicação, 1886, mas coincidiu com o ano da criação de Clube Republicano de Curitiba, informação que reforçou a finalidade partidária do jornal e a busca pelo aumento das adesões.

Pilotto (1976), sobre o a duração do jornal e as razões pelas quais não são encontrados exemplares do ano de 1886 e 1887, assinalou:

Teve este periódico 44 anos de existência, pois o seu último número é de 1930. Estava pronto o número de 5 de Outubro desse ano marcado pelo estouro da Revolução do Paraná, mas não foi para a rua porque, como órgão do Partido Republicano Paranaense, nessa madrugada de deposição do governo estadual, nada mais lhe restava defender.

[...] Desse periódico perdeu-se uma coleção que foi vendida como papel velho, para uso de embrulho no comércio varejista, inclusive em açougues que a esse tempo não sofriam fiscalização quanto ao uso de jornais para embrulho da carne.

[...] Restam na Biblioteca Pública do Paraná volumes encadernados de alguns períodos dessa folha. (PILOTTO, 1976, p. 16).

Destacamos a importância da propaganda política antimonarquista conduzida no Paraná pelo periódico, para o estabelecimento do republicanismo, que culminou na criação de diversos outros clubes republicanos no território paranaense, bem como a sua atuação partidária durante todo o período em que foi impresso.

A periodicidade do jornal variou de acordo com o período estudado, bem como as seções e os assuntos tratados no periódico. Com a proposta de edições semanais, que sofreriam algumas interrupções, o jornal em 1888 e 1889 estava organizado em quatro páginas e a sua assinatura para habitantes da capital por três meses custava 2\$000 (dois mil contos de réis), enquanto a assinatura semestral era de 3\$000 (três mil contos de réis). Havia a possibilidade dos assinantes serem de fora da capital da província, Curitiba, e a assinatura nestes casos, custava semestralmente 4\$000

(quatro mil contos de réis) e anualmente 7\$000 (sete mil contos de réis), sem a opção trimestral (A REPÚBLICA, 1888;1889).

A partir de 1890 as assinaturas tornaram-se anuais, no valor de 10\$000 (dez mil contos de réis) dentro da cidade de Curitiba e de 12\$000 (doze mil contos de réis) para as demais cidades (A REPÚBLICA, 1890).

Conforme consta no jornal A República (1891), as assinaturas semestrais voltaram a vigorar no valor de 6\$000 (seis mil réis) na capital, enquanto nas demais regiões cobrava-se 7\$000 (sete mil réis). As assinaturas anuais custavam na capital e fora dela, respectivamente, 12\$000 (doze mil réis) e 11\$000 (onze mil réis) em 1891.

As matérias do jornal que, em sua maioria, não disponibilizavam a autoria, denotavam uma das características primordiais dos periódicos desde o Império até a República, cujo objetivo era afirmar que as ideias expressas não partiam somente de um indivíduo, mas de uma causa, de um coletivo representado pelo jornal, em uma aparente neutralidade e superioridade relativa as disputas ou desafetos enfrentados socialmente pelo autor, muitas vezes em relação ao próprio governo. Desta maneira, como anteriormente discutimos, desenvolvia-se a ideia de opinião pública, ou seja, supostamente livre dos interesses privados.

Moisés, Futata e Quintanilha (2010) ao debaterem as características dos periódicos escritos durante o regime imperial afirmaram ser o imperador “[...] leitor assíduo de todos os periódicos da corte e procedia assim, porque considerava a imprensa um importante meio de comunicação, na qual a opinião pública era manifestada.” (MOISÉS; FUTATA; QUINTANILHA, 2010, p. 120). Adicionado a essa constatação, compreende-se que para o imperador, não se tratava apenas da leitura de uma opinião pública qualquer, mas da opinião não expressa publicamente no parlamento, especialmente por inimigos políticos que buscavam no anonimato uma forma de dar voz às suas inquietações, pois “Naquele período, a imprensa funcionava para os políticos como um canal alternativo no qual lhes era permitido externar, escondidos pelo anonimato, o que não teriam coragem de falar no Senado ou na Câmara” (MOISÉS; FUTATA; QUINTANILHA, 2010, p. 120). Não se tratava apenas de coragem, uma vez que, considerava-se o ato de emitir opiniões contrárias ao regime político em vigência como subversão, com o risco de retaliação pelo governo (BAHIA, 2009).

A maioria da população durante o regime imperial e início da República era analfabeta e aqueles que dominavam a escrita eram os intelectuais, pertencentes a

classe abastada da sociedade. Por isso, tornou-se imprescindível que os autores fossem protegidos pelo anonimato, a fim de terem o seu discurso legitimado e afastada toda e qualquer desconfiança entre seus nomes e as intenções políticas publicamente defendidas.

Gondra (2001), ao tratar da ausência de assinatura nos textos redigidos pelo Doutor Pinheiro Guimarães no *Jornal do Comércio*, aponta que o anonimato:

[...] deslocava a vinculação entre o sujeito empírico e o discurso enunciado, provocando uma imediata vinculação com o jornal. O discurso com esta estratégia deixava de pertencer a um único sujeito e passava a ser reconhecido como algo da própria instituição. Estratégia adotada para enfrentar os estreitos, tacanhos e bisonhos leitores da cidade, driblando e confundindo-os para, deste modo, minimizar ou neutralizar ações de eventuais críticos ou oponentes do médico. (GONDRA, 2001, p. 65).

Embora o protocolo escolhido fosse o anonimato, em algumas circunstâncias a quebra do sigilo da autoria era imprescindível.

Em 15 de janeiro de 1888, lê-se em nota do Movimento Republicano que “Mais um desiludido do regime monárquico abandona a política da mentira para aderir à causa republicana” (*A REPÚBLICA*, ano 3, n. 3, 1888, p. 1, “Movimento Republicano”). O autor destaca a honrada iniciativa de um cidadão, Marcolino Procópio de Castro Ribas, que aderiu ao Partido Republicano, símbolo do patriotismo e da liberdade, superando as mentiras e desilusões advindas da Monarquia. Há nessas linhas, a ideia de conversão, de ruptura total com a perversidade, como em uma religião, em que se espera alcançar a redenção.

O cidadão, segundo a nota, afirma ter sido:

[...] adepto da monarquia. Como o partido liberal mais afagos fazia à liberdade, alistei-me nas suas fileiras. A minha dedicação tocou ao fanatismo, pelo canto das sereias liberais<sup>20</sup>. Sacrifiquei o melhor tempo da minha vida ao serviço desse partido [...] Hoje estou desiludido [...] Quero militar no partido que não pode mentir, que deseja a felicidade da pátria, a sua dignificação na América, pela Proclamação da República. É no seio desse partido que devem-se abrigar os verdadeiros patriotas. Sou, pois, republicano. S. Martinho, 27 Outubro

---

<sup>20</sup> Conforme apontamos anteriormente nesta dissertação, o termo liberal assumiu diferentes conotações ao longo do tempo. O partido liberal identificado com a Monarquia, propunha um modelo de governo conservador, de manutenção da ordem e, por conseguinte, do trabalho escravo. Os republicanos do jornal *A República*, reconheciam-se liberais, porém, radicais, pois buscavam romper, entre outras questões, com o problema da mão de obra escrava.

de 1887. Marcolino Procópio de Castro Ribas. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 3, 1888, p. 1, “Movimento Republicano”).

A assinatura de Marcolino Procópio de Castro Ribas ao final da nota, era um mal necessário naquela página, levando-se em conta o posicionamento anterior que possuía e a influência que exercera enquanto adepto à Monarquia. Ribas como um antigo representante da Monarquia havia despendido tempo na causa e certamente conduzido seus conhecidos a acreditar no regime monárquico, angariando apoiadores. Agora, com a sua conversão ao Partido Republicano, almejava, por meio do seu testemunho, conquistar adeptos à sua nova causa e, esperançosamente, muitos que por ele tivessem sido conduzidos a apoiar a Monarquia em um passado não muito distante.

Segundo Vasconcelo (2018):

A imprensa, desde a sua fundação, tem sido importante veículo de divulgação e informação das ideias vigentes nas sociedades locais. O século XIX no Brasil apresentava um ambiente favorável às lutas políticas e ideológicas, criando espaço na imprensa para manifestações de caráter sociopolítico e de formação da opinião pública em momentos cruciais da sua história. Na segunda metade do século XIX a imprensa passou por mudanças expressivas, abandonando o caráter panfletário expandido nas primeiras cinco décadas e assumindo uma condição de enfrentamento das querelas sociopolíticas, influenciada, muitas vezes, pela modernização das nações europeias. (VASCONCELO, 2018, p. 17).

O Jornal *A República*, veículo da propaganda republicana, assumia um posicionamento de verdade incontestável, divulgador das boas novas e incansável combatente em meio as lutas travadas entre os guardiões da verdade, republicanos, e os soldados da barbárie, a corte. No jornal, contestava-se a postura antiquada da monarquia quanto a modernização tecnológica e social, que estava em franco processo de desenvolvimento na Europa, como a geradora de atrasos sociais de toda ordem. Ruiz Zorrilla em artigo para A REPÚBLICA afirmou:

O governo e o povo brasileiro para serem lógicos e humanitários devem não só declarar a interdição do monarca enfermo como também a toda a família imperial. A monarquia na América é planta parasitária e não oferece seguras garantias de progresso e moralidade. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 32, 1888, p. 2, “A interdição do imperador”).

Nesse caso, não se questionava a ordem econômica da sociedade brasileira, mas tão somente o regime político.

Na primeira edição de 1888, o redator enalteceu o crescimento do Partido Republicano em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul e destacou o sucesso das empreitadas republicanas na superação de questões ocasionadas pelo regime monárquico, como a escravidão. Afirmou em seu artigo que, devido ao brilhante trabalho desempenhado pelos republicanos nas províncias supracitadas, “[...] libertando e propondo a todos a liberdade imediata dos escravos, todas as razões apresentadas pelos srs.<sup>21</sup> Monarquistas cessaram” (A REPÚBLICA, ano 3, n. 1, 1888, p. 1, “A caminho”), ou seja, o redator apontava que a última viga que assegurava a perpetuação do regime monárquico nestas províncias havia sido derrubada e que de agora em diante o regime que propunha combater estava definitivamente vencido. No mesmo artigo, retoma-se as ideias liberais do Partido Republicano e desvela-se em suas linhas a influência do iluminismo:

É digno de nota: os republicanos apresentam o seu sistema de governo, limpo, científico, nascido dos argumentos fatais do progresso, procuram destruir uma forma de governo, por que esta forma por si mesma já está corrupta; os monarquistas que não podem apresentar argumento algum sério, a não ser o do hábito – razão única com que também se pode justificar um vício [...] Desfez-se mais essa teia. Os republicanos libertaram todos os seus escravos. São Paulo não terá mais escravos até janeiro de 89 [...]. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 1, 1888, p. 1, “A caminho”).

Em continuidade a essa afirmação, conclamava a província do Paraná a aderir a abolição da escravidão, assim como fez as suas províncias vizinhas, em especial a de São Paulo:

Que desenvolvimento extraordinário não irá ter essa província! Com que bravura não irá ela abrir para as suas irmãs caminho mais glorioso que se pode imaginar – o caminho do trabalho livre, aberto em todos os sentidos. Estrela brasileira, não tardará o dia em que todo este imenso país, tão sordidamente babujado, este país que raros amam e que entretanto devia ser amado por todos, porque ele o merece, como poucos países do mundo, não tardará que ele ouça os estrepidos gloriosos da tua batalha da luz, os hinos vitoriosos dos que caminham! Paraná, tú que és a mais querida da irmã gloriosa, segue-lhe os passos. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 1, 1888, p. 1, “A caminho”).

---

<sup>21</sup> Mantivemos a escrita original, em letra minúscula.

Os excertos transcritos possuem informações que caracterizam o movimento republicano em 1888. Percebemos que as demandas principais, como a abolição da escravidão, o livre comércio, o progresso e o amor à Pátria estavam presentes nas linhas escritas e denotam a interferência do iluminismo e liberalismo advindos da Revolução Francesa bem como da Revolução Industrial, que modificavam o mundo naquela época e que chegavam ao Brasil por meio dos relatos e produções da elite intelectual brasileira.

Nesse sentido, é importante assinalar que a campanha abolicionista, em fins do século XIX, movimentou diferentes segmentos da sociedade brasileira, mas aqueles que denunciaram a situação de penúria do escravo libertado, abandonado à própria sorte, não foram ouvidos. Não houve em grande parte da imprensa a defesa de reformas que integrassem o negro na sociedade. Pouco mais de três séculos de escravidão deixaram feridas abertas que não cicatrizaram por completo. Havia implícito no processo de abolição da escravidão e na Proclamação da República um projeto de modernização conservadora que manteve intocável o latifúndio.

A disseminação das novidades da Europa, corroborava para a difusão do pensamento liberal no país, sobre os alicerces das classes que estavam postas e nos quais a manutenção do poder da burguesia ficasse inalterada (MOISÉS; FUTATA; QUINTANILHA, 2010).

Fundamentados neste conhecimento, nos propomos a analisar as publicações do jornal *A República* e a sua ação educativa veiculada nas publicações de 1888 a 1891 na província/ estado do Paraná, bem como a articulação política, imprescindível para a tomada e manutenção do poder que, sinalizaria os rumos dos negócios públicos e seus desdobramentos no Regulamento da Instrução Pública paranaense em 1890 e na Constituição Republicana em 1891.

#### **4.1.1 A organização do jornal *A República***

Em meio as 490<sup>22</sup> publicações analisadas do jornal *A República*, no período de 1888 a 1891, nos deparamos com diversas questões importantes que gostaríamos de destacar nas linhas desta dissertação.

Analisar o jornal, órgão do clube e, posteriormente, do Partido Republicano paranaense, em uma época que as discussões políticas acirravam-se e os conflitos ganhavam contornos mais precisos, requereu a capacidade de selecionar os artigos que melhor pudessem retratar as propostas de reforma política, social, econômica e educacional daquele momento histórico, de maneira que outras questões importantes não fossem descartadas e que possíveis ausências fossem percebidas.

Destacamos que foram priorizadas durante o processo de seleção as publicações que estivessem de acordo com o objetivo deste estudo, ou seja, a ação educativa e a propaganda republicana nos últimos anos do Império e início da República, que apontavam as falhas do regime monárquico a serem corrigidas em prol da modernização do Brasil.

Nesse momento, a ação educativa do jornal visava não somente a destruição do regime monárquico, mas esclarecer, segundo o ideal republicano, as qualidades que uma nação moderna deveria possuir. Essa ação, formaria a consciência política das elites, preparando-as para o progresso almejado por meio das propostas de reforma social.

Isto posto, no momento de mudança de regime político, a palavra educar recebeu uma conotação diferente da conhecida até então. Educação já não representava o ensino livresco, mas tornava-se arma de uma luta ideológica em andamento. Recebia um sentido mais amplo dentro e fora das escolas, transformava-se em um remédio de regeneração social contra os males do atraso centenário que os republicanos afirmavam viver. A ação educativa inicialmente veiculada no periódico estudado, colaboraria para a mudança da estrutura política, econômica, social e educacional após a Proclamação da República.

Conforme mencionamos anteriormente, entre os anos de 1886 e 1887 não há publicações microfilmadas deste periódico na Hemeroteca Digital ou em outras bibliotecas públicas. Assim sendo, a seleção dos artigos teve como data inicial o ano de 1888.

---

<sup>22</sup> Ressaltamos que o total de publicações disponíveis para acesso na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional não corresponde a numeração das edições do jornal. Logo, consideramos nesta dissertação somente a quantidade de edições que foram analisadas.

O jornal composto por quatro páginas, permaneceu com o mesmo número de laudas durante o período delimitado para este estudo. Cada página, possuía um foco em especial, porém variável, de acordo com o ano.

Normalmente, na primeira página, por tratar-se da capa, estava presente o cabeçalho do jornal que informava os dados sobre a redação do periódico e o ano de publicação. As primeiras notícias abaixo do cabeçalho traziam informações aos sócios, o nome dos membros do Clube Republicano, notas que cobravam os assinantes inadimplentes, homenagens a mortos e vivos, notícias de fora da cidade de Curitiba e textos que reforçavam a valentia e prudência do movimento republicano, no Paraná e, especialmente, nas demais regiões do Brasil.

Na segunda e terceira página, os textos, na maioria longos, findavam com frases de efeito ou apenas com um singelo “continua”, entre parênteses. A Revista Ilustrada<sup>23</sup>, reconhecida por duras críticas à Monarquia e à escravidão, durante o ano de 1888 foi recorrentemente citada no jornal, recebendo um espaço especial nas páginas do *A República*. Nas edições dos demais anos, continuaria a veiculação de notícias com ênfase nas liberdades concedidas a escravos, bem como duras críticas a aqueles que se opusessem a fazê-lo. O jornal apresentava as chegadas e partidas de personagens ilustres, homenagens a estudantes de medicina que concluíam seus estudos, notícias não comprovadas e denominadas de mexericos, notas de casamentos, nascimentos e falecimentos, achados e perdidos, felicitações de aniversário, convites para festas típicas locais, entre outros.

A partir de 1889<sup>24</sup>, ao tornar-se Diário Oficial do Estado do Paraná, a primeira e segunda página, e raramente a terceira, passou a publicar editais, regulamentos, índices de aprovação escolar, informes de concurso, contratação e demissão de professores, decisões tomadas na Câmara, e outros assuntos públicos. A terceira e quarta página, destinava-se a debates, notas republicanas e classificados.

Os anúncios foram aumentando em número com o passar dos anos e eram compostos pela oferta de serviços em geral, como, assistência funerária, tipografia, corografia<sup>25</sup>, aulas de piano, bem como aqueles sobre corrida de cavalos, produtos de higiene pessoal, xaropes, cigarros, artigos importados. Na seção Memorando,

---

<sup>23</sup> Para o estudo da Revista Ilustrada ler Vasconcelo (2018).

<sup>24</sup> A edição de 21 de novembro de 1889 é a primeira, microfilmada na Hemeroteca, na qual consta a seção Parte Oficial.

<sup>25</sup> Representação de um território por meio de imagens.

ofertava-se serviços prestados por advogados, médicos, dentistas, engenheiros e juizes. Destacamos que os anúncios de ensino, fossem em internatos ou externatos, aumentaram consideravelmente após a Proclamação, sobretudo no período das matrículas. Ressalta-se que algumas propagandas de escolas eram ininterruptas e estavam presentes em praticamente todas as edições do ano.

No ano de 1888, o cabeçalho do jornal informou que as edições dar-se-iam semanalmente, contabilizando 48 edições publicadas e analisadas. Estas edições, que tiveram início em 2 de janeiro e findaram em 29 de dezembro, trazem detalhes do projeto de sociedade pensado pelo Partido Republicano por meio da propaganda partidária, suas ações regionais e novas adesões, as disputas travadas pela ala conservadora e pela ala liberal, bem como as fraudes que os liberais republicanos diziam ter ocorrido nas votações da Assembleia Provincial.

Os republicanos temiam um terceiro reinado pelo Conde D'Eu casado com a Princesa Isabel, e inflamavam a indignação dos leitores do *A República* com matérias sobre a incapacidade da princesa em reger o país na ausência de seu pai, Dom Pedro II, e do excesso de interesse do Conde D'Eu na gestão do Tesouro Nacional. As histórias de efeito moral e as notícias acerca da abolição dos escravos na província de São Paulo e em outras localidades eram recorrentes, exceto no Paraná, que resistia por meio das oligarquias latifundiárias, para a desgosto dos republicanos paranaenses.

No primeiro semestre de 1888 as críticas afetas ao trabalho escravo e as condições de vida dos escravizados foram o foco da redação do jornal. Após a assinatura da Lei Áurea, os libertos não receberiam a atenção de antes. O foco passou a ser a união das forças em prol da Proclamação da República, como se a população fosse uma massa uniforme, sem contradições sociais.

As adesões ao jornal multiplicaram-se após a abolição, compreendida como o último pilar de sustentação da Monarquia, passando de 15 nomeados assinantes na edição de número 9 para mais de 46, na edição 25. Na lista de assinantes, após a abolição, há a identificação do endereço e a ocupação de cada um, que em sua maioria, pertencia ao grupo dos profissionais liberais, interessados na abertura comercial. São industriais, comerciantes, artistas, farmacêuticos, empregados do comércio, pintores, marceneiros, empregados públicos, professores, alfaiates, advogados, barbeiros, engenheiros, médicos, entre outros profissionais liberais. O jornal passou a empregar meninos para a entrega de jornais e criou a seção "A Porta

da Rua”<sup>26</sup> com o nome dos assinantes que não pagavam a devida importância das assinaturas.

No ano de 1889 o jornal continuou em franco desenvolvimento da propaganda republicana e as adesões ao movimento republicano em nível nacional e regional triplicaram com a aproximação da Proclamação. A quantidade de edições sobe para 77, das quais estão disponíveis para acesso apenas 44 na Hemeroteca, contemplando o período de 7 de março a 31 de dezembro. O periódico tornou-se diário em 21 de novembro do mesmo ano e no dia seguinte, dia 22, passou a ser Órgão Oficial do Governo, por meio da publicação de ofícios públicos na seção “Parte Oficial”.

Destacamos um marco importante para o jornal vislumbrado no cabeçalho da edição de 7 de março de 1889<sup>27</sup>. Trata-se da mudança de Órgão do Clube Republicano (Figura 1), constante da última edição de 1888, para Órgão do Partido Republicano (Figura 2), na capa da primeira edição do ano de 1889. Importa ressaltar que até a última edição de 1888, a denominação Clube permanecera. Este achado, permite-nos considerar que a criação do Partido Republicano do Paraná tenha ocorrido, de fato, no primeiro trimestre de 1889.

**Figura 1** – Cabeçalho do jornal *A República* (n. 48, de 29 de dezembro de 1888)



**Figura 2** – Cabeçalho do jornal *A República* (n. 9, de 7 de março de 1889)

<sup>26</sup> A escrita original foi mantida.

<sup>27</sup> A edição de 7 de março de 1889 é a primeira disponível, deste ano, para o acesso na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Dessa forma, é possível que a criação do Partido Republicano tenha ocorrido após 1888 e antes do mês de março de 1889.



Porém, uma nova mudança na chamada do jornal efetuar-se-ia no mesmo ano em consequência da efervescência dos debates e a necessidade de uma propaganda intensa e direta que acompanhasse o desenrolar das ações que culminaria na Proclamação da República. “Pátria e Democracia” seria substituído por “Menos governo e mais Liberdade”, sendo a primeira letra de governo em minúscula em contraste com liberdade, que tem a sua primeira letra em maiúscula (Figura 3).

A escrita em letra minúscula de governo não era ocasional, mas sugeria a fragilidade do governo imperial e a sua insignificância em relação a liberdade republicana, com letra maiúscula, propulsora de grandes transformações e o verdadeiro caminho para um governo legítimo eleito pelo povo.

Percebeu-se essa nova chamada na edição de número 30 em diante, sendo substituído por “Orgão do Partido Republicano” após a Proclamação da República (Figura 4).

**Figura 3** – Cabeçalho do jornal *A República* (n. 30, de 10 de agosto de 1889)



**Figura 4** – Cabeçalho do jornal *A República* (n. 1, de 1 de janeiro de 1890)



A contar de 1890, os discursos e as disputas políticas continuaram e o número de edições saltou para 300, pois com a República estabelecida e o jornal como Órgão Oficial do Governo, a leitura do periódico far-se-ia imprescindível para tomar conhecimento sobre a promulgação das leis, as ações governamentais e principais notícias sobre a política paranaense e brasileira. Deste total de edições, estão acessíveis 295 na Hemeroteca, que abrange o período de 1 de janeiro a 28 de dezembro. O ano de 1890 caracterizou-se pela pressão do *A República* sobre o Governo Provisório em relação a constituição do Congresso Nacional por meio do sufrágio popular, ocasionando debates sobre a instrução pública, pois analfabetos não poderiam ser eleitores. Processou-se uma corrida para a naturalização de estrangeiros, para que tivessem direito ao voto, e a formação de chapas que representassem no Congresso o interesse de cada estado Federativo. A propaganda no jornal tornou-se uma aliada para a repressão de levantes contra a República recém instaurada pois, neste período, representavam o grupo da ocasião.

Em 1891 foram analisadas 103 edições que não correspondem com a numeração do jornal, ou seja, o primeiro exemplar deste ano inicia com o número 304, como se fosse uma continuação aos exemplares do ano anterior. A primeira edição data de 3 de janeiro e a última 27 de agosto.

Neste ano, temos a primeira Constituição Republicana em 24 de fevereiro, denominada Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Este marco na história brasileira obviamente não passaria despercebido no jornal, antes, houve críticas quanto ao projeto da Carta Magna e a sua posterior promulgação.

Ressaltamos a existência de discursos efusivos travados no jornal sobre a atuação de políticos paranaenses no Congresso Nacional e quanto a garantia de uma

gestão constitucional de base republicana e democrática conforme determinado no ato de 15 de novembro e depois por meio da Primeira Constituição Brasileira.

Com a agravamento da crise do poder central, o jornal rompeu com alguns de seus fundadores, apoiadores e representantes no Congresso Nacional<sup>28</sup>. Há a criação de um novo Partido Republicano, respaldado pelo periódico, o “Partido Constitucional Republicano”. O jornal *A República* que, desde o início teve como diretor Joaquim Antônio de Souza, passou a ter um novo proprietário, José C. de Souza a partir da edição 396 de 5 de maio de 1891. Essa desarticulação política anunciava a crise que se instalava no Brasil por meio da desconfiança de que a Monarquia voltasse a dirigir o país, culminando na dissolução do Congresso Federal no mês de novembro. Explica Bandeira (1973):

O Governo de 15 de novembro, a ditadura das classes médias, não correspondia, efetivamente, à correlação de forças na sociedade. Caiu. A oligarquia latifundiária e os interesses do capital europeu recuperavam-se da surpresa do golpe e procuravam ganhar o Marechal Deodoro da Fonseca, Presidente da República, para o seu lado. O Ministério organizado pelo Barão de Lucena, constituiu o primeiro recuo da República. As classes médias fizeram do Congresso (ainda Constituinte) a sua trincheira e do Marechal Floriano Peixoto, Vice-Presidente, a tábua de salvação. O conflito prolongou-se por quase todo o ano de 1891, culminando, em novembro, com a dissolução do Congresso. (BANDEIRA, 1973, p. 140).

A propaganda política no jornal voltou a fazer oposição ao governo. O periódico passou a reforçar as premissas da República e a alegar que estas estavam em vias de serem derrubadas. Por esta razão, o Partido Constitucional Republicano emitiu um Manifesto a 6 de maio de 1891:

Publicamos hoje o manifesto da nova agremiação política denominada partido constitucional republicano – inserto na imprensa da capital federal no dia 1º do corrente.  
Vem o aludido manifesto assinado pela comissão de redação do mesmo, composta dos deputados Annibal Falcão, Felisbello Freire e Serzedello Correia; e pela comissão do partido composta dos congressistas José Simeão de Oliveira, Aristides da Silveira Lobo, Custódio J. de Mello, Antônio Justiniano Esteves Junior e João Pedro Belfort Vieira.

---

<sup>28</sup> Ubaldino do Amaral Fontoura, Eduardo Mendes Gonçalves, Generoso Marques, que apoiaram o movimento republicano antes da Proclamação.

A restauração dos preceitos constitucionais, evidentemente violados; – a autonomia dos Estados, a liberdade espiritual e de trabalho, a garantia do voto, com base no sistema representativo, e outros pontos, formam o programa do novo partido.

Eis o Manifesto:

Obedecendo aos conselhos do nosso patriotismo e tendo em vista a atual situação política do Brasil, resolvemos promover a unificação do partido republicano, fortalecendo-o com os bons elementos que aderiram a revolução triunfante, a 15 de Novembro de 1889.

Nesse trabalho, é nosso intuito dar-lhe feição mais precisa, apoiá-lo em mais vasta soma de opinião que seus órgãos procurarão esclarecer e guiar de modo a poder – fora do governo – reagir sobre ele em bem da República, contendo-o em seus desvios e reprimindo-lhe os excessos. [...]

A utilidade da unificação do partido republicano assim compreendida é manifesta.

O exame dos fatos nos convence de que a República impôs-se pela força de dois elementos ou condições de sua existência social e política; a ausência de um partido verdadeiramente monárquico, o que ficou demonstrado pela adesão quase unânime das consciências ao advento do seu governo e à larga propaganda dos novos princípios que dominou todas as classes sociais impondo-se como um dever iniludível aos espíritos dirigentes. [...]

É isso que explica a geral aceitação e nenhum protesto por parte do país, pelo fato glorioso da destruição da realeza. [...]

Os atos **(do atual regime)**, porém, que emanam do poder, os seus erros, a origem de seu governo, os seus abusos que tem como consequência o descrédito da organização republicana e a crise social que assoberba a nação, deram lugar para a ousada propaganda com que se afronta a República.

É, portanto, necessário que bem alto repudiemos essa política que a tem comprometido, e que, mais uma vez, afirmando a nossa crença nas excelências do regime republicano, proponhamo-nos fundá-lo e praticá-lo em bem da nossa pátria.

Demais a organização de um partido, francamente republicano, e que, pelo seu vasto programa, possa obrigar os grupos, em via de formação ou já em luta, irá oferecer aos que, até hoje tem estado acampados e indecisos ao pé da República, oportunidade e ensejo para sincera e dignamente servi-la. [...]. (A REPÚBLICA, ano 6, n. 397, 1891, p. 1-2, “Partido Constitucional Republicano”, grifo nosso).

O aludido manifesto conclamava os cidadãos a aderirem ao Partido Constitucional Republicano, o qual afirmava ser o leal defensor da Constituição Brasileira, a fim de evitar possíveis transgressões advindas de anarquistas que pretendiam instaurar, novamente no Brasil, o abuso de poder, a ditadura, a má administração do Tesouro Nacional e a repressão da liberdade. Os autores destacavam em seus escritos que levantes eram feitos por aqueles que não conseguiram libertarem-se:

[...] da educação política que receberam, cheios de preconceitos, em geral. Gastos e sem civismo e absolutamente impróprios para a elevada missão regeneradora, exigida pelo novo plano de vida política em que fora lançada a nação.

Daí o descrédito da obra grandiosa iniciada a 15 de Novembro de 1889, o desgosto que se está apoderando de todo o país, as desilusões que surgem, o descontentamento que principia a assumir a forma de um disfarçado protesto, em que despontam, como tímida ameaça, as reminiscências monárquicas, que não podem, nem devem ressurgir. (A REPÚBLICA, ano 6, n. 397, 1891, p. 2, “Partido Constitucional Republicano”).

Em meio ao embate ideológico, que culminaria na ruptura de relações entre alguns dos líderes republicanos do ato de 15 de novembro, Vicente Machado permaneceu como redator político do jornal e cultivava apoiadores. Influente político paranaense desde os tempos da propaganda,

O Partido Republicano Federal tinha como figura política central Vicente Machado e era composto pelos republicanos que militavam em torno do Clube Republicano de Curitiba, aliados aos ex-conservadores. Estes deram início a um vasto discurso de unificação de todos aqueles que desejassem participar da reorganização da pátria, incluindo os membros dos ex-partidos monárquicos. As alianças foram firmando-se, e uma nova configuração de forças, formada por republicanos e ex-conservadores, passou a ocupar as estruturas de poder do estado, que tinha A República como seu órgão oficial. (CORRÊA, 2009, p. 146).

Devido a militância política que exerceu em benefício do Clube Republicano e mais tarde, Partido Republicano, notou-se a relevância do nome de Vicente Machado na função de redator político do jornal *A República*.

Líder do Partido Republicano no Paraná, fez jus ao seu título no jornal e travou debates acalorados em defesa dos sustentáculos da República definidos em 1889. Recorrente citado nas páginas do jornal, foi um personagem ilustre que cultivou uma legião de admiradores, sendo constantemente requisitado por abaixo assinado para ocupar cargos públicos, embora não desejasse ser candidato. Atuou como Presidente da Câmara Municipal, foi gestor dos gastos públicos e da instrução popular a partir de setembro de 1890. De 1893 a 1894, ocupou o cargo de governador interino do estado do Paraná, devido o afastamento de Francisco Xavier da Silva por doença. Após esse período, Machado foi eleito governador do Paraná “[...] para o quadriênio 25/02/1904 a 25/02/1908 – mandato que não cumpriu até o fim, em função de sua morte” (SANTOS, 2019, p. 101).

O periódico *A República* ao longo dos anos modificou-se tanto na equipe de redação, quanto na característica dos discursos de impacto. Importante jornal paranaense, travou diferentes lutas nos anos pesquisados.

Entre 1888 e novembro de 1889 o periódico concentrou-se na propaganda de oposição ao governo monárquico e difusão do ideal de **Pátria e Democracia** nos moldes republicanos. Abolicionista e apresentando-se como revolucionário, buscou inflamar os ânimos dos leitores e contestou as oligarquias latifundiárias do Paraná que tardavam a aderir ao movimento republicano.

Após a Proclamação da República, a ação educativa e propagandística teve continuidade e atuou na frente de apoio ao regime republicano, bem como no combate aos discursos que pudessem incentivar a derrocada da República recém estabelecida. A aliança com os militares se fortalece e noticia-se seus feitos em todas as edições.

A partir de 1890, os primeiros ataques foram sentidos por meio de periódicos de oposição dada a demora para a eleição de representantes republicanos no Congresso Nacional. O Governo Provisório era atacado e questionava-se a vulnerabilidade do país enquanto não fosse constituído o Congresso e assinada a primeira Constituição Federal. Levantes eram repelidos imediatamente pelo jornal e por militares, exaltava-se a necessidade de uma ditadura republicana ou um republicanismo conservador enquanto a primeira Carta Magna não fosse assinada. No Paraná, o governador José Marques Guimarães assinou o Decreto n. 31, em 29 de janeiro, que regulamentava a instrução pública.

No ano seguinte, 1891, o jornal dedicou-se a questionar a demora para que a Primeira Constituição Brasileira fosse promulgada. O periódico, até então, apoiador dos atos do Governo Provisório, começou a questionar a lentidão dos processos e defendeu fervorosamente a necessidade de uma Constituição Brasileira. Dúvidas foram semeadas na sociedade ilustrada quanto a idoneidade do periódico devido a aliança com os congressistas republicanos e as intenções dos mesmos. Cogita-se a possibilidade de um golpe político e o jornal passa a ser de oposição.

#### 4.1.2 A ideologia republicana no jornal *A República*

O jornal *A República* inicialmente nos apresentou algumas informações que, em uma primeira leitura, mostrou apenas uma parte da sua missão. Entretanto, quando aguçamos o nosso olhar e penetramos profundamente nas entrelinhas de

cada seção, notamos que o jornal, propagandístico, não se restringia somente a uma publicidade objetiva, porém, implícita e fundamentalmente educacional. Zanlorenzi (2014) reforça que a mídia impressa, por meio de revistas e jornais:

São suportes para a relação entre organizadores e a coletividade. Do mesmo modo que tais meios de comunicação expõem aos leitores os acontecimentos de interesse público, manipulam esses interesses, forjando uma forma de ver, de atuar e de orientar as atividades dos sujeitos, legitimando uma ideologia. (ZANLORENZI, 2014, p. 13).

Por meio de histórias de efeito moral, conduzidas por um romanticismo enaltecido, a propaganda política buscou conduzir seus assinantes a uma reflexão acerca da realidade experimentada no cotidiano, por meio de exemplos corriqueiros, porém, extremamente eficientes para alcançar os objetivos políticos propostos pelo Partido Republicano.

O jornal iniciou as publicações em 1886, fato este apurado pelo ano no cabeçalho do periódico (Figura 5), o qual demonstrava estar em seu terceiro ano, bem como por meio de uma nota da primeira edição de 1888:

Que o Bisconde<sup>29</sup> ficou muito insultado com o **último número** deste jornal...que o dito cujo no intuito de saber quem escreve esta seção (sic) andou por trás das cortinas, no Cube Curitibano, a fazer fosquinhas a um nosso sócio [...]. (A REPÚBLICA, ano 3, n.1, 1888, p. 3, “Mexerica-se por aí”, grifo nosso).

O excerto anterior, confirmou a exatidão do cabeçalho do jornal e a sua distribuição anterior a 1888, bem como, aproximou-se de Pilotto (1976), Graf (1981) e Corrêa (2006; 2009) que afirmaram ser 1886 o ano de criação do jornal.

No ano de 1888, notamos diversas informações relevantes que se entrelaçaram, como por exemplo, o próprio enunciado do jornal (Figura 5) a seguir:

**Figura 5** – Cabeçalho do jornal *A República* (n. 3, de 15 de janeiro de 1888)

---

<sup>29</sup> A palavra Bisconde foi mantida conforme o texto original.



Observamos o lema “**Pátria e Democracia**”, que demonstra as principais demandas do movimento republicano nas décadas finais do século XIX que antecederam a Proclamação da República.

Ao tratar de **Pátria**, o movimento buscava a definição de uma identidade brasileira, em especial, o sentimento de pertencimento à uma nação, questão em aberto devido a influência de Portugal sobre o Brasil. Este sentimento de pertencimento à uma nação, que desde o “descobrimento”, passando pela Independência, até os últimos anos do regime imperial, não foi lograda totalmente devido a maioria da população letrada e influente ser de origem portuguesa, transmitindo valores da sua terra natal aos seus familiares, transformou-se aos poucos. Adiciona-se a esse quadro, as dificuldades advindas do regime político, determinante da exploração do Brasil por Portugal e outros países e da proibição da livre expressão do pensamento.

A contar da Constituição de 1824, da liberdade e atuação da imprensa e do nascimento de uma maior quantidade de brasileiros, brancos, que recebiam a nacionalidade brasileira, deu-se a união daqueles nascidos em solo brasileiro, que desejavam a descentralização e, mormente, o rompimento definitivo com as políticas da Monarquia, as quais impossibilitavam o crescimento econômico do Brasil.

Far-se-ia necessário dar contornos próprios a um país cuja população era diversificada, advinda de diferentes nações, constituída de diferentes etnias. Carvalho aponta “[...] tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de construir a nação [...] educar era obra de moldagem de um povo” (CARVALHO, 2003, p. 9).

Ressaltamos que essas primeiras iniciativas foram acanhadas e melhores definidas com o passar do tempo, pois, nem todos os brancos nascidos no Brasil

desejavam ter a nacionalidade brasileira, antes, a preferência era por aquela originária dos seus pais. Soma-se a isso, uma questão puramente cronológica, ou seja, os recém nascidos na década de 1820 possivelmente tomariam consciência de sua identidade após os 16, 18, 20 anos de vida. Isto posto, a formação de uma nacionalidade lidava com o tempo, com as opções de cada jovem adulto, com a família e a classe social a que pertencia, aliado ao posicionamento político com o qual possuía maior proximidade.

A constituição do sentimento de nação, que denominamos nesta pesquisa como união e busca por objetivos em comum entre pessoas que se reconhecem pertencentes a um país e portadoras de uma nacionalidade – brasileira – iniciava-se de cima para baixo, ou seja, desde a elite ilustrada responsável pelas votações nas Assembleias Provinciais e frequentadora dos Clubes Republicanos, para os demais segmentos da sociedade. Dessa forma, sem a devida união, a tomada de poder perderia efeito e estaria destinada ao fracasso.

O segundo ponto importante a notar, trata-se da **Democracia**, ou seja, da liberdade de articulação política, de voto, de expressão da opinião pública, sem o poder moderador do monarca ou suas investidas duvidosas, as quais resultariam no enfraquecimento da ala liberal republicana. Além disso, assumir um regime democrático, abriria o caminho para o fim da escravidão, para o voto daqueles antes ignorados pela própria constituição, para direitos antes restritos a uma classe social.

Ao insistir em uma ideia que, neste caso, trata-se de **Pátria e Democracia**, o movimento republicano revelou a inexistência destes pontos na realidade concreta, pois se estes existissem não seria necessário enfatizá-los. Falava-se em Pátria, e de fato, não havia uma nacionalidade constituída. Falava-se em Democracia quando, na prática, o poder investido ao monarca não permitia a liberdade das relações econômicas, sociais e políticas. Os pontos primordiais da luta do movimento republicano, expostos logo na primeira página, ou seja, em seu cabeçalho, para a pronta compreensão dos leitores, constituía apenas a chamada para uma propaganda mais profunda, aproximando-se de um doutrinamento.

#### 4.1.3 O jornal como instrumento educativo e propagandístico

A propaganda republicana não aconteceria apenas por meio da via direta, explícita. Aproximar-se do público, requeria manobras mais elaboradas. Deste modo,

adotava-se um catecismo nas páginas do periódico, por meio das histórias de efeito moral. Logo, a propaganda explícita por meio de notas de jornal para a adesão ao Clube Republicano, diferenciavam-se das mensagens de efeito moral, estas imersas em uma característica fortemente educativa e que denotavam os principais pontos da reforma republicana.

Com o intuito de elucidar, essa assertiva, acerca da ação educativa do *A República*, transcrevemos parte de uma história, na qual o narrador, que havia viajado o mundo e estava ausente do Brasil há 10 anos, devido uma rixa do seu avô com o lente<sup>30</sup> do Instituto Paranaense, reclamava que parecia estar adormecido com a lentidão de tudo que o cercava, enquanto que, as ditas “novidades” o aborreciam:

Em redor de mim, e por sobre a minha cabeça, e de todos os móveis e cantos da casa, subia um perfume carregado de sonhos e loucuras, que me sufocava, abalando-me fundamentalmente, num choque súbito, confuso, indescritível, de saudades e coisas irremediavelmente perdidas... [...]

Ouvia-se o silêncio, no terreiro as galinhas remexiam o cisco, esparramavam-se com as asas eriçadas, cobertas de pó. [...]

E assim foram correndo os dias e eu sem sair às ruas.

[...] Passava nesse instante uma mulher.

\_ Ela! Disse eu. Ele (**o amigo**) contou-me coisas horríveis. [...]

A mulher sustentava a casa. Variava de machos sem o mínimo pudor; o marido saía da cama para dar lugar a eles. E agora estava tísica, todo o mundo dizia que ela estava tísica [...]

Despedi-me do meu amigo e caminhei pelas ruas, sem direção certa. Eu ia preocupado com aquela mulher. Que queda! (A REPÚBLICA, ano 3, n. 2, 1888, p. 1- 2, “Dez anos depois”, grifo nosso).

Com base no trecho de “Dez anos depois”<sup>31</sup>, a qual teve a sua continuidade nas edições de número 3, 4, 5, 6, 7 e 9 de 1888, de autoria de Hildebrando Souza<sup>32</sup>,

<sup>30</sup> Os lentes do Instituto Paranaense, conhecido como Liceu e Ginásio (desde o século XX), eram indicados pelo presidente da província e desempenhavam funções de supervisão na instituição. A indicação para o cargo, denota o teor político da função e a sua estreita relação com o modelo de governo vigente.

<sup>31</sup> Ressaltamos que a primeira parte da história “Dez anos depois” consta na edição de número 1 de 1888, sob o nome “Depois de dez anos”.

<sup>32</sup> O nome Hildebrando Souza ou Hildebrando de Souza é mencionado inicialmente na edição de número 1 de 1888 como “[...] um moço quase legendário. Ele pretende revelar coisas assombrosas” (A República, ano 1, n.1, 1888, p. 3 “Observação”). Porém, não havia menção da participação deste em eventos sociais ou debates, dificultando a definição de pseudônimo ou algum intelectual republicano com esse nome. Além disso, Souza não constou em nenhuma das listas de assinantes (edições de número 9 e 25 de 1888) ou de eleitores do Estado do Paraná em 1890 (edições de número 162,163,167), que foram disponibilizadas nas edições do jornal *A República*. Desta forma, embora na edição de número 47 de 1888, Hildebrando tenha escrito que era paranaense “[...] paranaense da gema, nascido em Curitiba, a rua das Flores” (A República, ano 1, n. 47, 1888, p. 3

notamos traços intensos da propaganda republicana que estão implícitos em suas linhas. Há uma motivação educacional na escrita que ocupou as páginas do jornal por muitas edições, por meio de alegorias que representavam as ideias do movimento republicano.

Souza, ao regressar ao Brasil, segundo narrou, destacou que nada havia mudado para melhor em Curitiba nos dez anos em que esteve fora, mas muito pelo contrário. Com um tom irônico, destacou a poeira nas asas das galinhas que tentam se aproveitar do mesmo cisco uma e outra vez, que nada mais fazem do que remoer o mesmo alimento. Essas galinhas, levando em consideração o conhecimento do momento político nas últimas décadas do Império, seriam os adeptos da Monarquia na capital paranaense, bem como em outras partes do Brasil, que nada provavam de novo. Antes não saiam do lugar, cobrindo-se da poeira da estagnação.

Hildebrando, escreveu sobre a situação de uma mulher, que conheceu belíssima, antes de sua viagem. Esta mulher, casou-se e possuía um marido que a permitia prostituir-se. Desta maneira, Souza abordou o domínio e exploração da Monarquia e seus adeptos sobre o Brasil, da admiração que tivera antes por sua Pátria e possivelmente até pela Monarquia, porém chocava-se com a situação degradante na qual a sua nação encontrava-se no momento em que escrevia. Estava o Brasil enfermo, tísico e o seu fim estava próximo. Por onde andaria o amor à Pátria?

Na sequência evidenciamos mais um trecho de *Dez Anos Depois*, por meio do qual percebeu-se com maior clareza o viés político dos escritos de Hildebrando:

O Leôncio, o futuro deputado conservador, leu me também as suas poesias novas. São muito artísticas e muito inspiradas.  
 Que pena eu sinto de que a realidade da vida nos vá afastando um do outro, para talvez nunca mais nos encontrar-nos!  
 Ele vai entrar os velhos palácios da velha política, abandonando talvez bem tristemente o pequeno quartel daqueles que trazem a verdade, como único resplendor?  
 Ele vai gastar todo esse luxo aristocrático, enquanto que eu não passarei dos meus andrajos de democrata.  
 Contudo, daqui alguns anos, se uma cegueira não turvar-lhe a vista de uma vez, e o seu temperamento não perder a sensibilidade de hoje,

---

“Na cidade natal”) assumimos que o nome Hildebrando Souza ou Hildebrando de Souza tenha sido possivelmente um pseudônimo, adotado para críticas partidárias durante os tempos de propaganda, devido a menção do seu nome ter cessado aparecer após 1888 e retornado apenas em 1897 na assinatura de uma poesia, que seria seu último escrito no jornal. Ressaltamos que nossa pesquisa abarcou todas as edições do jornal *A República* (1889-1930) por meio de palavra-chave. A partir da segunda década do século XX encontra-se no jornal o nome de Hildebrando Souza Araújo, porém este, o qual possui dados bibliográficos disponíveis, nasceu em 1885, impossibilitando ser este o Hildebrando que assinou artigos em 1888.

com que desolação, do cimo de suas pompas, não verá ele o seu velho companheiro, caminhando sempre, embora talvez já envelhecido, a fitar o ideal, com a fé com que os pastores fitavam a estrela de Belém! Eu tenho pena de ti Leôncio, porque o amanhã é meu, é dos meus! Tudo caminha para o desenlace.

E mais tarde se o meu nome salvar-se do naufrágio do nada, além da baça auréola de poeta que eu tenho ambicionado para ele, há de ter a da justiça dos povos, como um dos batalhadores da liberdade humana!

Sim porque eu nasci com esta sagrada paixão, nada me humilhará, nem ameaças, nem misérias, nem torturas! (A REPÚBLICA, ano 3, n. 7, 1888, p. 2, “Dez anos depois”).

Hildebrando contestava companheiros<sup>33</sup>, que igual a Leôncio, compartilhavam romanticamente das ideias republicanas, mas ao deparem-se com melhores ofertas advindas da Monarquia e as dificuldades do movimento revolucionário, enveredavam pelos caminhos do velho regime. O autor, descreveu a cegueira que seu então companheiro republicano possuía, no entanto afirmou que, continuaria a sua caminhada com o olhar fixo no ideal, e que, mesmo velho, teria a convicção de que seria capaz de caminhar sem deixar-se levar pelos obstáculos no caminho. Diferentemente do Leôncio, não perderia a sua visão e manteria a fé na democracia almejada, da mesma forma que, os pastores fitavam a estrela de Belém a fim de conhecer seu Salvador, fazendo uma referência à República.

Hildebrando professou o sacrifício imposto a ele e aos seus, enobrecendo-o em nome da liberdade, otimista quanto ao rompimento do Brasil com a Monarquia.

#### 4.1.4 A ação educativa à elite paranaense

Ao final do século XIX a taxa de analfabetismo no Brasil, segundo Braga e Mazzeu (2017), com quinze anos ou mais de idade, excetuando-se aqueles que não foram alcançados pela pesquisa na época, atingia a margem de 65,3% da população. Já a pesquisa desenvolvida por Bomeny (2003) apontou que, em 1906, a taxa de analfabetismo nos primeiros anos do século XX chegou a 75,6%, porém sem discriminar faixa etária. A partir destes dados, se buscarmos desenvolver uma média entre o final do século XIX e início do século XX, constatamos que 70% da população

---

<sup>33</sup> Trata-se de Leôncio Correia, responsável pelo Clube Literário de Paranaguá e que de acordo com Pilotto foi um dos que “Passaram pela direção do órgão defensor dos princípios do Partido Republicano Paranaense” (PILOTTO, 1976, p. 16). Correia foi recorrentemente mencionado no jornal, como personagem ilustre na luta pela República.

do Brasil era analfabeta. No Paraná de 1906, em cada 1000 habitantes, 239 eram alfabetizados (BOMENY, 2003).

Os dados apresentados nos permitiram compreender que os leitores do jornal *A República*, de acordo com as condições materiais e educacionais da época, faziam parte de uma elite intelectual e ilustre, membros das oligarquias rurais e costumeiramente relacionadas com a Monarquia por meio de cargos de confiança. A leitura seria para poucos, porém qualificados candidatos que minariam as bases do poder absolutista no Paraná com a sua adesão.

Apoiadores da Monarquia, os membros da elite ilustrada não necessariamente possuíam conhecimento do que se tratava o movimento republicano, por meio dos próprios representantes deste, e, careciam, mesmo que não desejassem, de uma leitura que os orientasse.

Prova dessa afirmação, são os jovens citados por Hildebrando Souza, os quais estavam entusiasmados com o advento da *Revista do Paraná*<sup>34</sup>, como meio de defesa dos pressupostos políticos aderidos por suas famílias:

[...] moços passavam conversando e rindo. Por traz da vidraça, ouvi a um deles dizer um dia, que se havia descoberto em Curitiba, um pico, chamado Pico Jacaná. [...] O pico não era nada mais, nada menos que um nariz, um nariz maior que o monte Branco. Era desse nariz que vinham as trovoadas mais fortes; nascia a insulsa, bajuladora, fradical *Revista do Paraná*; e quando alguém trepava-lhe o cume, podia observar, mesmo a luz do sol, um novo sistema – o sistema das Asneirodes. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 2, 1888, p. 1- 2, “Dez anos depois”).

Souza discursava sobre os jovens que estavam felizes pela novidade em Curitiba, ou seja, pelo surgimento da *Revista do Paraná*, representante da Monarquia e de onde, segundo o autor, advinha os mais fortes trovões, ou seja, barulhos estridentes dos conservadores de um grande pico ou grupo da ocasião, que nada mais era do que um nariz intrometido nos assuntos políticos, o nariz do Jacaná<sup>35</sup>, e que causava polêmica, mas sem maiores repercussões.

<sup>34</sup> Dirigida pelo jornalista e educador lapeano Nivaldo Braga (1852-1924), a *Revista do Paraná* (Paraná no original) destinava-se a homenagear os adeptos ao Partido Conservador do Império. A revista semanal, publicava gravuras dos personagens ilustres da sociedade e suas respectivas biografias. Enaltecia os feitos da elite ilustrada paranaense, da Igreja e dados sobre o crescimento da província, bem como, as gravuras dos seus municípios. Osinski e Vezzani (2016) afirmam que revista teve a sua primeira publicação em 23 de outubro de 1887 e a última em 17 de dezembro do mesmo ano, em um total de sete publicações.

<sup>35</sup> Segundo a seção “A Pedido”, Jacaná “Depois de haver espirrado em favor do partido que está de cima, desapareceu, ocultando-se provavelmente dentro do próprio nariz [...] Os jacatruzes que o persigam” (A REPÚBLICA, ano 3, n.1, 1888, p. 3 “A Pedido”).

Mesmo que as condições no Paraná não estivessem propícias para a adesão ao movimento republicano, devido as alianças políticas mencionadas, o excesso do poder centralizador já havia ocasionado um estremecimento das relações políticas no Brasil como um todo. Segundo Bahia (2009), o absolutismo do monarca foi:

[...] um estímulo invisível para a federação preconizada pelos democratas. O ideal de descentralização dos negócios públicos revitaliza o movimento autonomista, opõe oligarquias provinciais e mina a autoridade imperial. Publicistas desse período mostram como a imagem liberal de D. Pedro II assume um foco retrógrado. Até o final da Guerra do Paraguai, em 1870, as elites brasileiras – aristocratas rurais, comerciantes urbanos, intelectuais de pensamento europeu, poetas e escritores da poesia indianista e do romantismo literário, políticos, jornalistas liberais, abolicionistas e republicanos, mestres de artes e ofícios, religiosos – repensam a nação e articulam instituições livres que resultarão no 15 de novembro de 1889. (BAHIA, 2009, p. 118).

O movimento republicano contava com uma abertura e apesar da resistência do Paraná às mudanças, o ideal republicano precisaria adentrar às casas dos alfabetizados e ser transmitido de maneira que todos pudessem compreender e fazer correlações. Para esse efeito, a ação educativa do *A República*, empreendeu durante a sua jornada de emancipação intelectual dos paranaenses o uso de alegorias, normalmente aplicadas a situações romantizadas e a sua publicação em partes, a fim de que existisse o desejo de conhecer o desfecho da história e mais exemplares fossem adquiridos, tornando-se um hábito a leitura do periódico.

## 5 BANDEIRAS DO PARTIDO REPUBLICANO DEFENDIDAS NO JORNAL A REPÚBLICA

Os ideais republicanos defendidos no periódico diversificaram-se de acordo com a visão política que emanava das demandas do movimento republicano. A cada período estudado, os debates variavam. Desta maneira, nos aprofundaremos nos assuntos mais abordados das edições analisadas, a partir dos seguintes subitens: Monarquia e República: definições políticas e partidárias; A Laicidade; A abolição da escravatura e a atuação militar; O processo de derrocada da Monarquia; Ordem e Progresso: o Positivismo e a ditadura republicana no Governo Provisório frente aos levantes sociais e desconfianças estrangeiras; Eleições e formação do novo Congresso; A Constituição Republicana; A identidade nacional; A reforma da Instrução Pública; A regulamentação da Instrução Pública no estado do Paraná.

### 5.1 MONARQUIA E REPÚBLICA: DEFINIÇÕES POLÍTICAS E PARTIDÁRIAS

Compreender que a sociedade paranaense não tinha vivenciado um sistema de governo republicano e que o seu entendimento político estava condicionado as experiências ofertadas pela Monarquia, suscitou o desejo dos redatores do jornal *A República* em contribuir com a emancipação intelectual de seus leitores e significar o regime monárquico, bem como o republicano.

A citação de Emílio Castellar<sup>36</sup> na capa do jornal em 1 de setembro de 1888, sobre o regime monárquico apontou:

A Monarquia é para mim a injustiça social. É o privilégio de um só. As monarquias corrompem; as monarquias aviltam; necessitam de cortesãos, precisam de uma onda de funcionários que arrastam aquele mesmo cancro que devorou Byzâncio, que esviscerou a Rússia, o cancro burocrático, que não é mais do que a sombra do grande parasita – do rei. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 32, 1888, p. 1 “Que é a Monarquia?”).

Castellar apresentou a Monarquia como uma verdadeira enfermidade social, alimentada por aduladores que atuavam em benefício do rei e daqueles que

---

<sup>36</sup> Emilio Castellar y Ripoll (1832-1899) foi um escritor e político espanhol defensor do regime republicano.

caminhavam ao seu lado. O autor trouxe como exemplo a Rússia e o Império Bizantino, este que seria tomado pelo Império Otomano após guerras civis no século XIV. O autor acreditava que os interesses eram passageiros, enquanto as ideias bem alicerçadas seriam o verdadeiro remédio de uma sociedade contaminada.

*A República* aproximou-se da afirmação do autor e legitimou seus ensinamentos na edição de 24 de maio de 1890:

Os partidos, as agremiações políticas, se formam naturalmente e se congregam em volta de ideias e de princípios que, hoje abatidos, amanhã serão inevitavelmente vencedores.

Representam sempre uma maior ou menor soma de interesses sociais reclamados por oportunos e muitas vezes abatidos pelas forças compactas dos interesses que se contrariam.

O que porém é de todo indubitável é que fora desses princípios são notavelmente transitórios os triunfos que possam obter as coesões que se organizarem fora destes intuitos.

Já o grande tribuno e notável publicista espanhol, Emilio Castellar, teve ocasião de afirmar, com a incontestada autoridade do seu talento, que as vitórias de ocasião, que os triunfos de momento, podem ser dos interesses, mas que as vitórias definitivas e totais pertencem sempre às ideias. (A REPÚBLICA, ano 5, n. 122, 1890, p. 1, "A República").

A importância do pensamento de Castellar para o jornal, no período da propaganda em 1888 e após estabelecido o regime republicano, em 1890, repousa em sua experiência no exterior, os embates por ele travados a favor da abolição da escravidão e seu conhecimento de que os ideais defendidos por um coletivo, neste caso Clube ou Partido Republicano, teriam força para suportar os desafios e jogos de interesses efêmeros. Isto posto, recuperar os pressupostos republicanos em todas as edições do jornal era de extrema importância e tornava-se uma prática recorrente dos redatores.

Da mesma forma que a Monarquia foi definida por um autor estrangeiro, assim sucedeu com a caracterização do regime republicano. Na edição 31 de 1888, consta uma citação de Alfred Naquet<sup>37</sup> sobre a República:

---

<sup>37</sup> Alfred Joseph Naquet (1834-1916) foi um político e químico francês da extrema esquerda. Suas principais obras são do campo da sociologia: *Socialisme collectiviste et socialisme liberal* (1890); *Temps Futurs: Socialisme-Anarchie* (1900); *L'Humanité et la patrie* (1901), *La Loi du divorce* (1903), *L'Anarchie et le collectivisme* (1904); *Désarmement ou alliance anglaise* (1908).

É uma forma de governo que não admite poder algum irresponsável, irrevogável.

É uma forma de governo, em que a soberania real, efetiva, permanente, reside no corpo eleitoral, e nele somente, de modo que a Nação pode sempre, quando erra, retificar o seu juízo e desfazer, no dia seguinte o que fez na véspera.

Esta forma de governo é a única que se concilia logicamente com o sufrágio universal. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 31, 1888, p. 3, “Que é a República?”).

Naquet abordou uma questão central do movimento republicano, que é a eleição e substituição do líder de governo quando este não atentar às demandas públicas. O sufrágio universal exercido por vias democráticas, propiciaria à sociedade o poder de escolha, que no regime monárquico não se efetivaria. Porém, existiam divergências ideológicas dentre os membros dos partidos, que poderiam conduzir os eleitores ao erro.

Com a intensificação da propaganda e o aumento de adesões ao final de 1888, apoiadores da Monarquia passaram a aderir parcialmente ao ideal republicano, pois compreendiam que não contavam com a mesma força de antes e precisavam permanecer ativos no governo, dividindo-se entre o grupo dos liberais e dos conservadores.

O Partido Republicano denunciava que tanto o Partido Liberal quanto o Partido Conservador demonstravam proximidade em suas concepções políticas. O primeiro, composto por monarquistas adeptos ao liberalismo, com ressalvas que não prejudicassem seus interesses, e o segundo, contrário ao fim do poder monárquico em sua totalidade, não contribuiriam para a modernização do Brasil, para o rompimento com os privilégios e gastos públicos que endividavam e atrasavam as províncias. Lê-se no artigo “A atualidade”:

Nós atravessamos um período de transformação, em que os elementos corrompidos são representados pelo pelos partidos conservador e liberal, cujo ideal é a dominação do povo pela força, o esbanjamento dos cofres públicos, as ladroeiros dos sevandijas encasacados. [...]

Os dois partidos monárquicos, ou antes governamentais, confundem-se na corrupção que os avassala, na falta de convicções sinceras, na falta de ideal, na falta de patriotismo, na falta de intuição política. São dois guerrilheiros imbecis, estúpidos, autoritários, pretenciosos, ignorantes.

Qual seria o objetivo conservador, si estivessemos num país onde se cultivasse o espírito, onde se compreendesse a história, a evolução,

onde, enfim, houvesse dignidade da parte dos partidos políticos militantes?

A própria denominação deste partido o está indicando claramente: o seu objetivo seria, como já foi em algum tempo, **conservar** a monarquia com todo o seu séquito de bajuladores inconscientes; empregar todos os esforços para não derribar as prerrogativas do monarca adquiridas por direito divino, isto é, por meio da usurpação do direito humano [...]

E o partido liberal, que pretende ele? [...]

[...] O partido liberal, como o partido conservador, não tem objetivo, não tem ideal.

Vivem ambos [...] dos arranjos de compadrescos. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 40, 1888, p. 1, “A atualidade”, grifo do autor).

Colocar-se em defesa da República e proteger o eleitorado de possíveis emboscadas ideológicas era o objetivo principal de escritos como o anterior. Havia a desconfiança de que os conservadores e liberais tentassem um terceiro reinado, que não se concretizou, porém, buscou instalar-se por meio de seus representantes supostamente republicanos.

Após a Proclamação da República, a 3 de dezembro de 1889, o jornal veiculou um artigo do Diário da Manhã, no qual o autor afirmou que caíram os partidos monárquicos e descreveu algumas razões para que tal evento tivesse ocorrido:

Feita a República, extinguiram-se os partidos da monarquia.

Individualidades desagregadas se conservaram fiéis a monarquia decaída. Mas o grosso dos partidos, a massa dos antigos monarquistas, abalou desordenadamente para o campo dos vencedores.

Uns foram levados pela convicção de que, consumado o fato, sendo inútil uma tentativa de reação, mais valia, no interesse da tranquilidade e do interesse do país, dar apoio ao governo que vai reorganizar a pátria do que opor-lhe obstáculos.

Outros surpreendidos no gozo dos empregos e das posições pelo choque inesperado da revolução, alegam que, não obstante a aparente fidelidade que até 15 de Novembro guardaram à monarquia, foram sempre profundamente republicanos.

Estes últimos podiam ser chamados – adeptos...do orçamento.

Agora, aparece o germe de uma quarta ramificação, representado pelo sr. Barão de Jaguará, chefe influente no antigo partido conservador de São Paulo.

O Sr. de Jaguará, em manifesto político, declara que os conservadores devem aderir a nova ordem de coisas, no intuito de tomar a direção do país, não a deixando entregue às mãos do radicalismo republicano.

Os republicanos venceram depois de ter dado à sua causa vinte anos de sacrifícios e esforços. Insulando-se, no meio da corrupção em que se atolavam os partidos da monarquia, conservaram-se puros na fidelidade aos seus princípios e na abnegação pela pátria. Orientaram os seus espíritos livremente, fora da atmosfera pesada dos interesses. Preparam-se para o governo da liberdade, da paz, e do patriotismo.

E quando chega o momento da vitória, os que se haviam conservado arredados do movimento redentor, os que se haviam estragado no governo da monarquia, tentam tomar a frente e assumir o governo.

Em nome de que princípio?

Eles se conservaram fiéis à monarquia até o dia em que a monarquia caiu.

Tem os seus vícios. Não são aptos para o governo honrado que a revolução inaugurou.

São fracos. Não merecem a confiança do povo. Inimigos da República, entregaram-se-lhe sem resistência no dia em que a Revolução venceu.

O povo há de ter o bom senso preciso para os afastar da direção dos negócios públicos.

Na frase de Rui Barbosa, a reconstrução da Pátria não deve ser feita com o pó do Império. (A REPÚBLICA, ano 4, n. 53, 1889, p. 1-2, seção A República, “Os adeptos”).

O autor do artigo “Os adeptos” na edição de número 53 de 1889, afirmou que alguns monarquistas resolveram aderir aos vitoriosos republicanos, por receio de não desfrutar do orçamento do novo governo, por não desejarem impor obstáculos ao governo que iria reformar a sociedade ou até mesmo por reconhecerem-se realmente republicanos após o 15 de novembro. Entre estes, o redator apontou alguns indivíduos destituídos de partidos que continuavam a apoiar a Monarquia. O fato é que havia um tom irônico quanto a essas adesões e uma preocupação de que os novos republicanos tentassem minar a República, pois não aderiram pela causa, mas pela força dos acontecimentos, ou seja, por seus interesses políticos.

No primeiro aniversário da Proclamação da República, em 1890, o periódico preparou uma edição especial com oito páginas e destacou mensagens que homenageavam o movimento republicano no Paraná e no Brasil. A forma pela qual desenrolou-se a proclamação da República foi retratada pelo jornal como uma Revolução que, de acordo com o impresso, manteve a ordem pública e o apoio unânime dos brasileiros:

Desde o primeiro dia em que assumiu o governo, a revolução tem sido grande, calma, magnânima: uma só gota de sangue não derramou-se, uma só cabeça não foi decepada, uma só violência não empanou o brilho da sua existência gloriosa.

Os seus atos representam a maior aspiração do século e moldam-se nos mais adiantados princípios da sociologia moderna. O que a outras nações tem custado rios de sangue, tem feito o Governo Provisório debaixo de flores, com o apoio unânime dos Brasileiros.

Aí temos a grande lei da separação da Igreja do Estado [...]. Com ela liberta-se a consciência do indivíduo, por tanto tempo subjugada ao absolutismo de ferro da religião católica.

Temos também a grande lei da naturalização, o casamento civil, a liberdade de cultos [...].

Todavia não tem faltado inimigos a esse governo excepcional, sebastianistas que esperam gozar dos antigos privilégios e regalias do paço, e ouropretistas que sonham ainda com as arcas do tesouro público. Há também uma seita de hipócritas que, não tendo a precisa coragem para sinceramente manifestarem-se, procuram por todos os meios atraí-lo ao governo republicano, para de novamente assumirem as antigas posições privilegiadas.

Mas o que representam esses indivíduos miseráveis, esses restos putrefatos da monarquia deposta?

\_ Representam o pó do império, como disse um dos primeiros ministros da República.

Deixemo-los, portanto; que se corrompam de uma vez. (A REPÚBLICA, ano 5, n. 265, 1890, p. 6, “15 de Novembro”).

Modernização republicana em contraposição ao esfacelamento monárquico, foi o emblema dos escritos presentes na edição de aniversário da Proclamação da República. A retomada da definição de República e de Monarquia estava presente, pois a ação educativa não deixaria de existir no jornal.

Em meio as eleições estaduais de 1891, retomou-se a crítica ao regime monárquico, bem como a definição daquele modelo de governo. O candidato ao primeiro Congresso Paranaense, João Caetano da Silva, lembrou a importância da eleição de um candidato comprometido com o regime republicano. Silva declarou:

Desde os tempos em que a nuvem negra da monarquia estendida de norte a sul empanava o brilho do Sol da Liberdade de nosso caro Brasil, tive a necessária coragem de alistar-me nas fileiras da democracia pura para combater aquele sistema de governo não compatível com a nossa evolução social [...].

À vista, pois, do exposto direi a meus concidadãos o seguinte:

Tendo sido marcado para 15 de fevereiro de 1891 a eleição de deputados ao primeiro Congresso Paranaense e acreditando que o Governo, não apresentará candidatos, seguindo ou copiando os péssimos costumes dos tempos da defunta monarquia – por nós tão censurada – apresento-me, em meu próprio nome, ao eleitorado, solicitando do mesmo uma cadeira na representação do Congresso. (A REPÚBLICA, ano 6, n. 308, 1891, p. 3, “Ao eleitorado”).

Trazer à memória os costumes e as características da Monarquia seria uma constante nas edições do *A República*, que reforçava, sempre que possível, a soberania do regime republicano. Ou seja, a propaganda após a Proclamação continuaria, pois seria perigoso para a ordem política estabelecida, que as razões para a mudança do regime político caíssem no esquecimento.

## 5.2 A LAICIDADE

A laicidade foi uma bandeira levantada pelos republicanos e demais oponentes quanto interferência da Igreja nas políticas públicas, bem como os benefícios que esta recebia da Monarquia.

Com o advento da ciência moderna representada na teoria do evolucionismo, do Protestantismo, juntamente com a teoria do Positivismo de Auguste Comte e os embates entre Estado e a Igreja por causa da questão dos Bispos, os dogmas da instituição Católica foram contestados, bem como seus privilégios e a participação nas decisões políticas do Brasil. Além disso, a Igreja não permitia o casamento civil e excomungava aqueles que se opusessem a esta normativa.

Nas edições do periódico, o discurso de superação dos velhos costumes católicos não passaria despercebido. Bahia (2009) afirma que, na imprensa a laicidade do Estado “[...] ocupa os jornais de todas as tendências tanto quando a Abolição e a República. Liberais e republicanos queriam a imediata separação da Igreja do Estado. A fórmula era “a Igreja livre no Estado livre” (BAHIA, 2009, p. 90). Artigos contrários a influência da Igreja foram recorrentes no jornal *A República*, devido a efervescência dos debates a favor da Proclamação da República. Nestes artigos, havia relatos, de fontes não disponibilizadas pelo jornal, nos quais destacava-se a perversidade da relação entre a Monarquia e a Igreja:

A um escritor paulista pertencem estas frases, em que traçou de relance o perfil do império bragantino:  
 ‘Não estamos longe de reconhecer que a pátria tem andado sempre vendida.  
 Ora um devasso João V para agradar as freiras suas amantes, comprava ao papa o título de fidelíssimo por setenta mil contos, ouro do Brasil’. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 9, 1888, p. 2, “Perfil do Império”).

O jornal não poupava nenhuma das duas instituições e questionava a retidão de seus representantes:

As folhas do Rio da Prata inserem o seguinte despacho:  
 “Paris 9. O príncipe Fellipe de Bourbon foi sentenciado a 3 meses de prisão e 500 francos de danos e prejuízos por ter extorquido um sacerdote em um negócio de jóias”.  
 D. Fellipe é filho da princesa D. Januária, irmã do sr. D. Pedro II. (A REPÚBLICA, ano 3, n.10, 1888, p.1, “Príncipe Gatuno”).

Os escândalos eram recorrentes no ano de 1888 e anunciavam a ruptura dos costumes religiosos e a queda moral e irreversível das duas instituições mais influentes no Brasil: Monarquia e Igreja.

Retomando as histórias de Hildebrando Souza, o autor escreveu a história de uma velha senhora, a qual jejuava “[...] pelo prazer de comer muito ao meio-dia e à hora do consoar. Tomava certos dias cada pifão, que era uma enormidade!” (A REPÚBLICA, ano 3, n. 7, 1888, p. 2, “Dez anos depois”). Ao questionar a religiosidade da senhora, compreendemos que o autor contestava a Igreja e a religiosidade dissimulada dos sacerdotes e da elite conservadora, os quais buscavam persuadir a sociedade a submeter-se as tradições que deveriam permanecer intactas, inquestionáveis, por meio de seus bons costumes, a fim de nutrir-se dos benefícios que a Monarquia lhe outorgava. Apontava-se a religiosidade como um caminho composto por condutas vazias em seu significado espiritual e que buscava manter os antigos hábitos por mero conformismo. Na historieta, denominada Amor, Souza exaltou a ignorância e os desvios morais que procediam da união da burguesia e Igreja:

Alta noite, o Mariano voltava para casa em companhia do Maia.  
 Ele estava num de seus momentos de desânimo mortal. Ele acordara já indisposto aquele dia. Pela manhã, como D. Mariquinha falasse do padre Nicácio, ele teve tal cólera que quase a esbofeteou. Não lhe falasse em padre, pelo amor de Deus! Padre, era o explorador da ignorância e da estupidez humana!  
 Não havia nada que odiasse tanto no mundo como padre! Se ele pudesse reunir essa corja toda e metê-la na casa da pólvora e deitar fogo!  
 Tinha um ódio no padre, que parecia-lhe até uma doença!  
 Miseráveis! Bandidos! Dizia ele, espumando de raiva!  
 E saiu dali, com a ideia de escrever uma comédia em verso – chamada **canalhas**.  
 Era um estudo completo das bestas más que ele tinha encontrado na vida – poetastros obtusos, a fabricarem versos estúpidos, aborrecendo e perturbando o bom senso, cheios de si, admirando a sua própria obra, com a vaidade com que uma **cocote** se revê no espelho; imbecis presunçosos; imbecis canalhas; cínicos safados; o padre; o charlatão...  
 Todos esses haviam de formar um coro em torno do seguinte drama:  
 Um bacharel, moço distinto, casa-se por paixão com uma burguesinha.  
 Ele habita uma chácara, e tem o seu escritório na cidade.  
 A mãe da moça, uma estúpida, como era D. Mariquinha, vai quase todos os dias à casa da filha.

Os fundos da casa do bacharel dão para um quintal esplendido, onde pela manhã aparece sempre um padre moço, que vem ler o seu breviário, debaixo das árvores.

Logo nos primeiros dias, a velha notou o padre e chama a atenção da filha para ele.

\_ Que bonito! Diz ela. Que mãos claras!

A moça nota-o também. A velha não se pode conter e trava conversação com o padre.

Relações daqui, relações dali, a moça apaixona-se pelo padre. Começa o adultério. Enquanto o marido vai para o escritório, ela e o padre, debaixo das árvores, em pleno meio-dia, amam-se doidamente. Que belo de escrever aquelas cenas nuas!

A princípio um pouco de delicadeza, depois na raiva do amor crescente, o padre a dizer-lhe os nomes mais indecentes, a despi-la, sem o mínimo pudor!

Um dia, o marido sabe, mata a mulher, vai ter com o padre, toma-o pela garganta, põem-no por terra, e o estrangula e mata, morrendo ele próprio!

\_ De que vale viver, Maia? Perguntava o Mariano.

O Maia erguia os ombros, com o charuto a um canto da boca, o chapéu no alto da cabeça.

\_ Aspirações humanas, são como saltos no vazio. A morte é o fim de tudo. E o melhor, dizia quase rindo o Mariano, é um homem debochar com isto. De que lhe vale gritar? Para as estrelas ouvirem? Décio, esse miserável, tinha criado o mundo para recreiar-se com as nossas misérias!

Que tipo de mal gosto! Há tantos anos, e não tinha se aborrecido ainda. E como eles avistassem um guarda!

\_ Olha Maia, a humanidade é tão miserável, que precisa de quem a vigie! (A REPÚBLICA, ano 4, n. 9, 1889, p. 2, seção Folhetim, "Amor" por Hildebrando Souza, grifo do autor).

Sobre a mesma questão, Emiliano Pernetta afirmou, "Religião! Tirai-me este peso dos ombros. Eu, às vezes sinto em mim todo o cansaço da humanidade sob esse fardo eterno" e continuou com outra máxima "O único modo de ser amigo dos homens e principalmente de seu dono – é ser baixo, adulator, paciente, humilde e serviçal como um cão. É por isso que o cão é o emblema da amizade" (A REPÚBLICA, ano 3, n. 8, 1888, p. 2, "Sensações e Bizarrias"). Segundo Pernetta, a sociedade não deveria calar-se por costumes, interesses ou amizades, antes, opor-se ao regime que estava posto, comparando os bajuladores da Monarquia e da Igreja aos cães. Aproximou-se dessa afirmação a frase de Aristides Lobo no mês de março de 1889, segundo a qual, "Esse instinto espontâneo de agradar os dominadores, é irresistível nas sociedades corrompidas" (A REPÚBLICA, ano 4, n. 9, 1889, p. 1, "Progresso da Decadência").

Por meio de escritos como os de Hildebrando e frases de impacto escritas por Emiliano Pernetta e outros intelectuais, buscava-se demonstrar à elite política

paranaense que não haveria a possibilidade do Brasil desenvolver-se com a manutenção do sistema de governo vigente e a corrupção que dele advinha.

A questão religiosa teve o seu ápice no jornal entre 1888 e 1889 até a Proclamação da República. O periódico, inflamado por esse assunto, publica o Credo Monárquico, com a autoria atribuída a Platão:

Creio na monarquia constitucional, toda poderosa em maquiavelismo, criadora de logros, perfídias e aleivosias; creio na constituição política, uma só sua filha – Nossa Senhora – manca, velha, corrupta, calafetada de farrapos imundos, a qual foi concebida pela falta de patriotismo de homens imbecis e servis; nasceu num parto laborioso de artimanha e cresceu sob o poder de uma só família que foi elevada à custa de bajulação; creio na hipocrisia que é o característico constitucional que veio dos infernos ao 1º reinado e subiu, cheia de veledade, a sentar-se à mão direita dos Santos Padres e dos sete vampiros da pátria, donde virão cheios de contrição, vergonha e respeito implorar perdão pelo mal que tem feito; creio no espírito argumentativo dos impostos para a mamata da afilhadagem, na Santa ilusão que incutem no cérebro do inocente povo, na comunicação dos velhacos, na repartição dos dinheiros públicos, no definhamento e atraso do nosso solo, e também...no glorioso padrão republicano, na redenção do povo e nos claros horizontes que farão a nossa felicidade eterna. Amém. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 34, 1888, p. 3, “Credo Monárquico”).

Após o Ato de 15 de novembro, as críticas à Igreja e a sua relação com a Monarquia deixariam de ser o foco das notícias, pois com a queda do Império, os republicanos decretariam esta associação como vencida. As críticas, à religião, quando existentes, após a Proclamação, estariam voltadas ao debate educacional, quando notada a presença dos dogmas da Igreja nas práticas de algumas escolas públicas, devido a orientação religiosa de seus gestores.

### 5.3 A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E A ATUAÇÃO MILITAR

A abolição da escravatura e a atuação militar caminhavam juntas desde a Guerra do Paraguai, quando escravos negros participaram do combate juntamente aos militares, provocando questionamentos por parte dos últimos quando a legitimação da escravidão.

No jornal *A República*, os debates contrários a escravidão foram recorrentes em 1888, ocupando páginas com o número de liberdades concedidas e críticas às oligarquias. O Clube Militar de Curitiba no dia 25 de março de 1888 foi o palco de uma

reunião que criou a Confederação Abolicionista Paranaense, destinada a desenvolver conferências sobre o tópico junto as corporações:

Não padece dúvida que não se pode descansar enquanto para uma vez não se declare livre a nossa província deste resto de escravatura por cuja extinção ainda hoje se trabalha. Não se pode esperar outra coisa em vista dos fatos que infelizmente vão ocorrendo; não há mais uma agremiação entre nós, de qualquer gênero que seja, que não esteja disposta a abraçar a causa da abolição como sua.

No dia 25 do corrente efetuou-se no Clube Militar desta cidade uma reunião a que foram convidadas todas as corporações de cuja existência aquele Clube teve notícia, a fim de se fazerem representar naquela assembleia realizada para tratar-se da questão abolicionista. [...]

Ficou resolvido que, se por meios persuasivos não se conseguir a liberdade de todos os escravizados, se realizarão *meetings* e usar-se-á de todos os meios que se ofereçam para alcançar a vitória. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 13, 1888, p. 2 “Confederação Abolicionista do Paraná”).

Os republicanos e militares que apoiavam o movimento, reconheciam a importância da união das suas forças no momento de crise do regime monárquico, que se dava por meio da política, bem como por meio do combate se necessário. A ação dos militares seria imprescindível para que se alcançasse os objetivos políticos do Clube Republicano, bem como os republicanos seriam determinantes na reforma do ideário nacional.

No artigo seguinte, da edição 13, denominado “Ao comércio de Curitiba”, a Confederação Abolicionista convocou os comerciantes da capital a aderirem a causa da libertação dos escravos, enaltecendo a importância de um representante desta classe que participasse das reuniões da Confederação com o propósito de decidir juntamente com as demais organizações a resolução de um assunto tão caro ao Brasil. O artigo ressaltou a influência social dos comerciantes, fazendo-se indispensável a sua representatividade.

Nas edições seguintes, o periódico destacou a pressão social que a Princesa Isabel sofria, como princesa regente, para que a abolição tivesse lugar. Fez críticas aos membros da Confederação que votaram em representantes conservadores na última eleição e a necessidade de que a Assembleia debatesse o projeto de libertação imediata.

Em 24 de maio de 1888 o jornal publicou a notícia da libertação dos escravos conferida pela Lei Áurea a 13 de maio:

É pois no meio de flores e hinos de alegria que o povo brasileiro conquista a reforma mais humanitária do século, penetrando pela larga porta da liberdade dos escravos no recinto da civilização. [...] A barreira que acaba de ser destruída abriu uma larga estrada de novas aspirações que não de ser realizadas para o progresso de nossa pátria e para o nosso aperfeiçoamento social. A igualdade civil dos brasileiros há de seguir-se a igualdade política que levará esta grande nação americana à proclamação do governo republicano, único capaz de conduzi-la aos seus grandes destinos. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 20, 1888, p. 1, “A Lei Áurea”).

Segundo o jornal, foi na igualdade dos direitos civis que a Lei Áurea colaborou para a intensificação do movimento republicano. A partir desta lei, os escravos alfabetizados poderiam exercer o voto, alistarem-se no exército e atuar como mão de obra livre, fomentando a indústria e o comércio. Porém, em nenhum momento abordou-se neste periódico a forma como a inserção do ex-escravo dar-se-ia na sociedade ou como a exploração de mais de três séculos seria reconhecida pela classe abastada de maneira que a população negra fosse ressarcida, embora fossem irreparáveis os danos da violação da sua humanidade.

Unia-se ao anteriormente mencionado, as questões sociais em efervescência que não podiam ser desmerecidas, pois, com o movimento republicano em andamento, em partes do Brasil, iniciou-se uma propaganda pelo livre comércio amparado pela mão de obra livre. O liberalismo defendido pelos republicanos advogava pela liberdade da população escrava e contestava o cativo, defendido pela Monarquia e oligarquias. Adicionou-se a isso, a chegada de imigrantes europeus para o trabalho na lavoura em troca de habitação e sustento, em um sistema que favorecia os grandes proprietários de terras que não teriam que custear a sobrevivência dos negros em suas propriedades. Os imigrantes, oriundos de diversos países da Europa, responsabilizavam-se por sua própria educação nas colônias e alguns membros das famílias eram alfabetizados antes de chegarem ao Brasil. A partir deste fatores, a pressão pela abolição da escravatura intensificou-se e o último pilar que sustentava o regime monárquico cai por terra.

Porém, a Monarquia não assistiu a sua queda sem retaliação. Esta não demorou para chegar até as corporações do exército e a militares ilustres na causa abolicionista. Para ilustrar esta situação, destacamos a figura do Tenente Coronel Antônio de Sena Madureira, que era contrário ao tráfico negreiro e contestava as ordens advindas do governo. Madureira ao descumprir a proibição do governo de

que militares não podiam publicar artigos em jornais com críticas às autoridades, publicou um texto exaltando a figura de um jangadeiro que se negou a conduzir escravos até um navio negreiro. Desta subversão, resultou sua transferência para a Escola Militar do Rio Grande do Sul, onde, em 1889, alunos foram proibidos pelo diretor da mesma escola de demonstrarem pesar pelo passamento de Sena Madureira (A REPÚBLICA, ano 4, n. 9, 1889, p. 1).

O periódico *A República* apontava o acirramento das divergências entre os militares e o governo, pois o monarca, ciente do perigo que a perda de autoridade sobre o exército representava, intensificava o recrutamento forçado de civis e os castigos nas corporações a fim de subordiná-los a um possível terceiro reinado, conforme apontou o *A República*:

Os leitores terão naturalmente estranhado a carência de notícias da expedição a Mato Grosso. [...]

Neste sentido, chamamos a atenção para o artigo do **Diário de Notícias**, do Rio, ao qual em seguida abrimos espaço.

Ele é dirigido principalmente aos militares. [...]

“Isto por aqui não vai nada bom...Exercício, missas, paradas e, especialmente, intermináveis faxinas, fazem os devidos divertimentos desta malfadada terra, onde atualmente suportamos 40 e 41 graus de calor. Os jornais da corte bradam a uma temperatura de 33 a 37. [...]

Pois bem: com todo este calor, são os batalhões obrigados a fazer exercícios diários das 5 às 7 horas da tarde, e até nos domingos, depois da missa, correndo estes últimos por conta dos comandantes. Faxinas de sol a sol; o que tem levado grande número de soldados a desertarem diariamente para a Bolívia”. [...]

De outra carta tiramos este tópico:

“Ainda não recebemos fardamento algum. Os soldados estão quase nus e o serviço da faxina tem feito adoecer quase todas as praças”. (A REPÚBLICA, ano 4, n.19, 1889, p. 1 “O exército punido”, grifo do autor).

Os castigos mencionados não lograram enfraquecer a força militar ou o ideal de emancipação de um sistema autoritário de governo que buscava fragilizar a união dos praças em favor da Proclamação da República. Os militares e republicanos, que foram os grandes incentivadores da libertação, estavam, agora, preparados para a tomada de poder, pois as bases de sustentação do regime monárquico foram minadas.

#### 5.4 O PROCESSO DE DERROCADA DA MONARQUIA

Com os pilares derrubados – Igreja, apoio militar e trabalho escravo – a derrocada do regime monárquico era certa. Somou-se a isso, os gastos da Monarquia em investimentos desnecessários, comparados às necessidades de melhorias em todo o território brasileiro, que eram repelidos no jornal *A República*:

A princesa regente trata da construção de um edifício, onde serão dados os concertos clássicos, tendo a planta vindo da Europa por intermédio do sr. Callogeras.

O edifício será do estilo das obras de igual gênero da Europa e custará 500:000\$, segundo o plano assentado.

Honra à excelsa princesa, glória à música, loas ao sr. White, e viva o *deficit!* (*A REPÚBLICA*, 1888, ano 3, n.1, p. 2).

Nessa passagem, o autor que não assina a nota, ressaltou o déficit nas contas públicas e ironizou a figura da princesa e a gestão da verba pública. O país de dimensões continentais experimentava diariamente o descaso com melhorias estruturais e que fomentassem investimentos de fora e o trânsito de mercadorias. A Monarquia, que se preocupava com investimentos para entretenimento próprio e da elite brasileira, não proporcionava melhores condições de vida para a maioria da população, incluindo a instrução pública, obras de saneamento, iluminação, e a quitação da dívida externa.

O jornal *A República*, encorajava seus leitores a aderirem ao golpe político e, como anteriormente exposto, trazia pensamentos de intelectuais estrangeiros que, pela força do discurso, demonstrasse que não haveria outro modo de viver em sociedade que não fosse por meio da libertação das amarras do autoritarismo. O jornal publica um artigo de Victor Hugo<sup>38</sup> que diz:

A coroa é um crime. O poder real não passa de um abismo lúgubre. Toda a obra de um rei que sucede a outro é a transformação da dúvida no espanto. A história é a horrorosa fumaça do crime solitário. As tábuas do cadafalso são as tábuas do trono.

---

<sup>38</sup> Victor Hugo nasceu em 26 de fevereiro de 1802 na cidade de Besançon na França e faleceu em Paris, a 22 de maio de 1885. Segundo Casas *et al.* (2017), “Victor Marie Hugo foi um poeta, romancista e dramaturgo francês cujas ideias e numerosas obras **contribuíram para a criação e a culminação do Romantismo francês**. [...] foi na ilha de Guernsey onde completou *Os Miseráveis* (1862), sua obra mais extensa e famosa, na qual descreveu e condenou vividamente a injustiça social na França naquela época” (CASAS *et al.*, 2017, p. 11, grifo dos autores).

O cetro tem por esposa a espada, e a púrpura, ao desdobrar-se por sobre os povos, transforma-se num mar de sangue. Os que usam da coroa e do cetro respiram o ódio e a sombra de envolta com o poder. Só por uma escada de cadáveres se podem sobraçar esses escudos ensanguentados que a força impõe. [...] O despotismo tradicional é o tormento do homem. [...] Todo o monarca é uma prega do imenso sudário. Os melhores fazem chorar, derramar sangue, arrancar gritos, produzem sofrimentos.

Espantoso mistério o dos reis infortunados! Demônios, quando morrem, monstros desde que nascem, o gênero humano enumera-os, enumerando seus crimes. [...]. (A REPÚBLICA, ano 4, n. 19, 1889, p. 2 “O que são os reis? “Anátema sobre todos”).

O excerto anterior escrito a 20 de maio de 1889, é um exemplo de como a Monarquia foi retratada na época da propaganda republicana. Outros artigos, falariam das características cruéis e ultrapassadas dos reis e seus apoiadores. Demonstrar que o mundourgia a abolição do despotismo por meio de artigos de escritores estrangeiros tornava-se estratégia de propaganda, pois os republicanos brasileiros buscavam demonstrar que essa era uma tendência e um consenso internacional das nações modernas.

Dez anos depois, escrita por Hildebrando Souza em 1888, sugeria que a revolução do regime político não poderia tardar, pois, se o Brasil dormisse por mais uma década, a situação ficaria pior do que a vivenciada pelo autor, quando de sua volta ao Brasil.

Segundo Hildebrando (A REPÚBLICA, 1888), ele, o autor, carecia de uma bela dama para sair do aborrecimento em que vivia, a qual caminhava com altivez entre o povo, dona dos encantos e salvadora dos corações, que o fazia lembrar de uma outra dama que conheceu anteriormente em um cais:

Uma senhora de um porte majestoso de deusa passou diante de nós. Ela ia deixando um rastro perfumoso, de um perfume sutil, nevrótico, evocador.

Eu senti o amor entrar-me o coração, nesse instante, impregnar-se nele como se fosse uma coisa física. Que bela! E como ela caminha, que música! E a proporção que aquela mulher foi se afastando, uma desolação de desejo irrealizável foi crescendo na minha natureza histérica. Porque ela não sentiria o mesmo que eu senti por ela? Porque esta miséria? Porque a vida não era feita de outro modo?

E aquela transeunte recordou-me uma passageira de bordo. Num cais um dia, eu vi uma mulher que desembarcava quando eu embarcava. Ai, que paixão! (A REPÚBLICA, ano 3, n. 1, 1888, p. 2, “Dez Anos Depois”).

Ressaltamos que, Hildebrando em seu conto, alegou conhecer muitos locais no estrangeiro. O autor relatou voltar para a sua cidade natal “[...] depois de 10 anos de ausência. Andei durante esse tempo por todos os países. Vi todo o Oriente: amanheci muitas vezes em vastas planícies, vi o pôr do sol atrás dos montes sagrados” (A REPÚBLICA, ano 3, n. 1, 1888, p. 2). Hildebrando buscava demonstrar o seu saudosismo pela bela dama republicana, pois contemplou o fim do regime monárquico no estrangeiro e almejava reviver essa experiência de volta à sua terra natal. Fausto (2007) respalda esta afirmação ao destacar que, na transição de regime político nas últimas décadas do século XIX, era costumeiro atribuir a figura feminina à República, uma bela dama que, altiva, teria a Monarquia aos seus pés.

Hildebrando, inconformado com a realidade que experimentou quando do seu retorno ao Brasil, ficaria satisfeito em saber que, um ano após o seu relato, reencontrar-se-ia, no Brasil, com a dama que lhe havia roubado o coração e teria o seu sentimento retribuído por ela: a República (Figura 6).

**Figura 6** – *Revista Illustrada* (n. 569, 1889)<sup>39</sup>



<sup>39</sup> A Figura 6, segundo Fausto (2007), revela a autoridade da República sobre o governo monárquico veiculada na *Revista Illustrada* em homenagem à Proclamação da República em 1889.

Após a leitura de Fausto (2007) e da saga de Dez Anos Depois, compreendemos que o drama romântico escrito por Hildebrando Souza, pretendia mostrar a beleza da Pátria e da Democracia que, segundo o autor, somente o estabelecimento do regime republicano poderia proporcionar.

De fato, o ano de 1889 seria o detentor da maior vitória do movimento republicano, por meio da Proclamação da República a 15 de novembro. Na primeira edição veiculada após a Proclamação da República o redator escreveu:

Como era natural, pois o sentimento republicano era geral no povo brasileiro, o novo governo subiu no meio das aclamações de todos e das adesões de ambos os partidos que disputavam o poder na instituição decaída.

No dia que foi proclamada, mas de há muito que a República era a aspiração nacional, mas o interesse de alguns, a doze de outros, a inconsciência e indiferença de muitos, constituíam pequenos embaraços que de um momento para o outro seriam removidos. [...]

Em suma, o governo republicano abre os braços a todas as dedicações sinceras, a todas as adesões impessoais, a todos os que quiserem prestar o seu concurso leal, desinteressado, incondicional a obra da reconstrução política, social e moral da Pátria e aqui do grande e futuroso Estado Federal do Paraná. (A REPÚBLICA, ano 4, n. 43, 1889, p. 1, seção A República “Os que vem”).

A tomada de poder pelos militares abriria um novo capítulo na história brasileira, com o início do Governo Provisório cujo primeiro representante foi o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca. Este governo, apesar de republicano, não escaparia das críticas e suspeitas nacionais e estrangeiras, pois afinal, não havia um Congresso estabelecido, e muito menos a Carta Magna republicana. Apesar do excerto anterior, estava nítido quais eram os cidadãos bem vindos neste novo governo. Destarte, entrou em vigor um regime intervencionista, por meio de uma ditadura republicana pautada nos pressupostos do Positivismo e que buscava reprimir levantes de grupos com interesses diferentes aos republicanos.

#### 5.1.5 ORDEM E PROGRESSO: O POSITIVISMO E A DITADURA REPUBLICANA NO GOVERNO PROVISÓRIO FRENTE AOS LEVANTES SOCIAIS E DESCONFIANÇAS ESTRANGEIRAS

O jornal *A República*, afirmava ser imprescindível que o novo governo fosse apoiado para que se resolvessem as questões importantes do Brasil, mantendo em

consequência disso, a união do movimento por um mesmo objetivo. Dentre as razões do apoio do jornal ao novo governo, estava em primeiro lugar a sua característica de articulador da tomada de poder durante a propaganda, pois seria contraditório que se posicionasse adverso a um ideal defendido incessantemente em suas páginas. Entre as demais justificativas estão:

Apoiar o governo porque ele consubstancia a proclamação direta e convicta do povo; Auxiliá-lo na grande obra da reconstrução nacional, consagrar princípios esquecendo personalidades; todas estas normas serão garantia de acolhimento leal, anistia de um passado de injustiças e preterições dos interesses populares.

Os que porém correm para o poder para explorar-lhe a força, para dar continuação aos vícios inveterados de concentração pessoal, de prestígio que se manifesta apenas pelo poderio, não de ser sofreados em suas ambições, tolhidos nos movimentos insidiosos com que aramarem ciladas às posições. (A REPÚBLICA, ano 4, n. 43, 1889, p. 1, seção A República “Os que vem”).

Os motivos elencados anteriormente foram expresso alguns dias após a Proclamação da República, em 21 de novembro, e visavam advertir a todos sobre a defesa do regime vigente por meio da repressão imediata. Os homens públicos republicanos reconheciam que da mesma forma que se levantaram contra a Monarquia e a derrotaram, o mesmo poderia ocorrer com a República. Isto posto, a segurança nacional deveria ser reforçada por meio da aliança com o exército, das câmaras municipais e pela propaganda nos meios de comunicação.

Devido a influência de positivistas ortodoxos, como Miguel Lemos, que junto a Raimundo Teixeira Mendes fundaram a Sociedade Positivista do Brasil, ocorreram debates no jornal *A República* referentes a filosofia Comteana e uma possível adoção de uma proposta de Governo Provisório elaborada por Lemos (A REPÚBLICA, 1889) na qual sugeria que fosse adotada uma ditadura republicana, a fim de que tivesse a conservação da ordem ao mesmo tempo em que políticas fossem desenvolvidas para o progresso do Brasil. A manutenção da ordem seria o instrumento de contenção das opiniões que em excesso poderiam conduzir o país à anarquia. Lemos sugeria o desenvolvimento de uma Constituição sem a participação de parlamentares, banindo assim, a expressão de representantes dos diferentes setores sociais na elaboração das leis que iriam reger o país. Sugeria a separação do Estado e da Igreja por meio da liberdade de culto. Escreveu Lemos:

5º A constituição deverá combinar o princípio da ditadura republicana com a mais ampla liberdade espiritual: a primeira caracterizada pela reunião no poder executivo da faculdade legislativa, pela perpetuidade da função, e transmissão desta a um sucessor livremente escolhido pelo ditador, sob a sanção da opinião pública; a segunda pela separação da igreja do estado [...]. (A REPÚBLICA, ano 4, n. 57, 1889, p. 1, seção A República “Ao povo e ao governo da República”).

Lemos (1889) advogava pela participação popular que não ferisse a soberania do ditador, ou seja, as decisões a serem tomadas poderiam passar pela análise da população, mas o parecer definitivo, favorável ou desfavorável, caberia apenas ao governante. O voto ou qualquer outro modo de expressão da opinião, deveria ser público, a fim de que todos conhecessem as razões pelas quais determinada pessoa deliberou sobre um assunto. Ou seja, excetuando-se a separação da Igreja e Estado, eram medidas que faziam parte de uma reforma conservadora, que mantinha os pressupostos do regime anterior, o qual monitorava as opiniões e tolhia a liberdade de expressão.

O posicionamento dos positivistas ortodoxos foi acatado parcialmente, devido discordâncias deste grupo e Benjamin Constant, positivista influente no governo e que concordava com a participação do parlamento no desenvolvimento da Carta Magna. No entanto, o emblema Ordem e Progresso foi acatado, denotando a importância do apostolado de Auguste Comte para o governo brasileiro.

Em artigo intitulado “Ordem e Progresso” da *Gazeta do Povo* (SP), publicado no jornal *A República* em 6 de dezembro de 1889, discutiu-se que mais importante que a abertura política era a reforma dos costumes:

Os costumes não se reformam infelizmente, por decreto.  
Para reformá-los é preciso que reformemos primeiramente o sistema de ideias e opiniões.  
Esta segunda operação é da competência exclusiva da ciência. Só a ciência tem autoridade para governar o mundo interno; só ela tem o privilégio de penetrar por toda a parte, por todas as camadas sociais, no espírito e no coração [...]. (A REPÚBLICA, ano 4, n. 56, 1889, p. 1, seção A República “Ordem e Progresso”).

No artigo escrito pela *Gazeta*, o autor definiu que a ordem e o progresso da nação seriam possíveis por meio da reforma moral e da ciência. Isto posto, a separação de privado e público seria a forma científica de restaurar a sociedade, pois evitar-se-ia jogos de interesses pessoais nas decisões de foro público. O autor

apontou o atraso do Brasil na educação em relação a outros países como os Estados Unidos. Exaltou o ensino técnico e estabelecimentos para o estudo das ciências naturais, bem como a instrução para o homem do campo e a abertura de cursos de engenharia, farmácia e medicina.

Em continuidade à análise sobre a influência da teoria positivista, destacamos o artigo “Amor, Ordem e Progresso” presente na edição 64 de 1889:

A educação cívica pela dignidade pessoal e pela voluntária subordinação das classes diretoras é a maior de todas as exigências do sistema republicano.

A correta colaboração de todos os cidadãos nos negócios públicos é o seu mais patriótico dever e a base mais segura de todo o mecanismo governamental.

O respeito mútuo da sociedade para com os diretores de seus destinos, e o da autoridade para com as legítimas e sinceras manifestações da opinião constituem o fundamento primordial da ordem e o único meio de desenvolvimento do progresso.

Muito mais no sistema republicano do que no monárquico é mister que se desenvolvam no seio da sociedade os sentimentos nobres de veneração e tolerância, únicos que podem, pelo abafamento das paixões inferiores, garantir a paz e a felicidade das nações.

Si não estavam aparentemente desenvolvidas estas grandes qualidades no espírito do povo brasileiro, elas ali repousavam em estado latente e revelaram-se de um modo espontâneo nas duas grandes revoluções – de 13 de Maio e 15 de Novembro.

O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim – já não são somente um postulado político à espera de aplicação prática, são a divisa do grande povo da América do Sul que, ao findar o século XIX, revelou-se como uma luminosa aparição profética [...] o empenho com que no dia 15 de Novembro evitou-se o derramamento de sangue, só podem ser bem traduzidos por esta palavra – **fraternidade**.

Eis o – amor – servindo de regulador dos nossos grandes atos nacionais.

A ordem por base!

As duas grandes revoluções não alteraram sequer por 24 horas a ordem pública [...]

#### **O progresso por fim...**

De posse da administração dos negócios públicos há tão poucos dias, não poderemos apresentar desde já grandes atos, que traduzam as nossas patrióticas intenções.

Todavia, no que diz respeito ao progresso moral, já é público e notório o pensamento do governo a respeito da breve declaração de várias medidas que assegurem a mais ampla liberdade espiritual.

No que relaciona com o progresso material, estamos procurando, desde já vencer as enormes dificuldades que nos legaram os últimos governos da monarquia pelo esbanjamento das rendas públicas, a fim de obtermos meios de ação por mais uma judiciosa organização financeira. (A REPÚBLICA, ano 4, n. 64, 1889, p. 1-2, seção A República “Amor, Ordem e Progresso”, grifo do autor).

As discussões embasadas no Positivismo influenciariam na elaboração da Constituição de 1891 (BRASIL, 1891), bem como o regulamento da instrução pública. A reforma moral e cívica, bem como a regeneração das massas, iria compor o ideário da sociedade do século XIX, a fim de se alcançar o estágio positivo na sociedade, ou seja, livre de vícios.

A partir de 1890 o jornal passou a enaltecer a repercussão internacional da tomada de poder. Por esta razão, publicou o artigo do jornal *Times* da Inglaterra que exaltou a integridade dos homens públicos e trouxe a visão do estrangeiro referente a “revolução” ocorrida no Brasil. No mesmo artigo, foram feitas alertas sobre a importância de manter a ordem estabelecida por meio da contenção de levantes, pois:

A maior dificuldade com que terá de lutar o governo está ligada à vastidão do território que tem de administrar e a existência de interesses e condições locais muito diferentes.

Será duvidoso ainda por algum tempo si os Estados Unidos do Brasil, tal qual foram oficialmente proclamados, continuaram ligados de modo a justificar o nome.

Se eles por felicidade, permanecerem fiéis a um governo federal, independentemente de quaisquer arranjos subsidiários, nenhum motivo pode haver para qualquer mudança nas relações do Brasil com os outros países. (A REPÚBLICA, ano 5, n. 4, 1890, p. 1, seção A República “A opinião do Times”).

A proteção ao regime republicano deveria ser a primazia do governo, afinal, deste regime de base liberal e democrática advinham as melhores perspectivas relativas ao mercado internacional.

A fim de evitar possíveis dúvidas estrangeiras e nacionais quanto a manutenção do republicanismo, o governo tomou algumas iniciativas no decorrer do primeiro semestre de 1890. Abriu inscrições para o alistamento de qualquer cidadão que desejasse voluntariar-se para ser militar em todos os estados, até que o assunto pudesse ser resolvido pelo Governo Provisório e nova regulamentação fosse promulgada. Em cada capital, as ruas com o nome de membros da Coroa foram trocados por nomes influentes do Partido Republicano. O casamento civil foi legalizado. Nos meios de comunicação o exército foi aclamado e homenageado, suas ações foram descritas em todas as edições com muito entusiasmo. Passou-se então à convocação de eleições para o Congresso Constituinte, fato este veiculado na edição de número 5, de 7 de janeiro de 1890:

O governo resolveu convocar desde já o congresso constituinte, realizando-se a eleição em Setembro e a reunião em Novembro.

Motivos ponderosos, a que não foi naturalmente estranha a necessidade de manter no estrangeiro o crédito e o bom nome da nação [...]. (A REPÚBLICA, ano 5, n. 5, 1890, p. 1, seção A República “A eleição”).

A convocação das eleições intencionou sinalizar aos demais países que o Brasil propiciaria o direito ao sufrágio à população e que não desejava ter um regime ditatorial, porém, o processo seria lento e contaria com alguns obstáculos, como as dimensões territoriais do Brasil, o analfabetismo da maioria da população brasileira, a necessidade de naturalização de estrangeiros e as fraudes no processo eleitoral.

## 5.6 ELEIÇÕES E FORMAÇÃO DO NOVO CONGRESSO

A eleição dos representantes das províncias para a formação do Congresso Nacional seria um processo lento e penoso. No Brasil, a maioria da população era analfabeta e estava dispersa no vasto território nacional. Além disso, muitos estrangeiros, para exercerem o direito ao voto deveriam ser naturalizados brasileiros. Soma-se a isso, questões éticas e organizacionais, tais como, a criação de um conselho responsável pelo planejamento das eleições, que deveria fazer o recenseamento populacional em nível nacional, a fim de conhecer o número de eleitores aptos, bem como, organizar as eleições de modo eficiente e transparente.

No mês de dezembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca junto a comissão do Governo Provisório composta por Aristides da Silveira Lobo, Manoel Ferraz de Campos Salles, Quintino Bacayuva, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Eduardo Wandenkolk, Ruy Barbosa e Demétrio Nunes Ribeiro expressou o compromisso junto a população referente a manutenção do regime democrático por meio da organização das eleições para o Congresso Nacional e decretou:

Art. 1º No dia 15 de Setembro de 1890 se celebrará em toda a República a eleição geral para a assembleia constituinte, a qual compor-se-á de uma só câmara, cujos membros serão eleitos por escrutínio de lista em cada um dos estados.

Art.2º A assembleia constituinte reunir-se-á dois meses depois na capital da República.

Art.3º Revogam-se as disposições ao contrário. (A REPÚBLICA, ano 4, n. 77, 1889, p. 2, “Ministério do Interior”).

Este Decreto estabeleceu que a Assembleia Constituinte estaria firmada e reunir-se-ia aproximadamente um ano após a Proclamação da República. Apesar do

espaço de tempo apontado no Decreto, o mesmo significava um posicionamento favorável do Governo Provisório quanto a eleição dos representantes de cada estado.

Em 7 de janeiro de 1890, o jornal *A República* publicou o Decreto n. 70 A – de 19 de dezembro de 1889 – o qual instituiu uma comissão de três membros para o censo eleitoral composta por Joaquim Felício dos Santos, Antônio da Silva Jardim e Benedicto Cordeiro de Campos Valladares. Na mesma edição, o jornal publicou um artigo do *Correio do Povo* o qual discorreu sobre a importante e desafiadora tarefa desta comissão. De acordo com o artigo:

Para organizar o regulamento eleitoral e determinar o censo, acaba o governo de nomear uma comissão composta dos srs. Joaquim Felício dos Santos, Antônio da Silva Jardim e Benedicto Valadares que, certamente compreendendo a importância da missão que lhes é confiada, empregarão todos os esforços no intuito de bem corresponder a ela.

A comissão que acaba de ser nomeada prestaria relevantíssimo serviço público se no trabalho do censo eleitoral o ampliasse a ponto de vir a servir de base a um completo trabalho de estatística.

Coisa essencial e absolutamente necessária, a estatística nunca mereceu a atenção dos governos monárquicos, que viveram sempre sem conhecer as necessidades e o progresso real da nação e administrando-a apesar disso, como homem rico que vivesse de rendas, cuja procedência ignorasse totalmente.

Esta organização do censo naturalmente consumirá tempo, atendendo à distância que nos separa muitas províncias e representará uma alta soma de trabalho e dedicação; desde, porém, que assim é e que as circunstâncias obrigam a esse trabalho, poder-se-ia, talvez, fazer obra que servisse em seguida, ou posteriormente, para a existência de estatística geral do país que cada vez mais necessária e urgente se torna.

Em todo caso, devemos felicitar-nos por ver que o governo não se resolve a determinar o eleitorado e os respectivos representantes a olho; mas pensa em organizar um trabalho sério e de alto valor cuja consequência imediata é a realidade da representação nacional. (A REPÚBLICA, ano 5, n. 5, 1890, p. 1-2, seção A República, “A eleição”- artigo do *Correio do Povo*).

Porém, mesmo em vista das medidas tomadas pelo Governo Provisório em definir uma comissão, o tempo que transcorreria entre o trabalho dos três escolhidos e as eleições propriamente ditas, seria motivo para especulações oriundas de grupos políticos nacionais e internacionais quanto as verdadeiras intenções do Marechal Deodoro e seus ministros. Até este momento, o governo havia protegido a ordem social por meio do exército, limitando a ação de possíveis contraventores, mas não poderia evitar que chegasse ao Brasil, opiniões que criticavam a demora para a

reunião da Constituinte, divulgadas por meio de periódicos europeus. Ao tomar conhecimento de tais críticas, o Governo Provisório brasileiro as rebateu, por meio de um telegrama escrito pelo então ministro da fazenda Rui Barbosa<sup>40</sup>, endereçado a Latino Coelho e representantes do Brasil em Lisboa:

Se a opinião europeia considera longo o prazo para a convocação da Constituinte é porque a Europa esquece a geografia do Brasil. Toda a imprensa brasileira, o melhor juiz na questão, todas as opiniões políticas entre nós acham curto esse prazo. Será mesmo difícil acomodar dentro de seus limites as medidas preliminares da eleição. A última reforma eleitoral foi decretada a 9 de Janeiro de 1881 e a câmara seguinte convocada para 31 de Dezembro desse mesmo ano; entretanto era apenas uma reforma ordinária. Agora, após uma revolução, temos que alistar imenso eleitorado novo, toda a população não alfabetada, todos os estrangeiros naturalizados, isto é, todos os residentes no Brasil a 15 de Novembro, que não recusarem a qualidade de brasileiros. Fazer essa operação em menos deste prazo, num país cujo território admitiria quatrocentos ou quinhentos milhões de habitantes e todavia conta apenas quatorze milhões, seria milagre. A crítica europeia apenas mostra que aí do Brasil apenas conhecem alguma coisa sobre finanças. É materialmente impossível um prazo menor. [...] Semelhante impaciência é, pois, absurda. Não reclamem de nós o sobrenatural. (A REPÚBLICA, ano 5, n.9, 1890, p. 2, seção A República, "Constituinte").

Segundo Rui Barbosa, Portugal preocupava-se em diminuir as iniciativas do Governo Provisório e demonstrava conhecer apenas as riquezas que o Brasil havia proporcionado durante o regime imperial. Rui Barbosa apontou que tal rapidez no desenvolvimento do censo seria exigir que o governo desempenhasse um trabalho sobrenatural, ou seja, impossível de ser realizado na realidade concreta.

Com o passar dos meses, artigos nas páginas do jornal *A República* registrariam denúncias, conforme as eleições aproximavam-se. Na edição de número 63 do *A República*, publicou-se um artigo do jornal *A Pátria Mineira* que apontou uma lista de candidatos à Constituinte que eram antigos apoiadores da Monarquia, os quais frequentemente teciam comentários contrários ao regime republicano.

---

<sup>40</sup> Sobre Rui Barbosa, Machado (2010b) afirmou que este “[...] teve uma longa vida como parlamentar, participou, ativamente, da política brasileira por mais de cinquenta anos. Foi deputado provincial, deputado geral, ministro da Fazenda, e ocupou, ainda, o cargo de senador nos primeiros anos da República” (MACHADO, 2010b, p.16). Rui Barbosa desempenhou um papel importante na instrução pública brasileira ao propor a renovação do ensino e discutir a situação da educação no Brasil por meio dos seus pareceres.

Com as notícias de revoltosos no estado do Paraná tornou-se imprescindível a convocação da união de forças para detê-los. *A República* conclamou os seus apoiadores a permanecerem firmes na luta pelos direitos conquistados em 15 de novembro. Aristides Lobo então questionou “Que homem de valor já esqueceu o seu dever para arguir pretensões ridículas ou torpes que lhe surjam ao caminho?” (*A REPÚBLICA*, ano 5, n. 64, 1890, p. 1, seção A República, “Ao estado do Paraná”). A questão que constituía os debates era a proteção do regime instituído e a defesa do ideal democrático enquanto as eleições e a Constituição Republicana não fossem definidas. Apoiadores da Monarquia buscavam brechas na sociedade para tentar uma revolta e a retomada do poder. O Brasil, passava por uma crise e todo o cuidado era necessário para que se protegesse a jovem República.

Enfim, em 11 de Setembro, o periódico *A República* divulgou a lista com os candidatos apoiados pelo Partido Republicano do Paraná, ou seja, os seus indicados. Destacou-se que, as candidaturas eram possíveis a todos os cidadãos brasileiros e alfabetizados. Por conseguinte, operários, comerciantes, artistas, entre outros, poderiam candidatar-se, porém, alguns nomes não foram anunciados no referido jornal como participantes do pleito. Em sua defesa, o *A República* explicou que grupos, como o dos operários, discordavam da escolha dos candidatos que iriam representá-los, pois foram designados por uma minoria presente na assembleia da categoria.

Isto posto, os candidatos do Partido Republicano paranaense indicados para participar das eleições foram: Dr. Eduardo Mendes Gonçalves, engenheiro, residente em Curitiba; Coronel Marciano Augusto Botelho de Magalhães, militar residente na Capital Federal; Major Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, engenheiro militar, residente em Guarapuava; Fernando Machado de Simas, farmacêutico, residente em Petrópolis. Para senadores: Dr. Ubaldino do Amaral Fontoura, advogado, residente na Capital Federal; Dr. Generoso Marques dos Santos, advogado residente em Curitiba; Dr. José Pereira dos Santos Andrade, comerciante, residente em Curitiba. A lista com o nome de todos os eleitores de Curitiba estaria à venda na tipografia da *A República*, no valor de 500\$00 réis.

As eleições no estado do Paraná para os seus representantes na Capital Federal ocorreram no dia 15 de setembro de 1890 e foram organizadas pelos próprios candidatos, como por exemplo, Eduardo Mendes Gonçalves, que designou os mesários e os locais de votação.

**Figura 7** – Quadro do jornal *A República* com o resultado das eleições para Senadores e Deputados (n. 215, de 17 de setembro de 1890)

Coritiba, 16 de Setembro de 1890

**E' conhecido o seguinte resultado da eleição a que hontem se procedeu no Estado :**

		Capital	C. Largo	Iguaçu	Deodoro	Lapa	P. Grossa	Guarapuava	Palmas	Palmeira	Paranaçu	Antônia	P. de Cima	Merretes	Conchas	Totais	
<b>Senadores</b>		Ubaldino	1210	432	109	150	784	172	486	103	291	266	339	164	248	124	4887
		José Pereira	913	442	105	99	815	172	479	400	290	266	339	141	152	124	4437
		Generoso	888	408	105	101	796	172	485	103	290	234	339	152	154	124	4361
		Cardoso Junior	546	2	4	63	27			1			6	19	92		760
		Bethencourt	415		4	60	3						35	96			609
<b>Deputados</b>		Bellarmino	1313	444	109	165	817	172	486	98	291	253	340	172	244	124	5026
		Marciano	1275	406	109	164	818	173	481	102	291	244	340	172	243	124	4951
		Gonçalves	889	434	105	96	815	175	482	103	291	156	340	127	150	124	4284
		Simas	853	440	105	96	805	172	481	102	291	214	339	22	153	124	4297
		Bezerra	479		4	69			6					125	99		809
		Joppert	476		4	72	3							41	95		691

**Senadores**

**Deputados**

Nas villas de Tanandaré, Colombo e Tri-  
umpho houve a seguinte votação :

<b>Senadores</b>	585
Ubaldino	556
José Pereira	482
Generoso	31
Cardoso Junior	30
Bethencourt	
<b>Deputados</b>	584
Bellarmino	570
Marciano	513
Gonçalves	49
Bezerra	15
Joppert	

A REPUBLICA

ELEIÇÃO

hontem os seguintes boletins :

Os candidatos eleitos para o Congresso Nacional eram nomes conhecidos da sociedade ilustrada e partícipes da vida política paranaense. Foram apoiados pelo jornal *A República* e solicitaram votos no periódico durante a campanha. Deste modo, nomes como Ubaldino, Generoso Marques e José Pereira foram eleitos senadores, enquanto para deputados, Bellarmino e Eduardo Mendes Gonçalves. Este último, recordamos, fundador do Partido Republicano em Curitiba e do jornal *A República*.

Em 1891, as eleições para os representantes estaduais causariam divergências dentro do Partido Republicano e por conseguinte, rupturas, que culminariam na contestação da legitimidade das eleições estaduais e da credibilidade dos líderes republicanos eleitos para o Congresso.

Na edição 396 o redator, Vicente Machado, mostrou-se insatisfeito com o resultado das urnas na votação do governo estadual e afirmou que as mesmas foram roubadas por falta de transparência. Dessa forma, apontou que a classe policial ganhou as eleições por fraude, devido a ação do governo central, que em todo o Brasil corrompeu as urnas e colocou no poder aqueles que desejavam. O redator chamou os candidatos de “Eleitos do Governo” e não do povo, pois segundo declarou, foram adulterados os nomes dos eleitores. O redator escreveu:

Ao impudente assalto das urnas segue-se naturalmente essa apuração, que virá dar a sanção necessária ao **enorme triunfo obtido**.

Hoje, a Intendência Municipal investirá a cada um dos **eleitos** do governo e da polícia, com o competente diploma de legisladores constituintes do Paraná!

Em todas estas cenas repugnantes que assiste o nosso infeliz estado, e que não são mais do que o desenvolvimento do plano sinistro do governo federal, o que nos admira e enche de indignação, é que tomem posições salientes, filhos desta terra, que lhe deviam mais amor e dedicação, mais abnegação e patriotismo. (A REPÚBLICA, ano 6, n. 396, 1891, p. 1, seção A República, grifo do autor).

Com a democracia em questionamento e deputados e senadores reunidos na Capital Federal, Rio de Janeiro, não tardaria para que a primeira Constituição Republicana fosse o alvo das edições do jornal *A República*. Foram tecidas críticas e posta em dúvida a competência administrativa dos congressistas em trabalhar segundo os princípios republicanos.

## 5.7 A PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA

O jornal *A República* dedicava-se a cultivar o espírito republicano em seus escritos e a conduzir os seus leitores a desenvolver um pensamento crítico quanto a definição de República e de cidadão republicano.

Os atrasos apontados pelo jornal para a promulgação da primeira Constituição acirraram os ânimos da redação do periódico, pois configurava um perigo para a manutenção do Estado republicano. Esta preocupação culminou na publicação de artigos nacionais e internacionais sobre esta questão, pois o leitor não poderia estar confuso e ser influenciado por adversários políticos que aproveitassem a oportunidade para semear dúvidas aos adeptos do novo regime. Antes, deveriam estar atentos e seguros quanto ao rumo que a recém proclamada República iria seguir.

Dessa maneira, publicou-se na edição 286 de 11 de dezembro de 1890, um artigo do periódico parisiense *Temps*, que define três tipos de republicanos:

Os republicanos do Brasil dividem-se em três classes.  
 Os de 1º - São os que foram-no durante a monarquia, fizeram a propaganda, exposeram-se às iras do rei e de seus lacaios.  
 São os legítimos da fábrica.  
 Os de 2º - São os de 15 de Novembro que, sendo interiormente republicanos, aderiram francamente, de coração, unem-se sem reserva aos primeiros e repelem os restauradores.  
 Os de 3º - São os que não aderiram e figuram aderir, a fim de se esgueirarem para as altas posições governamentais, são perfeitos fritz match, com todo o cortejo de drogas venenosas, strichnina, ácido satycílico, etc.

Estes guindam-se aos primeiros lugares, suspiram pela monarquia, são como os peixes que acompanham todos os navios com o fito na presa.

Bacilos-monárquico que ataca a república em cujo organismo penetra. Verdadeiros parasitas venenosos que comeram na monarquia, comem na república e comerão na restauração.

Os de primeira e segunda classe se confundem. Os de segunda são sinceros e reconhecem que a direção política cabe aos da primeira e nesse sentido prestam o seu concurso.

Os da terceira são os comedores de todas as situações e odeiam os republicanos legítimos; julgam-se com direito aos primeiros lugares, são os aristocráticos, ferram os dentes na república, chupam-lhe as propinas e tem os olhos langorosos voltados para Pedro II e Affonso Celso, rendendo-lhes veneração como seres superiores e únicos capazes de governar o povo e faze-lo feliz.

Esta classe de republicanos tem a consciência em um lugar onde o sol não penetra e a dignidade no estômago. São tipos estrábicos. (A REPÚBLICA, ano 5, n. 286, 1890, p. 1, seção Noticiário).

A definição de político republicano defendida pelo periódico *Temps* respaldava a concepção veiculada pela redação do jornal *A República*, a qual buscava educar os leitores para que não fossem ludibriados por sujeitos que se auto denominavam republicanos, denominação esta que por si mesma não era fiel ao regime político defendido a 15 de novembro. O *A República* cercava-se de cuidados a fim de evitar um golpe político, pois a Constituição estava em debate por políticos das três classes apontadas pelo *Temps*. Ou seja, no Congresso estes três grupos coexistiam e trabalhavam em favor dos seus próprios interesses. O jornal *A República* pretendia demonstrar por meio de artigos publicados internacionalmente que a sua preocupação não era corriqueira, mas legítima. Os verdadeiros republicanos no Congresso precisariam lutar incansavelmente contra os políticos que não debatiam pelo bem nacional, mas articulavam-se com a finalidade de privilegiar a si mesmos.

Na edição seguinte, número 287, o *A República* exaltou a participação dos verdadeiros patriotas no percurso para a promulgação da Constituição e a urgência da votação para que os estados pudessem definitivamente organizarem-se:

Quem aprecia o desenvolvimento dos nossos fatos políticos tal como eles se acentuam na Capital Federal, chega à convicção de que mais do que nunca a organização dos estados se impõe à providência dos patriotas e dos que se empenham para a consolidação da República. E tal é a urgência dessa organização que é realmente penoso vê-la dependente da votação da Constituição Política da União tão morosamente encaminhada pelo Congresso Nacional.

Tão liberal e adiantado era o projeto decretado pelo Governo Provisório que a opinião geral do país esperava que com pequenas modificações fosse ele votado como lei orgânica da nação.

A realidade, porém, é que longa, quiçá interminável, vai ser essa discussão, quando, aliás, as apreensões do ânimo público pedem sem demora a votação da lei constitucional.

Dependentes, porém, os estados da adoção por parte do Congresso Nacional de uma constituição, o que se evidencia é uma urgente necessidade de que estejam preparados e prontos, para, apenas votada essa lei, entrarem sem delonga e com máxima brevidade em serviço de organização definitiva. (A REPÚBLICA, ano 5, n. 287, 1890, p. 1, seção A República).

Os republicanos aguardavam a promulgação da Constituição. Esta lei máxima do território nacional, garantiria a organização dos poderes segundo os pressupostos republicanos, bem como os direitos e deveres de cada cidadão brasileiro. As leis e regulamentos estaduais não seriam postos em prática até que a Constituição fosse aprovada, ou seja, enquanto os debates se prolongavam no Congresso, os estados conservavam-se legalmente com o mesmo formato administrativo de 1889. Os debates intermináveis no Congresso por grupos com diferentes matizes políticas, conforme afirmava a redação do *A República*, retardaria a organização dos estados e culminaria no atraso do Brasil como um todo. Advogava-se por uma descentralização do poder, quando de fato, vigorava a centralização devido os atrasos ocasionados pela política na Capital Federal.

O jornal *A República*, ao exercer a ação educativa, enfatizava a validade do pensamento liberal e destacava que o Paraná jamais se amedrontara frente aos levantes monárquicos, ou seja, centralizadores. Salientava que, a Constituição deveria ser posta em prática em todos os estados e particularmente no Paraná assim que fosse votada, evitando-se discrepâncias entre o que está posto na lei e a realidade política. A redação do jornal, destacava a importância de eleger um magistrado paranaense para conduzir o estado do Paraná, segundo os pressupostos contidos na Constituição Republicana e na lei estadual, concorrendo para a autonomia do território paranaense. Afirmou o redator:

Será uma vergonha que nesse momento em que todos os estados procuram formar os seus créditos de independência pela eleição de seus filhos ilustres, o Paraná se constitua o **burgo podre** de audaciosas ambições.

Façamos nesse ponto política paranaense e só paranaense. (A REPÚBLICA, ano 5, n. 287, 1890, p. 1, seção A República, grifo do autor).

O Paraná desde os tempos da propaganda republicana foi uma das províncias com o menor número de adeptos ao Partido Republicano. Após a Proclamação, a consciência da sociedade continuava a mesma, embora o regime político tivesse mudado. O desafio do jornal seria moldar as mentalidades e, por isso, a defesa de um representante paranaense para gerir o estado, evitando-se assim, uma centralização das iniciativas públicas por meio da Capital Federal ou de um outro estado, como ocorrera antes, quando o Paraná era a comarca de São Paulo. Buscava-se o modelo democrático de eleição, tanto nacional quanto estadualmente, que valorizasse a opinião pública e evitasse possíveis levantes contra o governo, porém o redator político do *A República*, Vicente Machado, preocupava-se com a capacidade da massa popular em exercer o direito ao voto devido “[...] a falta de educação cívica em todas ou em algumas camadas populares” (A REPÚBLICA, ano 5, n. 290, 1890, p. 1, seção A República).

No final e 1890 e início de 1891, as preocupações quanto o desenvolvimento de leis que garantissem, ao menos no papel, o modelo republicano de governo aumentariam, pois chegaria o tempo de uma resposta do Congresso Nacional quanto a nova Constituição. Adiciona-se a este cenário, a urgência de reformas que contribuíssem para o progresso dos estados, desde a questão tributária até a instrução das massas. A Constituição, nas palavras de Vicente Machado, arrancaria o Brasil “[...] dos imprevistos e paixões, e de todos os atos que sem uma norma constitucional podem aparecer” (A REPÚBLICA, ano 6, n. 305, 1891, p. 1, seção A República). Machado fazia uma alusão ao discurso do Sr. Saraiva, senador da Bahia e ex-senador da Monarquia, que atacou o Ministério da Fazenda do Governo Provisório cujo responsável era Rui Barbosa, chamando-o de ilegítimo. Segundo o redator do jornal, Saraiva fez este discurso devido a ausência de senso patriótico e suas inclinações ao regime monárquico. Ou seja, as paixões dominavam os debates a fim de causar polêmicas que prolongariam a espera pelas modificações do projeto de Constituição sugerida pelo Governo Provisório e revisado pela comissão de 21 membros do Congresso.

Na edição 329 de 4 de fevereiro de 1891, publicou-se a crítica do projeto de Constituição pelo escritor político M. Leon Donnat<sup>41</sup>, traduzida e veiculada pelo Correio

---

<sup>41</sup> DONNAT, Leon. *Critique de la constitution brésilienne*. Paris: Societe D'editions Scientifiques, 1890.

Paulistano. Donnat destacou a semelhança do projeto de Constituição brasileiro com a Constituição dos Estados Unidos da América e analisou cada parte do projeto:

A constituição que será apresentada ao 1º Congresso compreende as divisões seguintes:

Título I da Organização Federal

Seção I Poder Legislativo

Seção II Poder Executivo

Seção III Poder Judiciário

Título II Dos estados

Título III Do Município

Título IV Dos Cidadãos Brasileiros

Título V Disposições Gerais

Esta constituição tem grande semelhança com a dos Estados Unidos da América: não é cópia desta como uma leitura superficial poderia inculcar; inspirando-se na grande República americana, o governo brasileiro seguiu o exemplo do México e da República Argentina, que se acham muito bem com essa imitação.

A medida que examinarmos os diferentes elementos da constituição brasileira, teremos o cuidado de assinalar as suas afinidades com a constituição americana e os pontos em que mais sensivelmente aquela diverge desta.

§ 1º A Organização Federal

O sistema federativo é dos sistemas o que permite mais facilmente limitar os perigos e por si mesmos corrige seus erros. James Bryce disse com acerto – “uma nação dividida desse modo é semelhante a um navio de compartimentos estanques; quando um jato de água penetra num deles, as mercadorias que ali estão guardadas ficam estragadas, mas o resto da carga conserva-se a seco e o navio não deixa de flutuar”.

O título primeiro define os direitos da nação e os dos estados **“Os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou mesmo desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos estados, mediante aquiescência das respectivas legislaturas locais em dois anos sucessivos e aprovação do Congresso Nacional”**. (A REPÚBLICA, ano 6, n. 329, 1891, p. 2-3, “Crítica da Constituição Brasileira por M. Leon Donnat”, grifo do autor).

Donnat concordava com a autonomia administrativa dos estados brasileiros em relação a União, porém discordava quanto a sujeição às leis locais pelo período de dois anos e ao Congresso Nacional na ocasião de junção ou desmembramento de territórios, pois acreditava que essa escolha deveria ser democrática, ou seja, por meio da eleição de novos dirigentes a cada dois anos, que seria o resultado das eleições. A União não deveria temer a liberdade de escolha da população, conforme ocorrido nos Estados Unidos da América.

Quanto a divisão dos poderes no projeto de Constituição brasileira, Donnat afirmou que estavam equiparados ao modelo norte-americano, cujo objetivo era dividir

as responsabilidades e promover uma gestão descentralizadora. O presidente da República teria o mandato de 6 anos, sem reeleição. Destacou o direito ao voto dos cidadãos maiores de 21 anos, desde que: não sofressem de incapacidade moral ou física, não fossem soldados ou pertencentes ao clero, analfabetos ou auxiliados por algum grupo ou instituição de caridade.

A última parte da crítica de Donnat foi publicada na edição 336 de 13 de fevereiro de 1891, onze dias antes da promulgação da Constituição a 24 de fevereiro. O escritor político discorreu sobre o parágrafo 3, relativo a Declaração dos Direitos dos cidadãos brasileiros. No começo da análise, indicou a ausência dos princípios de igualdade e liberdade expressas logo no princípio do texto da Constituição da França, Estados Unidos da América, México e Argentina e apontou que o poder constituinte é representado no projeto como sinônimo de soberania popular:

O poder constituinte prima sobre todos os outros como sendo a expressão da soberania do povo; a melhor maneira para o povo afirmar sua soberania consiste em enumerar os direitos imprescritíveis do indivíduo. A segurança individual, o direito de propriedade, a liberdade de consciência, a liberdade de ensino, a liberdade de falar e escrever, a igualdade perante a lei e perante o imposto, o direito de associação tem mais importância que a organização dos poderes públicos. A primeira declaração do ato constitucional deve ser que estes poderes não farão lei alguma e não cometerão atos de natureza atentatória aos direitos primordiais do cidadão. [...]

A liberdade de consciência é essencialmente garantida, pois, nenhum culto será subsidiado pelo Estado; o ensino público será leigo; os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal. A segurança individual é igualmente objeto das diversas garantias que se encontram no direito anglo-saxônico, especialmente no que diz respeito a inviolabilidade do domicílio e ao habeas corpus. [...]

A especificação destes direitos e garantias, diz o art., 75, “não exclui outros direitos e garantias não enumerados; mas resultante da forma de governo que a constituição estabelece e dos princípios que ela consagra”.

Enfim a constituição brasileira prevê a sua própria revisão.

Ela poderá ser reformada a qualquer tempo, ou pela iniciativa do congresso nacional, ou das legislaturas dos estados. [...]

As disposições que lhe dizem respeito são aliás, como agravante, bebidas no artigo V da constituição dos Estados Unidos. São menos simples que as do art. V, menos simples que as do art. 120 da constituição suíça. Não é para se admirar, pois, se os autores da constituição brasileira reconhece no povo o poder constituinte, pelo menos não lhe dão o exercício direto.

O povo só exerce este direito pela delegação. (A REPÚBLICA, ano 6, n. 336, 1891, p. 1-2, “Crítica da Constituição Brasileira por M. Leon Donnat” (Conclusão) § 3).

Donnat ao encerrar o exame do projeto de Constituição reitera a existência de lacunas na legislação que possibilitavam uma abertura para ações que, por não serem proibidas, seriam passíveis de execução. O autor seguia a lógica de que, aquilo que não fosse proibido era permitido aos cidadãos.

A primeira Constituição Republicana do Brasil<sup>42</sup>, decretada em 24 de fevereiro de 1891, durante o Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, instituiu como parte do regime republicano e federativo as proposições constantes no projeto de lei analisada por Donnat.

Evidenciou-se a separação do Estado e da Igreja, a liberdade de culto e de expressão, o reconhecimento legal apenas do casamento civil, o regime presidencialista, a eleição por meio do voto de cidadãos alfabetizados, a extinção do poder moderador e a instituição dos três poderes representativos. Além disso, estabeleceu o fim dos privilégios de nascimento e títulos de nobreza, definiu o termo “cidadão brasileiro” de acordo com a nacionalidade, sua capacidade moral e física. A lei serviria de baliza para determinar os direitos e deveres do cidadão, bem como para assegurar a igualdade de todos. Quanto a educação pública, foi garantida a sua laicidade, porém, a obrigatoriedade, universalidade e gratuidade não foram incluídas na lei.

A Carta Magna normatizou os pressupostos republicanos no Brasil a fim de evitar, por omissões, possíveis investidas contrárias ao regime político instaurado a 15 de novembro de 1889. Nessa lógica, delineava-se por meio da letra da lei padrões republicanos nacionais, que conduziriam os estados a desenvolverem uma legislação que corroborasse como alicerce para a formação de uma identidade nacional. O Estado laico bem como a laicidade educacional, representaria uma mudança social que culminaria em debates sobre a nacionalidade, a civilidade, a separação do público e do privado. Estas discussões em nível federal e municipal resultariam em uma definição de cidadão e por conseguinte, desenvolveriam a identidade brasileira.

## 5.8 A IDENTIDADE NACIONAL

---

<sup>42</sup> As edições entre 19 de fevereiro de 1891 (n. 341) e 5 de maio de 1891 (n. 396) não foram digitalizadas pela Hemeroteca. Os debates que possivelmente tenham existido sobre a divulgação da Constituição Republicana entre esse período de tempo, no jornal *A República*, não estão disponíveis para acesso.

O território brasileiro, devido a sua variedade cultural adquirida ao longo dos séculos, tornara-se um desafio para qualquer legislador que desejasse o desenvolvimento de uma identidade em nível nacional. Além da cultura, duas outras questões eram impeditivas para alcançar uma definição de cidadão brasileiro: a questão política e a econômica. Ora, os políticos dividiam-se em classes distintas de republicanos, teriam origens portuguesas e espanholas. Além disso, existia aqueles que não haviam superado o término do regime monárquico. A questão econômica constituía um abismo entre as classes sociais, ou seja, a maioria da população vivia na miséria enquanto a minoria possuía bens e possibilidades de emancipação material e intelectual. Antes e após a promulgação da primeira Constituição Republicana, a formação da identidade nacional não passaria despercebida. Neste sentido, a Constituição viria a sustentar, por meio da letra da lei, as concepções publicadas pela imprensa e que eram fruto de debates na sociedade ilustrada.

A identidade brasileira não escapou aos debates no jornal *A República*, pelo contrário, esteve em pauta desde a época da propaganda, pois o sentimento de pertencimento a uma Pátria estava intimamente relacionado ao reconhecimento da sua identidade. Após a abolição da escravatura, em 1888, o jornal destacou as ações da população brasileira e apontou:

O **povo brasileiro** acaba de afirmar com a maior altivez a sua soberania, impondo aos poderes instituídos a lei extinguindo a escravidão no Brasil. [...]

A barreira que acaba de ser destruída abriu uma larga estrada de novas aspirações que hão de ser realizadas para o progresso de **nossa pátria** e para o nosso aperfeiçoamento social.

A **igualdade civil** dos brasileiros há de seguir-se a **igualdade política** que levará esta grande nação americana à proclamação do governo republicano, único capaz de a conduzir aos seus grandes destinos. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 20, 1888, p. 1, seção A República).

A utilização da ideia de povo brasileiro deixou transparecer uma noção equivocada de participação de todos no processo abolicionista e, ao mesmo tempo, da destruição das barreiras do privilégio que foram destruídas. Ora, tratou-se de uma perspectiva que encobria o caráter de classe da democracia burguesa instituída que se limitava a igualdade formal perante a lei.

Ao tratar de **povo brasileiro** e **nossa Pátria**, o jornal afirmava a existência de um coletivo diferente da Monarquia, de seus interesses e compatriotas. Já os termos

**igualdade civil e igualdade política**, reforçavam a ideia do desenvolvimento de uma identidade, pois não haveria diferenças de direito entre classes sociais e raças, embora na prática os libertos experimentassem situações de preconceito e isolamento social. O importante a ressaltar neste excerto, é o emprego de termos que remetem ao despontar de um grupo e, no caso do Brasil, de uma população com características e interesses em comum, ou seja, uma identidade nacional.

Devido a importância dos soldados para a tomada de poder, a propaganda sobre a defesa da identidade brasileira e dos interesses da Pátria estenderia aos militares:

Soldados!

Aproxima-se o momento em que sereis chamados a escolher entre esta alternativa: servir a pátria ou servir o rei.

De um lado está a nação, cujo nome necessitais engrandecer, porque é a vossa nação; o povo que trabalha, o operário que a uma certa hora tem infalivelmente de entrar para a oficina, porque uma hora de trabalho que perca, representa um pão de menos em sua casa; vossos companheiros de infância, vossas mães, vossos pais, vossos irmãos, que lutam dia a dia pela vida, que pagam impostos pesadíssimos, senão ao governo, ao fornecedor que lhe cobra no gênero que vende o imposto com que o fisco lhe sobrecarrega as mercadorias.

Do outro lado está o Rei, isto é, um homem que **em nada é superior a qualquer de nós**, que come, que bebe, que é sujeito a qualquer das necessidades naturais que todos temos, mas que o **acaso** fez nascer entre uma dessas famílias, que a estupidez, a ignorância, a corrupção e a venalidade fez entrar para a história como famílias **privilegiadas** como se todos os homens não descendessem de Adão e Eva, segundo a origem das Escrituras, ou dos macacos, segundo as investigações da ciência.

As famílias privilegiadas dos reis, não são mais do que parasitas [...]

E não penseis, soldados, que eles, tratando-se de dinheiro do povo, contentam-se com pouco...Qualquer deles come num ano, o que qualquer de nós não ganha em toda a vida! [...]

Soldados! Compreendi bem o vosso juramento: jurastes servir a pátria, porque sois brasileiros, e ao rei porque ele era então a primeira autoridade da nação, **e não porque fosse rei**, porque essa autoridade podia ser a qualquer momento ser passada a outrem, e nesse caso o vosso juramento a nada mais vos obrigaria senão a pátria. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 39, 1888, p. 1, seção A República "Cartas ao exército", grifo do autor).

No excerto anterior, tomou-se como ponto de partida o repúdio aos privilégios dos monarcas, bem como ao sentimento de superioridade destes. Os soldados foram conclamados a defender somente os interesses da Pátria, constituída em sua maioria por seus familiares e trabalhadores em geral que, perante a Lei Divina e as leis da

ciência, eram iguais e merecedores da proteção dos militares. O jornal *A República*, neste excerto, tratava de inculcar nos soldados o sentimento de pertencimento a uma nação e não a um rei, posicionamento crucial na tomada de poder em novembro de 1889.

Na edição de número 58, de 8 de dezembro de 1889, a redação conclamou o povo e os estadistas a “[...] manterem juntos a integridade nacional, a pátria una e forte [...]”, pois apenas por meio do objetivo comum e a união das forças dos cidadãos seria possível impedir que “[...] pelos nossos erros administrativos, possa do Brasil de hoje desagregar-se qualquer parcela do território sagrado da pátria” (A REPÚBLICA, ano 4, n. 58, 1889, p. 2, “Um Dogma”). Infere-se por meio dos escritos do jornal que, o fortalecimento da consciência de pertencimento à uma nação sucederia somente por meio da união dos cidadãos que lutassem pelos mesmos interesses, significava em outras palavras, dizer que estes cidadãos possuíam objetivos em comum, ou seja, refutavam o autoritarismo, os privilégios, a escravidão, a miséria, a ausência de direitos, a centralização das decisões. Isto posto, estas afirmações propagandeavam uma identidade nacional e, de acordo com o nome do artigo, uma doutrina, que zelaria pela manutenção do regime republicano e a manutenção da ordem social alicerçada no latifúndio.

*A República*, na edição 60 de 1889, publicou um artigo da *Gazeta de Campinas* o qual expõe o ideal de identidade nacional republicano:

A república se fez, e a república vai se firmar para sempre na livre pátria de Tiradentes e dos famosos heróis da Inconfidência. [...] Agora, tudo devemos esperar deste povo, cujos direitos acabam de triunfar da maneira a mais brilhante que o mundo tem visto. [...] O amor ao direito, à justiça e à liberdade seja sempre o nosso guia no desempenho dos nossos deveres de cidadão. A pátria e seu progresso, seja a nossa constante preocupação. (A REPÚBLICA, ano 4, n. 60, 1889, p. 1-2, seção A República “A Realidade” (Da Gazeta de Campinas)).

O respeito a liberdade, ao progresso e aos direitos da população são destaques no artigo da *Gazeta de Campinas*. Estes alicerces aproximavam-se dos ideais de Amor, Ordem e Progresso constantes no artigo da edição de número 64 do mesmo ano, previamente transcritos nesta pesquisa.

Com maior intensidade a partir de 1890, pois antes já o afirmavam, o jornal *A República* reitera existir levantes antagônicos ao regime republicano em todo o país e

reforça a necessidade da união de todos em favor da repressão destes atos contrários à ordem social:

Diante dos fatos que se tem sucedido, com maiores ou menores perturbações, prejudicando a serenidade e a calma que devem presidir o momento atual, é dever do patriotismo eliminar pela orientação a anarquia que se quer plantar nos espíritos. [...]

Afastar o jogo das ambições do trabalho que deve ser feito na opinião para ser consagrado como verdade prática o lema escrito no pavilhão nacional – **ordem e progresso** – deve ser uma preocupação da atualidade.

O governo depois de organizado e o povo, quando orientado da verdade democrática, galardoarão os méritos e terão virtudes de Catão para punir os inimigos e os indignos da república. (A REPÚBLICA, ano 5, n. 66, 1890, p. 1, seção A República, grifo do autor).

Orientado o povo e organizado o governo segundo o lema Ordem e Progresso, chegaria o momento de combater os inimigos da República por meio da integridade moral representada pela figura do político romano Catão (A REPÚBLICA, 1890). Desta maneira, a União e cada estado possuía a incumbência de reforçar esses ideais, dever este que a instrução pública respaldaria ao aproximar-se das massas. Era urgente a educação popular para a manutenção da ordem, pois segundo o jornal:

Não são poucos os inimigos da República.

No meio das gerais adesões posteriores ao glorioso dia 15 de Novembro, há muito despeito concentrado, muito ódio encoberto, muita malícia sorrateira a querer cavar o abismo ao regime inaugurado. [...]

Levar ao espírito do povo a precoce descrença nos homens que assumiram a responsabilidade no momento político, não há dúvida que representa uma tática hábil que pode aproveitar os que hoje se veem fora do mundo do mando e do poder. [...]

No tempo da propaganda se conheciam os inimigos, sabia-se o meio de combater-los; se estávamos por um lado em posição defensiva, por outro lado tínhamos tomado séria atitude agressiva, em que dificilmente podíamos ser colhidos pela traição. [...]

Hoje são todos “amigos” – mas debaixo dessa capa quanto cavalo de Troia não nos querem impingir?

Não temos guardas no Capitólio para darem rebate com a chegada dos inimigos da calma e do sossego da pátria.

Guardemo-la nós. (A REPÚBLICA, ano 5, n. 78, 1890, p. 1, seção A República).

De acordo com o periódico, o regime político estava em perigo, pois havia uma propaganda de oposição em processo, similar àquela que conduziu os grupos

políticos a aderirem ao movimento republicano, dentro e fora do Congresso. Assim, “Sem que se congreguem, e se disciplinem as forças esparsas que a atual situação política vai suscitando, todo o esforço será estéril” (A REPÚBLICA, ano 6, n. 397, 1891, p. 1, “Partido Constitucional Republicano”).

Em discurso proferido no Congresso Nacional em 19 de dezembro de 1890 e transcrito no jornal *A República*, em 1891, o senador Ubaldino do Amaral assinalou a ausência de entendimento dos congressistas quanto a defesa de uma causa em comum, a Nação brasileira. O senador destacou a diversidade ideológica presente na Casa, ponto que demonstrava a formação de alianças políticas em torno do regime republicano, porém, a inexistência do sentimento de nacionalidade, de luta por um objetivo em comum:

[...] Acaso, os brasileiros já temos um ideal comum que reúna todos os espíritos e faça bater todos os corações?

Não nos iludamos; o nosso ideal por ora está em elaboração; cada um de nós ama a terra em que nasceu, o estado de que é filho; vai se formando, e tenho fé nisto, a concepção da pátria, mas ainda não está formada. [...]

Vai crescendo, felizmente, a compreensão dos nossos destinos. Até agora não temos sido senão um bando de viajantes que se albergam a um tempo debaixo do mesmo rancho. [...]

A prova de que nós não temos essa compreensão de pátria, está nas nossas assembleias passadas, está nesta assembleia. Ninguém fala na União, todos falam nos interesses de seus estados ameaçando-nos com a separação. (A REPÚBLICA, ano 6, n. 304, 1891, p. 1, seção A República, “Congresso Nacional”).

Far-se-ia inadiável o desenvolvimento de uma identidade nacional, que congregasse a todos em torno do mesmo ideal. A elaboração deste sentimento de pertencimento dar-se-ia por meio da ação educativa, ou seja, por meio da instrução formal da sociedade. Isto posto, a instrução pública naquele momento, tornou-se crucial para essa ação e responsável pela propagação dos princípios da moral republicana e dos deveres cívicos.

## 5.9 A REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Reformar a instrução pública durante o novo governo, sobrepujava a mudança do método e da organização física dos estabelecimentos. A instrução pública foi

pensada pelos republicanos como formação da mentalidade das massas, tanto para o exercício do voto, quanto para a proteção dos ideais defendidos pelo novo regime político. Nesse sentido, uma tarefa complementava a outra, pois o voto para a eleição de um grupo de republicanos estava atrelado ao ensino das letras, bem como ao conhecimento do que se tratava a República e a sua proteção.

O ideário republicano precisava alcançar a classe trabalhadora e os professores seriam os porta-vozes do governo. Logo, a proposta republicana de reforma social verificada no processo de separação entre o Estado e a Igreja, na libertação dos escravos, no direito ao voto, no livre comércio, na liberdade de expressão e de culto e nos direitos e deveres dos cidadãos, respaldaria a renovação do ensino e deveria estar inserida no currículo de todos os níveis escolares – ensino primário, secundário, normal, superior – a fim de alavancar o lema de Ordem e Progresso.

Quanto a instrução pública, a Constituição de 1891 deixou o caminho aberto para que cada estado regulamentasse a escolarização primária das massas, desde que respeitado o preceito constante no parágrafo sexto da Lei Maior, o qual determinava que “§ 6º Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (BRASIL, 1891). Neste sentido, observaremos a propaganda da instrução pública, bem como o regulamento educacional do estado do Paraná, divulgado pelo jornal *A República* anterior a Constituição de 1891, pois este não sofreu alterações após a tramitação da Carta Magna.

Desta maneira, antes de tratarmos das normas e proposições educacionais constantes no periódico após a Proclamação da República, faremos uma digressão pela propaganda republicana educacional no período que precede a mudança de regime político, dada a relevância em conhecer o estado da educação durante a Monarquia de acordo com a imprensa. Dito isto, destacamos a publicação de 24 de Setembro de 1888, na qual encontramos as principais críticas do movimento republicano ao ensino público da província do Paraná:

Estamos completamente desorientados.  
Condenamos os partido liberal, condenamos o partido conservador, condenamos o partido republicano. Os homens são os mesmos! É a frase imbecil que ouve-se diariamente por toda a parte.  
Não temos convicção, nem ideal, nem fé, nem nervos! Assistimos lorpamente, passivamente a comédia degradante que representa os homens públicos, os comedores do dinheiro do povo.

O direito perdeu a sua significação natural: só nos cabe o dever passivo, a obediência do cão, a abdicação da personalidade.

Fechem-nos as escolas e nós presenciámos covardemente, sem articular uma palavra, a essa usurpação de um direito!

E quando fala-se na República, bradam os idiotas da época ou os defraudadores dos dinheiros públicos: “O mal não é da Monarquia; os homens são os mesmos: portanto, a República não adiantará nada!”.

Para nós, que não temos a felicidade de acreditar na monarquia, o partido liberal, que é monarquista, foi coerente consigo mesmo. Reduzindo, fazendo um corte tremendo na instrução pública, esse partido não fez mais que pôr em prática um dos meios de que se serve a monarquia para perdurar através dos tempos.

A ignorância, a ignorância completa é somente o que pode garantir o trono!

Fechem-se, pois, as escolas!

Não temos nós o sábio por excelência, **D. Pedro II**? Não é ele o primeiro médico? O primeiro jurisconsulto? O primeiro engenheiro? O primeiro astrónomo? O primeiro poliglota? O primeiro droguista? O primeiro... fabricante de chapéus de sol? ... Faltou apenas que proclamassem o “mercador inexcedível” naturalmente porque a esse título já começa de fazer jus o príncipe francês a quem ele entregará em casamento a filha mais velha – herdeira presuntiva da coroa – (Lopes Trovão).

Um país que possui um rei tão sábio pode deitar-se sossegadamente, esperando que ele satisfaça todas as suas necessidades.

Somos um povo de carneiros. Só nos revoltamos quando sofremos pessoalmente, quando a nossa vida corre perigo. Pessimamente educados, desnorteados pelas ficções do direito divino, empolgados pelos sofismas monárquicos, não temos convicção nenhuma do nosso direito natural, não sabemos impor a nossa vontade, não temos a firmeza inabalável dos grandes caracteres. [...]

Eis aí a manifestação da indiferença, o sinal evidente da falta de opinião.

E um povo sem opinião não é povo: porque sujeita-se bestialmente aos decretos do alto, porque abdica a sua personalidade, porque ajoelha-se aos pés do trono, como os cortesãos servis de Heliogábalo. Nós aprendemos do Baixo-Império a maneira de adular os imperadores!

Não pulsa em nosso peito o coração do Tiradentes, não corre em nossas veias o sangue dos patriotas de 1798, de 1817, de 1821! Só conhecemos uma data: 7 de Setembro!

É assim que vemos desfilar diante de nós o cortejo das indignidades, as ladroeiros assombrosas, os desfalques momentais, os arranjos dos comedores dos cofres públicos! E nem um protesto da parte do povo, nem uma voz se levanta para combater tais desmandos!

Vivemos no domínio das ficções, no reinado das ladroeiros!

O povo sustenta o rei, sustenta os príncipes, sustenta os ministros, os deputados, os velhacos refinados, o funcionalismo. E o que lucra com tudo isso?

Ser espoliado de seus direitos, ser afastado das urnas, ser privado de instrução!

Eis o legado da “sábia monarquia e do sábio monarca” que felizmente nos rege... (A REPÚBLICA, ano 3, n. 35, 1888, p. 1, seção A República, “A Actualidade” – I, grifo do autor).

No artigo transcrito, o redator tratou da passividade do povo aos desmandos do monarca, atribuindo a esta postura a falta de educação moral, cívica e histórica. O fechamento de escolas, ou seja, a ausência da instrução formal, corroborava para essa condescendência do povo à ausência de direitos, junto a extorsão dos cofres públicos. Além disso, o analfabetismo, não permitiria a participação da massa popular na votação dos seus representantes, deixando-a a mercê das decisões do monarca e seus eleitos. A ignorância, segundo a publicação, era o ópio do povo, que bania o desenvolvimento do pensamento crítico frente a situação social em que viviam. Embora, o artigo seja de caráter partidário, compreende-se por meio deste as deturpações que a ausência de instrução produzia no povo, de maneira que o monarca fosse aceito como o detentor de todo o conhecimento e autoridade, incluindo-se aqui o direito divino, em referência a influência da Igreja e seu dogma nas instituições públicas, fazendo-se dispensável que a população tivesse acesso à educação.

Em vista da precariedade da educação no Paraná, os republicanos assinalavam a ausência de estrutura física e normativa, bem como apontavam falhas na gestão dos parques estabelecimentos de ensino da província, como por exemplo, no Instituto Paranaense, no qual permitia-se a posse de armas e objetos pontiagudos que por vezes causavam ferimentos entres os alunos. Neste sentido, os republicanos afirmavam ser imprescindível:

[...] o Sr. Diretor a quem cumpre vigiar pela manutenção da ordem e da moralidade naquela casa, tome medidas enérgicas sobre este fato e sobre o mais que causa as censuras que ouvimos o público fazer sobre tão útil instituição [...]. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 10, 1888, p. 3, “No Instituto Paranaense”).

Ordem e moralidade, e mais tarde, Ordem e Progresso, seriam termos ordinários nas edições do *A República*, devido a atenção concedida aos estudos da teoria do Positivismo de Auguste Comte e a sua aplicação na formulação do lema republicano de regeneração social. O Positivismo suscitou o debate sobre o fazer científico e a separação do Estado e da Igreja, constatando-se a importância da separação do ensino e religião. Em crítica a Chichorro Júnior<sup>43</sup>, G. A. Landes questionou o estudo do supracitado partidário republicano sobre as escrituras:

---

<sup>43</sup> Redator do jornal *A República* em 1888 após Eduardo Mendes Gonçalves assumir a “[...] presidência da câmara municipal de Curitiba [...]” (SANTOS, 2019, p. 98).

Antes de tudo devo dizer ao sr. Chichorro, que eu não quero entrar em discussão com s.s., nem sobre teologia [...]

Ele sabe que, “a crítica religiosa tem demonstrado que a Bíblia, longe de ser a revelação da divindade, é pelo contrário, o produto da ignorância da época”.

Ele sabe que, “não existe o céu, como não existe o inferno”, porque o astrônomo não os “descobriu”.

Ele sabe, que, “A doutrina do Cristianismo é uma doutrina prejudicial”. Enfim, o sr. Chichorro, julgando-se-o pelo seu artigo (n.º “A República”, n. 40) sabe tudo.

Não há mais mistério, para ele.

Não! Não me acho habilitado para discutir com um homem tão sabido, mas quero apreender dele.

Ele está preparado no terreno da lógica e ciência.

Nós outros cremos em Jesus Cristo como o único Salvador do mundo. Lemos a doutrina de Cristo, como a doutrina máxima, a doutrina mais sublime, a doutrina divina.

Lemos a Bíblia como a revelação divina.

E pregamos, como o Grande Apóstolo S. Paulo, pregou, que: “As sagradas letras” podem fazer-nos “sábios para a salvação, pela fé que há em Cristo Jesus”. [...]

Mas, o Sr. Chichorro, de certo, com a sua lógica, ciência e sabedoria, nos provará que estamos em erro e que esta doutrina de Cristo é “uma doutrina prejudicial”? (A REPÚBLICA, ano 3, n. 18, 1888, p. 3, “Ao Sr. Chichorro Junior”).

O estudo criticado por Landes foi publicado em 1887 no jornal *A República* e causou descontentamento, pois, como podemos observar, Chichorro contestou o entendimento bíblico como a única verdade sobre o homem e o universo. Neste sentido, compreende-se que o secretário do Partido Republicano a partir de 1888, Chichorro Junior empenhou-se em defender a ciência como premissa para o conhecimento sobre a humanidade.

A primazia da ciência sobre a religião como critério de organização das relações sociais foi a principal marca da matriz positivista. Longe das paixões políticas, o saber científico identificado com a República não estaria destinado aos caprichos de um regime pautado pelos privilégios e atraso. Logo, a laicidade da educação faria parte do ideal republicano de instrução pública, pois, a ênfase no método científico para a compreensão dos fenômenos sociais iria compor o currículo das escolas após a mudança de regime. Corroborar com esta afirmativa, o artigo de 7 de dezembro de 1888:

A evolução material e intelectual, que é característico do mundo, há de operar-se facilmente, apesar dos coices que recebe dos

monarquistas vermelhos e da ignorância enfiada dos representantes das velhas fórmulas das sociedades autoritárias. [...] A velha monarquia, carcomida pelos abusos inerentes às suas práticas semi-selvagens, abalada modernamente pelas vergastadas que lhe arremessam as conclusões científicas da sociologia, declarando-a incompatível com a dignidade e felicidade humanas, está prestes a soltar o último suspiro, na pessoa de Pedro II. (A REPÚBLICA, ano 3, n. 45, 1888, p. 1, seção A República, “Bravo!”).

Os reformadores acreditavam que se aproximava o tempo em que as luzes do conhecimento dispersariam as sombras da ignorância monárquica. Durante o ano de 1889 com a acentuação dos debates em favor da Proclamação da República, verificam-se artigos que denunciavam o fechamento de escolas públicas, como por exemplo, a publicação do Diário de Sorocaba sobre as escolas paranaenses:

Segundo referem telegramas do Paraná, apesar de enérgicas e constantes reclamações da parte do povo, o governo da província vai mandar fechar as escolas suprimidas por lei.

Este fato, que julgamos sem comentários, ali fica para atestado **honroso** das nossas **magnas** instituições.

Fala-se muito, e nós acreditamos, na aprimorada educação do povo paranaense, o elevado princípio de ordem com que marcha para a máxima perfectibilidade: a civilização desse povo tem incomodado deveras o imperismo de nossas instituições, que sempre contaram com as trevas e nunca com a luz, que as ofusca.

Estes são os últimos traços característicos do monarquismo atirado aos braços da corrupção que lhe dispensa o último carinho. (A REPÚBLICA, ano 4, n. 9, 1889, p. 2, “Escolas”, grifo do autor).

Quando o autor do artigo *Escolas* referiu-se a educação do **povo paranaense**, este considerava aqueles com acesso a algum tipo de educação formal, ou seja a minoria da população do Paraná. Devido ao fechamento de algumas escolas públicas, das poucas que existiam na província, a propaganda das escolas privadas foi aumentando em número no jornal conforme aproximava-se a Proclamação da República.

Nos anúncios de 1889, enfatizou-se o método intuitivo, a não obrigatoriedade do ensino religioso, a educação moral, intelectual e física que seguiam os pressupostos educacionais republicanos. As escolas privadas ofereceriam os estudos em sistema de externato e internato. Mais tarde, com o desenrolar da República, algumas instituições ofertariam o ensino promíscuo, porém, na maioria dos estabelecimentos, o ensino dirigiria-se somente a meninos ou meninas, da classe abastada, dos quais a família conseguiria custear os estudos.

Antes de seguir para as propagandas do ensino privado, destacamos a iniciativa do Clube Republicano em 21 de maio de 1889, quanto a oferta de uma escola noturna e gratuita para a classe operária:

Inaugurar-se-á no dia 26 do corrente, a escola de que já demos notícia criada pelo Clube Republicano.  
Convidam-se, portanto, as pessoas que desejarem frequentá-la a comparecerem no salão do clube na noite de domingo próximo.  
O ensino, como se sabe sé gratuito. (A REPÚBLICA, ano 4, n. 19, 1889, p. 3, “À classe operária”).

O ensino ofertado à classe trabalhadora, que se verificou a partir de 1889 e em anos subsequentes, ou seja, dentro e fora do nosso recorte temporal, far-se-ia presente em edições do *A República* e seria promovido pelo Clube Republicano e pelo Clube Estudantil. Além destes clubes, a título de exemplo, em 1896 o Clube Beneficente Treze de Maio anunciaria em seu estatuto a criação de uma escola noturna para os negros, com festividades nos aniversários da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea, 28 de setembro de 1871 e 13 de maio de 1888 respectivamente (A REPÚBLICA, 1896). Ou seja, mesmo que não fossem frequentes, estes anúncios presentes no jornal demonstravam a existência de iniciativas particulares para o provimento de instrução gratuita para a classe trabalhadora, a qual não poderia frequentar a escola diurna.

Após esta breve explanação sobre as escolas noturnas, destacamos, a seguir, a propaganda da *Escola Realista* (Figura 8) dirigida por Líbero T. Braga e direcionada aos meninos de 5 a 14 anos de idade, que fossem vacinados e que não apresentassem enfermidades contagiosas. Neste estabelecimento, ofertava-se o ensino fundamental.

**Figura 8** – Propaganda da *Escola Realista* (n. 32, de 24 de agosto de 1889)

**ESCHOLA REALISTA**

Internato, semi-internato e externato  
PARA MENINOS DE 5 A 14 ANNOS DE EDADE  
Rua do Riachuelo n.º 25

**PROGRAMMA:**

Educação physica, moral e intellectual pelo metho-  
do intuitivo, sendo a ultima assim classificada:

**1.º GRAU**  
*Ensino Infantil ou Primeiras Lettras, comprehendendo os primeiros rudimentos de leitura e escripta, de contabilidade, de cousas e de Doutrina Christã.*

**2.º GRAU**  
*Ensino Primario Completo, comprehendendo — leitura e escripta progressivas, Grammatica Nacional e Arithmetica elementares applicadas, Doutrina Christã e noções de Geometria, de Geographia e de Historia de Brazil.*

**3.º GRAU**  
*Ensino Secundário, funcionando por enquanto somente as aulas de— Portuguez, Francez, Allemão, Inglez, Geographia, e Historia e Chorographia do Brazil.*

**N. B.** Não é obrigatorio o ensino religioso.

**Requisitos para a matricula**

Ser maior de 5 e menor de 15 annos, ser vaccinado e não soffrer moléstia alguma contagiosa.

**Contribuições:**

As contribuições são pagas em prestações trimensaes adiantadas, na seguinte conformidade:

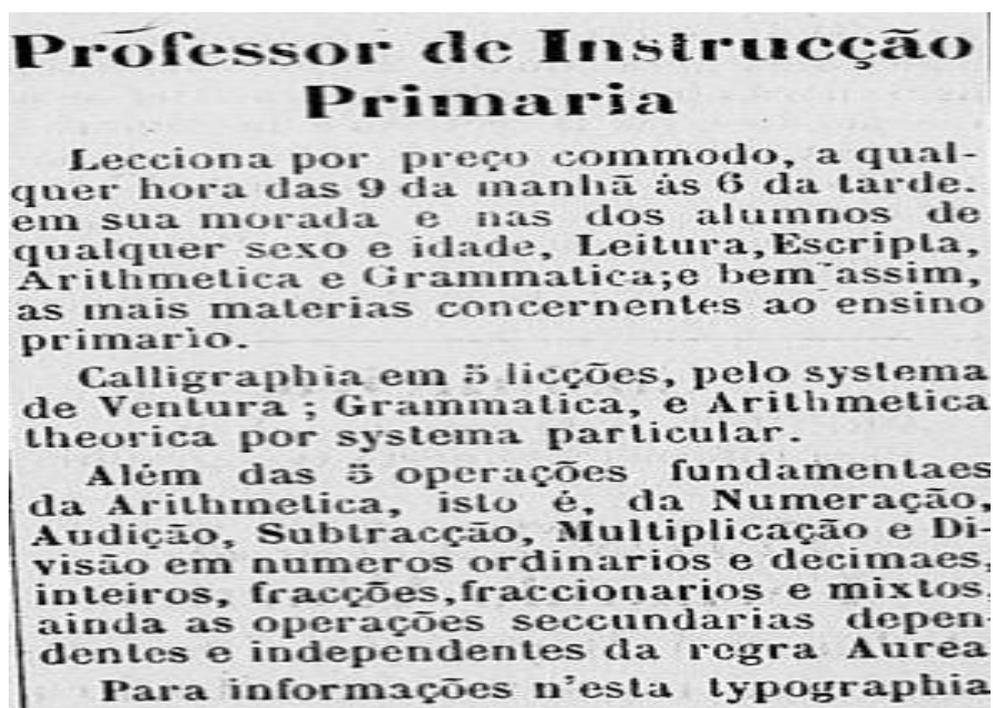
Alumno externo de 1.º grau . . . . .	9\$000
» » » 2.º » . . . . .	12\$000
» » » 3.º » cada materia, trimestre . . . . .	15\$000
» semi-pensionista . . . . .	70\$000
» pensionista . . . . .	85\$000
» » com tratamento da roupa branca . . . . .	100\$000

No estabelecimento serão ministrados estatutos e esclarecimentos á quem os desejar.

**Director,**  
*Libero T. Braga.*

No jornal *A República*, havia a oferta de aulas de educação primária por professores particulares. Neste caso, o ensino seria na residência do professor ou dos alunos, para grupos de ambos os sexos e de qualquer idade, conforme verificamos no anúncio *Professor de Instrução Primária* (Figura 9).

**Figura 9** – Anúncio de *Professor de Instrução Primária* (n. 68, de 20 de dezembro de 1889)



Na Figura 10, observamos a propaganda da *Escola Mixta*, uma escola de ensino para ambos os sexos, embora não esteja claro no anúncio se tratava do ensino promíscuo, ou seja, composta por salas de aula com meninos e meninas.

Na Primeira República havia estabelecimentos que ofertavam o ensino para alunos e alunas, porém, com entradas e saídas distintas para cada gênero, tanto no prédio do estabelecimento quanto em relação ao horário. Em algumas escolas, a idade era o fator determinante para as salas mistas, bem como para a oferta de ensino por professoras ou professores. A princípio, os meninos até 10 anos de idade teriam aulas com professoras, e poderiam estar na mesma sala, porém em bancos diferentes das meninas, pois acreditava-se na importância da mulher como a primeira formadora da humanidade, bem como na ingenuidade dos meninos quanto ao sexo feminino até essa faixa etária. Destacou-se, na propaganda, a aula de prendas domésticas para meninas, disciplina que perdurou no currículo escolar por décadas afora, devido o casamento das jovens adolescentes. Em alguns casos, estas casavam-se aos 13 anos de idade e necessitavam possuir o básico de educação para a participação na sociedade, por meio da leitura de versos e orações, bem como ter o conhecimento nos afazeres domésticos para que pudessem gerenciar o trabalho em suas casas.

No Brasil, como podemos verificar na historiografia, Almeida (1998) e Del Priore (2001), não havia uma regra a ser seguida por todas as famílias e classes sociais,

pois devemos nos lembrar das mulheres que completariam os seus estudos a fim de profissionalizar-se, como por exemplo, as normalistas. É importante considerar estas variantes que constituíam a sociedade do século XIX, com destaque para a formação feminina após o Ato de 15 de novembro com o propósito de capacitar as mulheres moralmente para que pudessem contribuir na modernização do país.

**Figura 10** – Propaganda da *Escola Mixta* (n. 11, de 14 de janeiro de 1890)



Como vimos, nas propagandas anteriores do ensino privado, o Brasil no século XIX e, especialmente para esta pesquisa, no início da República, iniciava a sua trajetória educacional nos padrões trazidos do estrangeiro e que estavam em voga há algumas décadas nos outros países antes que fossem implantados em território brasileiro. Por meio do método intuitivo, da educação laica e da ideia de recompensas ao invés de castigos, iniciava-se uma nova configuração escolar, que resultaria nos grupos escolares e na organização dos espaços educacionais a partir do século XX. Isto posto, retornaremos ao Paraná após a Proclamação da República e trataremos da Regulamentação da Instrução Pública no Governo Provisório.

## 5.10 A REGULAMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

Nesta seção, nos debruçaremos sobre a instrução pública no estado do Paraná elaborada após a Proclamação da República e veiculada no jornal *A República* durante o Governo Provisório.

Porém, faz-se necessário esclarecer que no início do regime republicano no Brasil, as questões que permeavam a educação popular se restringiam basicamente ao projeto de erradicação do analfabetismo e de ilustração da população. A estrutura política passou por mudanças, mas os novos grupos que assumiram o poder do Estado não alteraram as divisões de classe, e nem poderiam, assim como não tocaram substancialmente nos privilégios existentes. As demandas educacionais foram definidas a partir do quadro econômico de uma economia agrária exportadora e dependente do capital estrangeiro. Não é ocioso lembrar que ao longo do Império e nas primeiras décadas da República, a economia nacional alicerçava-se no latifúndio exportador, dispensando grandes exigências em níveis educacionais.

Nesses termos, a Constituição republicana de 1891 ao estabelecer o sistema federativo governo, com a descentralização do ensino, ratificou a dualidade entre os estados, que cabia legislar sobre a educação primária, e a União, que incumbia-se de criar instituições de ensino superior e secundário. Em termos práticos, esse sistema reforçou a dualidade histórica entre a educação da classe dominante (escolas secundárias e de ensino superior) e a educação dos filhos da classe trabalhadora (ensino primário e escola profissional), ou seja, o caráter de classe do Estado brasileiro.

No entanto, apesar da dualidade existente, cabe ressaltar que as transformações políticas e sociais dos últimos decênios do século XIX, como o fim da escravidão, a entrada de imigrantes e a própria Proclamação da República, contribuíram para os debates acerca da educação. Assim, progressivamente a educação foi envolvida em uma série de debates que a apontavam como fator de regeneração social e progresso.

A ação educativa republicana quanto aos temas educacionais, ganharia reforço por meio de críticas às instituições existentes, ao método de ensino ultrapassado, aos prédios escolares em condições precárias e a remuneração dos professores. Esta propaganda receberia uma feição formal por meio da publicação de leis educacionais, que abraçava a missão de desenvolver a mentalidade dos brasileiros de acordo com

a modernização que se almejava para o Brasil. Ou seja, entre artigos de opinião e aqueles que tratavam da legislação educacional, o jornal continuava a propagandear o ideal republicano, ou seja, continuava a desenvolver a sua ação educativa.

Em 28 de novembro de 1889, publicou-se na seção A República o Decreto n.7 do Governo Provisório que previa as incumbências de cada estado enquanto a votação da carta Magna estivesse em trâmite. Entre as responsabilidades estaduais, destacamos o Artigo e Parágrafo afetos a instrução pública segundo publicado pelo jornal, o qual fez uma breve introdução ao tópico para, logo após, adentrar a lei:

Relativamente às atribuições dos governos provisórios de cada um dos estados da República Federal Brasileira o governo promulgou o seguinte decreto:

“O governo provisório dos Estados Unidos do Brasil, decreta:

Art. 2º Até a definitiva constituição dos Estados Unidos do Brasil, aos governadores dos mesmos estados competem as seguintes atribuições:

§ 2º Providenciar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios e promovê-la em todos os seus graus. (A REPÚBLICA, ano 4, n. 49, 1889, p. 1, seção A República, “Governo Provisório”).

O excerto anterior, relativo ao Decreto n. 7 de 20 de novembro de 1889 (BRASIL,1889) aponta que, cada estado deveria formular a sua própria regulamentação educacional até que fosse votada a Constituição do Brasil, a qual, recordamos, exigiria somente o ensino laico em sua redação final. No jornal, as críticas ao ensino escolar abordavam a necessidade de reformas:

Agora que felizmente está consumada a grande obra da regeneração da nossa Pátria e que sem dúvida cessarão as continuadas demolições do grande edifício da sociedade a – instrução pública, – pedimos a atenção do cidadão que dirige os destinos deste futuroso Estado para a nossa instrução pública.

Este elemento de vida social que em todos os países civilizados sempre merece a sábia atenção de seus governos, aqui tem sido obra de constante juguete dos governos ou antes dos partidos submergidos no ocaso da monarquia, conforme se pode verificar dos dados estatísticos e dos atos legislativos das assembleias; chegando a mania de não estudadas reformas até o ponto de serem na 2º sessão revogadas deliberações promulgadas na 1º sessão da mesma legislatura vice-versamente nesta restabelecidas disposições criadas naquela! E, como todas as reformas, a que não precede um estudo acurado e refletido, são más e improfúcuas, assim também tem sido cada vez mais funestas para a sociedade as que foram sobre a instrução pública e sucessivamente decretadas, ora pelo poder legislativo, ora pelo administrativo. E uma das provas do que enunciamos verifica-se na lei de 31 de Outubro, promulgada na 2º

sessão da última legislatura provençal que autorizou o presidente a criar 100 cadeiras de instrução primária a 360\$ anuais vindo o professor ou professora de cada uma dessas escolas a ganhar 986 rs. diários! Menos que qualquer mercenário! Isto é edificante! (A REPÚBLICA, ano 4, n. 60, 1889, p. 2, “Instrução Pública – Ao Cidadão Governador”).

Dito isto, o governador do estado do Paraná à época, José Marques Guimarães, em vista da necessidade da alfabetização para o exercício do voto e adequação da instrução primária e profissional em consonância com o novo regime político e as novidades pedagógicas, com que as leis educacionais anteriores a Proclamação não se adaptariam, decidiu criar uma comissão para tratar da instrução pública paranaense. Sobre o tema, o jornal *A República* redigiu a seguinte mensagem em 18 de dezembro de 1889:

O cidadão governador deste estado, sempre solícito no empreendimento das grandes causas, notando que tão importante ramo do serviço público, não se achava, neste estado, na altura reclamada pela atualidade, resolveu em 14 do corrente expedir o seguinte ato:

“O capitão do mar e guerra governador do estado do Paraná, considerando que os regulamentos do ensino desta ex-província, de 16 de Julho de 1876 e 16 de Janeiro de 1884, acham-se modificados e alterados por disposições eventuais e sucessivas a que não presidio nenhum espírito do sistema, do que tem resultado incertezas e embaraços na aplicação das prescrições nelas contidas;

Considerando ainda que o tempo decorrido, a contar das datas em que foram publicados esses regulamentos, tem trazido a mais instante necessidade de harmonizar as disposições de ambos, máxime no que se refere ao ensino profissional e primário, com as normas da boa pedagogia;

Considerando finalmente, ser de máxima vantagem, a disseminação da instrução pública, primária e secundária deste estado, sobretudo no atual período em que a nação vai entrar no regime de sufrágio universal; resolve, nomear uma comissão composta dos drs. José Joaquim Franco Valle, Justiniano de Mello e Silva, João Pereira Lagos, Generoso Marques dos Santos, Eusébio Silveira da Motta e Emiliano Pernetta, que terá por objeto organizar um plano imediatamente executável e relativo à instrução pública, primária e secundária deste estado; plano esse que conterà a administração e fiscalização do serviço escolar, a designação das escolas que devem funcionar nos diferentes povoados, maiores ou menores, do território do estado, as pessoas que, segundo as suas habilitações devem regê-las, e a gratificação que devem perceber os funcionários professores e professoras, tudo adstrito a verba de 150 contos de réis de que pode dispor o tesouro do estado para tal fim.

Palácio do Governo do estado do Paraná, 14 de Dezembro de 1889.  
– (Assinado) José Marques Guimarães. (A REPÚBLICA, ano 4, n. 66, 1889, p. 2, “Instrução Pública”).

Um plano possível de ser executado para a solução dos dilemas educacionais supramencionados no artigo da *A República*, foi a intenção da criação da comissão criada por José Marques. As leis anteriores, do regime monárquico, seriam substituídas por uma que contemplasse os interesses da República.

Machado e Melo (2011) assinalam que “[...] a primeira década republicana foi marcada pela elaboração de diversas leis, decretos e regulamentos para a organização e difusão de escolas primárias no Paraná (MACHADO; MELO, 2011, p. 3). Deste modo, a 29 de janeiro de 1890 por meio do Decreto n. 31, seria promulgada a legislação educacional paranaense constituída por 61 Artigos, dos quais, abordaremos os que discorrem sobre a oferta e as modalidades de ensino, currículo obrigatório, formação docente, modo e método de ensino.

Verificamos no Artigo 1º, a oferta de ensino por cadeiras já existentes em locais com 40 alunos aptos à aprendizagem, por escolas contratadas que possuam preferencialmente professores habilitados, pelas Câmaras Municipais que desejam oferecer a instrução por meio de seus próprios recursos e por escolas privadas sem subvenção do estado (PARANÁ, 1890, art. 1). No Artigo 3 lê-se:

Será dividido em dois graus o ensino primário. O primeiro ou elementar, compreenderá as matérias específicas nos diversos parágrafos do artigo 13; no segundo, ou complementar, além das disciplinas mencionadas, se ensinará:

§ 1º Aritmética aplicada.

§ 2º Os elementos do cálculo algébrico e da geometria.

§ 3º As regras da contabilidade usual e a escrituração mercantil.

§ 4º As noções de ciências físicas e naturais com aplicação à agricultura, às artes e à indústria.

§ 5º O desenho geométrico e de ornamento.

§ 6º A geografia industrial e comercial. (A REPÚBLICA, ano 5, n. 26, 1890, p. 1, seção Parte Oficial, “Decreto n. 31”).

Já o ensino profissional e técnico, seria subvencionado pelo estado e ofertado pela Escola de Artes e Indústrias, fundada em Curitiba (Artigo 4). A gratuidade do ensino normal e secundário estava previsto em lei, denominadas Escola Normal e Instituto Paranaense respectivamente (Artigo 5), bem como a criação de escolas noturnas para o mínimo de 15 alunos, fomentadas pelas Câmaras Municipais ou iniciativas privadas que receberiam subvenção municipal (Artigo 6), voltadas para a classe trabalhadora, embora esta informação não estivesse explícita no Decreto. A

educação das massas, no tocante as crianças que trabalhavam, foi contemplada no Artigo 7:

Os que tiverem fazenda de criação, fábrica ou estabelecimento industrial, onde se empreguem mais de 15 crianças de sete a quatorze anos de idade, não havendo algum estabelecimento de ensino à distância, de três quilômetros, são obrigados a custear ou subvencionar uma escola de instrução primária elementar, sob a pena de 100\$ a 200\$000 de multa, e do duplo na reincidência. (A REPÚBLICA, ano 5, n. 26, 1890, p. 1, seção Parte Oficial, “Decreto n. 31”).

Era permitida a livre docência de qualquer grau de ensino por intermédio de aulas particulares, bem como a liberdade para a escolha do método e o programa de ensino, desde que a abertura destas aulas fosse comunicada à central geral da instrução (Artigo 9).

Far-se-ia obrigatório nas escolas o ensino:

#### Artigo 13

1º De instrução moral e cívica.

2º De leitura e escrita.

3º De noções gerais e práticas de gramática portuguesa.

4º De elementos de aritmética, compreendendo o sistema métrico.

5º De desenho, com aplicação à indústria e para às artes.

6º De prendas domésticas, nas escolas de meninas

#### Artigo 14

O ensino da moral é destinado a completar, consolidar e enobrecer todos os outros ensinamentos da escola. O professor não se propõe doutrinar uma moral teórica, como se os alunos desconhecêssem a noção preliminar do bem e do mal; mas deverá inculcar no espírito das crianças essas noções essenciais de moralidade humana, comuns a todas as doutrinas e necessárias a todos os homens civilizados. É proibida a discussão sobre as seitas ou dogmas religiosos, e recomendada a maior atenção ao desenvolvimento moral dos meninos, de modo a formar e aperfeiçoar o caráter de cada um. (A REPÚBLICA, ano 5, n. 26, 1890, p. 2, seção Parte Oficial, “Decreto n. 31”).

Os aspirantes ao magistério deveriam ter no mínimo 18 anos de idade, apresentar atestado de moralidade emitido pelas autoridades civis e demonstrar serem capazes profissionalmente que, no caso de professores do sexo masculino, deveria ser comprovado por meio do diploma da Escola Normal (Artigos 17 e 18). Na ausência de diploma de normalista, realizar-se-ia exames para comprovar o conhecimento do candidato (Artigo 19).

Para as pessoas do sexo feminino que se propunham a atuar no magistério público em regime vitalício, estava liberado os exames das disciplinas da Escola Normal para atestar a habilidade para o exercício profissional e, por isso, não seria necessário cursar as aulas para ser diplomada, fato que agilizaria a contratação de mestres.

Quanto ao modo de ensino para o ensino primário elementar, foi instituído o simultâneo mútuo ou misto, enquanto o método de ensino escolhido foi o intuitivo “[...] fundado no conhecimento direto das coisas. Os professores organizarão museus escolares, com plantas e minerais da região, pondo para isto em contribuição a curiosidade e diligência das crianças” (PARANÁ, 1890, art. 50).

Nestes termos, presentes na regulamentação da instrução pública paranaense, dar-se-ia início à escolarização em consonância com a República recém instituída. O jornal *A República* após a publicação do Decreto n. 31, continuaria a informar aos paranaenses as determinações do governo por meio da Parte Oficial do jornal, fosse a contratação ou exoneração de professores, pedidos de licença, criação de escolas, entre outras resoluções.

Por fim, embora a renovação política, social e educacional estivessem entrelaçadas e fossem bandeiras defendidas pelo partido republicano no jornal, as iniciativas e mudanças ocorridas no período em questão não foram suficientes para que os problemas da educação pública fossem superados. O que se evidenciou foi a manutenção da dualidade educacional em decorrência do próprio modelo socioeconômico que se fez presente em todo o território nacional e que não foi solucionado com o advento do regime republicano.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa, ao longo de sua história no Brasil constituiu-se em um espaço de poder informal, vinculado ao governo ou a organizações de oposição. Caracterizou-se por uma imprensa de opinião, que possuía como um de seus pilares os comentários partidários, os quais configuravam uma ação educativa.

Com a crise que se instalou no regime monárquico, fruto das transformações decorrentes do fim do tráfico negreiro em 1850, do processo de diversificação econômica e da urbanização, as críticas à instituição monárquica tornaram-se frequentes em diferentes periódicos. As páginas do periódico *A República* apresentaram o regime republicano como a solução para os problemas brasileiros que a Monarquia era incapaz de resolver, o que impedia o ingresso do Brasil no mundo civilizado.

O problema encontrava-se, para inúmeros republicanos, nas instituições ultrapassadas do regime monárquico, pois mantinham vícios que contaminavam as relações sociais, tais como: a manutenção da escravidão, a aliança entre a Igreja e a Monarquia, os privilégios da nobreza, a centralização do poder, o atraso social e educacional, a questão militar. À vista disso, a República representaria a descentralização política e o alargamento das oportunidades ao eliminar os privilégios do antigo regime.

Ao considerar que, os republicanos que assumiram o poder a 15 de novembro advinham de famílias adaptadas ao regime político anterior e faziam parte de uma sociedade alicerçada historicamente na exploração das riquezas naturais e do trabalho humano, compreende-se que estes não mudariam imediatamente a sua forma de pensar no Ato da Proclamação. Nestes termos, as críticas presentes no jornal expressavam mais o viés conservador do que radical, pois não se tratava de subverter a ordem econômica e, sim, modernizá-la. Assim, verificou-se a defesa de um capitalismo da manutenção da ordem econômica por meio dos ensinamentos republicanos, humanizado pelos postulados morais de uma sociedade que se modernizaria pela instituição da República e a condução de um movimento firmado na ideia. Tratava-se de uma modernização conservadora, que buscou implementar reformas centradas na implantação de políticas orientadas pela racionalidade.

Fica evidente, nas páginas do *A República*, todo o esforço de justificação da ordem econômica, pelo caminho da educação do povo como necessidade

fundamental de ilustração, patriotismo e adequação dos indivíduos a um estágio de civilização superior. Não por acaso, o povo aparece como aquele que precisa ser conduzido pela elite governante. Portanto, a defesa da educação se fez de forma idealística, como instrumento de desenvolvimento, ignorando as relações de classe e clientelísticas constituídas ao longo do período colonial e imperial. A instrução pública defendida pelo novo regime, foi pensada como instrumento necessário para a formação do cidadão, apto ao voto e ao trabalho.

A Constituição de 1891 que abarcou apenas a laicidade educacional, demonstrou que o governo central não estava preocupado com a emancipação intelectual do cidadão, mas em proteger o novo regime político da influência que a Igreja pudesse ter sobre a massa popular. Ademais, a responsabilidade dos estados sobre a forma como seria conduzida a educação primária nos municípios, daria abertura para práticas educacionais distintas em território brasileiro, tanto na parte teórica, dos conteúdos e método de ensino, quanto na questão do direcionamento de verbas para esta finalidade. Por esta razão, seria frequente a abertura e o fechamento de escolas nos estados brasileiros e o acesso à escola não se efetivaria em todas as localidades.

Sob inspiração das ideias positivistas, liberais e evolucionistas, percebeu-se que em nome da ciência, a República constituiu-se no grande elemento de desenvolvimento da nação. Tratou-se, em última instância, da defesa da ordem.

O trabalho desenvolvido pela propaganda republicana correspondeu a dois momentos distintos: o primeiro voltado à ação educativa das elites, com o objetivo da mudança de regime político e o segundo momento, para a manutenção da República. Neste último, entra em cena a instrução da massa popular, que passava da condição de súdita e adentrava ao sufrágio universal. Além disso, as relações de trabalho passariam por modificações gradativas e, embora estas não fossem idênticas em todo o território brasileiro, o proletariado necessitava conhecer as letras e o cálculo.

Concluimos que, a leitura de todos os discursos presentes no jornal *A República*, destacou que os grupos dominantes, interessados na manutenção do *status quo*, investiram num discurso político, teoricamente imparcial e neutro, que, embora filiado a uma linha nacional, estava direcionado para as lutas locais. Isto ficaria mais claro após a constituição do Congresso Nacional e as disputas locais pela hegemonia política no estado do Paraná.

O jornal como mecanismo de luta e disseminação dos ideais republicanos foi fundamental para a consolidação do partido no Paraná, consagrando-se como referencial da ação educativa da imprensa.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Documentais

- A REPÚBLICA, ano 3, n. 1, 1888, p. 1, “A caminho”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 1, 1888, p. 2.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 1, 1888, p. 2, “Dez Anos Depois”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 1, 1888, p. 3, “Mexerica-se por aí”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 2, 1888, p. 1- 2, “Dez anos depois”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 3, 1888, “Movimento Republicano”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 3, 1888, “Causas e Efeitos”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 3, de 15 de janeiro de 1888.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 7, 1888, p. 2, “Dez anos depois”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 8, 1888, p. 1, “A República” – “A Vontade Nacional”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 8, 1888, p. 2, “Sensações e Bizarrias”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 9, 1888, p. 2, “Perfil do Império”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 10, 1888, p. 1, “Príncipe Gatuno”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 10, 1888, p. 3, “No Instituto Paranaense”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 13, 1888, p. 2, “Confederação Abolicionista do Paraná”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 18, 1888, p. 3, “Ao Sr. Chichorro Junior”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 20, 1888, p. 1, seção A República.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 20, 1888, p. 1, “A lei Áurea”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 31, 1888, p. 3, “Que é a República?”
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 32, 1888, p. 1, “Que é a Monarquia?”
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 32, 1888, p. 2, “A interdição do imperador”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 34, 1888, p. 3, “Credo Monárquico”.

- A REPÚBLICA, ano 3, n. 35, 1888, p. 1, seção A República, “A Actualidade”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 39, 1888, p. 1, seção A República “Cartas ao exército”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 40, 1888, p. 1, “A atualidade”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 45, 1888, p. 1, seção A República, “Bravo!”.
- A REPÚBLICA, ano 3, n. 48, de 29 de dezembro de 1888.
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 9, 1889, p.1, “Progresso da Decadência”.
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 9, de 07 de março de 1889.
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 9, 1889, p. 1.
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 9, 1889, p. 2, seção Folhetim, “Amor” por Hildebrando Souza.
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 9, 1889, p. 2, “Escolas”.
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 19, 1889, p. 1 “O exército punido”.
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 19, 1889, p. 2, “O que são os reis? (Anátema sobre todos)”.
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 19, 1889, p. 3, “À classe operária”.
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 30, de 10 de agosto de 1889.
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 43, 1889, p. 1, seção A República “Os que vem”.
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 49, 1889, p. 1, seção A República, “Governo Provisório”.
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 53, 1889, p. 1-2, seção A República, “Os adeptos”.
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 56, 1889, p. 1, seção A República “Ordem e Progresso”.
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 57, 1889, p. 1, seção A República “Ao povo e ao governo da República”.
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 58, 1889, p. 2, “Um Dogma”.
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 60, 1889, p. 1-2, seção A República “A Realidade” (Da Gazeta de Campinas).
- A REPÚBLICA, ano 4, n. 60, 1889, p. 2, “Instrução Pública – Ao Cidadão Governador”.

A REPÚBLICA, ano 4, n. 64, 1889, p. 1-2, seção A República “Amor, Ordem e Progresso”.

A REPÚBLICA, ano 4, n. 66, 1889, p. 2, “Instrução Pública”.

A REPÚBLICA, ano 4, n. 77, 1889, p.2, “Ministério do Interior”.

A REPÚBLICA, ano 5, n. 1, de 1 de janeiro de 1890.

A REPÚBLICA, ano 5, n. 4, 1890, p. 1, seção A República “A opinião do Times”.

A REPÚBLICA, ano 5, n. 5, 1890, p. 1, seção A República “A eleição”.

A REPÚBLICA, ano 5, n. 5, 1890, p. 1-2, seção A República, “A eleição” - artigo do *Correio do Povo*.

A REPÚBLICA, ano 5, n. 9, 1890, p. 2, seção A República, “Constituinte”.

A REPÚBLICA, ano 5, n. 26, 1890, p. 1, seção Parte Oficial, “Decreto n. 31”.

A REPÚBLICA, ano 5, n. 26, 1890, p. 2, seção Parte Oficial, “Decreto n. 31”.

A REPÚBLICA, ano 5, n. 64, 1890, p. 1, seção A República, “Ao estado do Paraná”.

A REPÚBLICA, ano 5, n. 66, 1890, p. 1, seção A República, grifo do autor.

A REPÚBLICA, ano 5, n. 78, 1890, p. 1, seção A República.

A REPÚBLICA, ano 5, n. 122, 1890, p. 1, “A República”.

A REPÚBLICA, ano 5, n. 265, 1890, p. 6, “15 de Novembro”.

A REPÚBLICA, ano 5, n. 286, 1890, p. 1, seção Noticiário.

A REPÚBLICA, ano 5, n. 287, 1890, p. 1, seção A República.

A REPÚBLICA, ano 5, n. 290, 1890, p. 1, seção A República.

A REPÚBLICA, ano 6, n. 304, 1891, p. 1, seção A República, “Congresso Nacional”.

A REPÚBLICA, ano 6, n. 305, 1891, p. 1, seção A República.

A REPÚBLICA, ano 6, n. 308, 1891, p. 3, “Ao eleitorado”.

A REPÚBLICA, ano 6, n. 329, 1891, p. 2-3, “Crítica da Constituição Brasileira por M. Leon Donnat”, grifo do autor.

A REPÚBLICA, ano 6, n. 336, 1891, p. 1-2, “Crítica da Constituição Brasileira por M. Leon Donnat” (Conclusão) § 3.

A REPÚBLICA, ano 6, n. 396, 1891, p. 1, seção A República, grifo do autor.

A REPÚBLICA, ano 6, n. 397, 1891, p. 1-2, “Partido Constitucional Republicano”.

A REPÚBLICA, ano 10, n. 194, 1896, p. 2, Seção Livre, “Estatutos do Clube Beneficente Treze de Maio”.

A REPÚBLICA, ano 12, n. 220, 1897, “Notas Republicanas II”.

BRASIL. **Lei de 25 de março de 1824**. Constituição política do Império do Brasil.

BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Primeira lei que regulamenta o ensino das primeiras letras do Império do Brasil.

BRASIL. **Ato adicional, de 12 de agosto de 1834**. Determina a descentralização do ensino.

BRASIL. **Lei de 12 de maio de 1871**. Lei do Ventre Livre.

BRASIL. **Lei de 13 de maio de 1888**. Lei Áurea.

BRASIL. **Lei de 20 de novembro de 1889**. Decreto do Governo Provisório do Brasil.

BRASIL. **Lei de 24 de fevereiro de 1891**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.

PARANÁ. **Decreto de 29 de janeiro de 1890**. Regulamenta a instrução pública do estado do Paraná.

REVISTA Illustrada, n. 569, 1889.

### Fontes Bibliográficas

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BAHIA, Juarez. Fase Inicial. *In*: \_\_\_\_\_. **Jornal, história e técnica**: história da imprensa brasileira. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. v. 2, p. 17.

BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica**: história da imprensa brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 85, 1973, p. 140 (Coleção Retratos do Brasil).

BARROSO, José Liberato. **A instrução pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia de Quirino & Irmão, 1867. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227376.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

BASTOS, Maria Helena Camara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). **Novos temas em história da educação**. Instituições escolares e educação na imprensa. Uberlândia: EDUFU; Campinas: Autores Associados, 2002.

BOMENY, Helena. **Quando os números confirmam impressões**: desafios na educação brasileira. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003. 29 p.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. 1, p. 24-46, 2017.

CALDEIRA, Jorge. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Editora 34, 2002. 272 p. (Coleção Formadores do Brasil).

CAMARGO, João Borba de. **História do Paraná (1500-1889)**. Maringá: Bertoni Editora, 2004. 230 p.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Unesp (Feu), 1999.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARVALHO, João D. A. C. do L. Para britânico lamentar? As relações entre Brasil e Inglaterra e a Lei de 1831. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 27, n. 3, p. 9-17, set./dez 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/14492/pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

CASAS, Aura Ortega *et al.* **La ética kantiana em Los Miserables**. Mostra de Recerca Jove de Barcelona, 2016/ 2017. p. 11. Disponível em: [https://www.edubcn.cat/rcs\\_gene/treballs\\_recerca/2016-2017-02-3-TR.pdf](https://www.edubcn.cat/rcs_gene/treballs_recerca/2016-2017-02-3-TR.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

CASTANHA, André Paulo. O ato adicional de 1834 na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 6, n. 11, p. 172-195, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/162/171>. Acesso em: 13 maio 2019.

CASTANHA, André Paulo. **O Ato Adicional de 1834 e a instrução elementar no Império**: descentralização ou centralização? 2008. 555 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2437/1685.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 maio 2019.

CASTANHO, Sérgio. **Teoria da história e história da educação**: por uma história cultural não culturalista. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. 108 p.

CASTANHO, Sérgio. Memória, presente e futuro. *In*: LOMBARDI, José C.; CASIMIRO, Ana P.; MAGALHÃES, Livia D. (org.). **História, Memória e Educação**. Campinas: Alínea, 2011.

CINQUE, Fernanda Regina. A ação educativa do jornal Correio Braziliense no processo de Independência do Brasil. *In*: MIZUTA, Celina Midore Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PERIOTO, Marcília Rosa. **Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista**. Maringá: Eduem, 2010.

CORRÊA, Amélia Siegel. **Imprensa e Política no Paraná**: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. 2006. 230 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CORRÊA, Amélia Siegel. Imprensa política e pensamento republicano no Paraná no final do XIX. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 139-158, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1977.

CUNHA, Luiz Antônio. Confessionalismo versus laicidade no ensino público. *In*: SAVIANI, Dermeval (org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: Edufes, 2010.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciana Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2007.

FERNANDES Maria Fernanda Lombardi. Os Republicanos e a abolição. **Revista Sociologia e Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 27, p. 181-195, nov. 2006.

GOMES, Marco Antônio de Oliveira. **Vozes em defesa da ordem**: o debate entre o público e o privado na educação (1945-1968). 2001. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

GONDRA, José. No repouso dos arquivos: O “ensino público” na escrita do Dr. Pinheiro Guimarães. *In*: GONDRA, José (org.). **Dos arquivos à escrita da história: a educação brasileira entre o Império e a República**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

GRAF, M. E. C. **Imprensa periódica e escravidão no Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GULLA, Maria Madalena Sorato; PERIOTTO, Marcília Rosa. Frei Caneca, O Thyphis Pernambucano e a educação. *In*: MIZUTA, Celina Midori Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PERIOTO, Marcília Rosa (org.). **Império em debate**: imprensa e educação no Brasil oitocentista. Maringá: Eduem, 2010. p. 41-66.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Estado e políticas da educação no Império brasileiro. *In*: SAVIANI, Dermeval (org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: Edufes, 2010a.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa**. Recife: Massangana, 2010b.

MACHADO, M. C. G.; MELO, C. S. A educação na legislação paranaense: a organização do ensino primário no período de 1889 a 1900. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (SBHE), 6., 2011, Vitória. **Anais [...]**. Vitória, ES: UFES, 2011. p. 1-12.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 74, 107 -123, 2006.

MARTINS, Ana Luiza Martins; LUCA, Tânia Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 126 p.

MCGEE, R. J.; WARMS, R. L. **Anthropological theory**: An introductory history. Boston: McGraw-Hill, 2008, p. 9. Disponível em: [https://mahabubjnu.files.wordpress.com/2013/09/anthropological\\_theory\\_\\_an\\_introduutory\\_history\\_\\_fourth\\_edition\\_.pdf](https://mahabubjnu.files.wordpress.com/2013/09/anthropological_theory__an_introduutory_history__fourth_edition_.pdf). Acesso em: 30 jul. 2019.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a02v1326.pdf>. Acesso em: 19 maio 2019.

MIZUTA, Celina Midori Murasse. A educação no processo de organização e consolidação do Império no Brasil: o pensamento de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850). *In*: MIZUTA, Celina Midori Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PERIOTO, Marcília Rosa (org.). **Império em debate**: imprensa e educação no Brasil oitocentista. Maringá: Eduem, 2010. p. 67-89.

MOISÉS, Alzenira Azevedo; FUTATA, Marli Delmônico de Araújo; QUINTANILHA, Marli Maria Silva. Os periódicos políticos e a pesquisa em história da educação no século XIX. *In*: MIZUTA, Celina Midori Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PERIOTO, Marcília Rosa (org.). **Império em debate**: imprensa e educação no Brasil oitocentista. Maringá: Eduem, 2010. p. 91-123.

MOREL, M.; BARROS, M. M. de. **Palavra, Imagem e Poder**: o surgimento na imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974. 344 p.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais-PR**. Ponta Grossa: UEPG, 2008. 228 p.

NEVES, L. M. B. P.; MOREL, M.; FERREIRA, T. M. B.C. (org.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

OSINSKI, Dulce Regina Baggio; VEZZANI, Iriana Nunes. Imagens impressas: a Revista do Paraná como suporte das primeiras litografias na Curitiba oitocentista (1887). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, n. 21, p. 196-221, 2016.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.104, p. 144-161, 1998.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 35, 167-198, jan./abr. 1999.

PERIOTTO, Marcília Rosa. A imprensa brasileira nos oitocentos e a história da educação: Hipólito da Costa e o Correio Braziliense. **Série-Estudos**, Campo Grande, n. 36, p. 237-252, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/709>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)**. Curitiba: IHGP, 1976.

ROSA, Silmara Dencati Santa. A crise imperial e a perspectiva republicana: alguns fatores que determinaram o fim do Império. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, v. 1, n. 1, 128-153, jun. 2014.

SANTOS, André de Souza. **Paraná, imprensa e instrução pública primária: o jornal A República (1930-1912)**. 2019. 297 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **Ideias que não se realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria H. C. História, memória e história da educação. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria H. C. (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III – Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TANURI, Leonor Maria. **O ensino normal no Estado de São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: FEUSP, 1979. v. 16 (Série Estudos e Documentos).

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da sedição intentada na Bahia em 1798**: “A Conspiração dos Alfaiates”. São Paulo: Pioneira; Brasília, DF, INL, 1975.

VARGAS, T. **O indomável republicano**. Curitiba: O Formigueiro, 1970.

VASCONCELO, Mônica. **A campanha abolicionista na Revista Ilustrada (1876-1888)**: Ângelo Agostini e a educação do povo. Curitiba: Appris, 2018. 139 p.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. **Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais**. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 58-191. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222274>. Acesso em: 29 set. 2019.

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. **A expressão do liberalismo na revista A Escola (1906-1910) no Paraná**. 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

**ANEXO**

ANEXO A – Tabela empregada no estudo do Jornal *A REPÚBLICA* (ferramenta desenvolvida pelo Grupo de estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares – GEPHEIINSE)

Ano							
Título do periódico							
Periodicidade							
Local							
Formato							
Nº de páginas							
Preço							
Responsáveis [diretor, editor, secretário]							
Colaboradores							
Objetivo							
Público-alvo							
ANO	AUTOR	TÍTULO	SEÇÃO	TEMA	PALAVRAS-CHAVE	Nº DE PÁGINAS	SÍNTESE

Fonte: Arquivo GEPHEIINSE.